



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO
MARANHÃO: DE PROVÍNCIA PRÓSPERA
A ESTADO MAIS POBRE DA FEDERAÇÃO.
O QUE DEU TÃO ERRADO?**

CLAUDIOMAR MATIAS ROLIM FILHO
BRASÍLIA 2016

CLAUDIOMAR MATIAS ROLIM FILHO

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO: DE PROVÍNCIA PRÓSPERA A
ESTADO MAIS POBRE DA FEDERAÇÃO. O QUE DEU TÃO ERRADO?**

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público, para a obtenção do título de Mestre

Professor Dr. Alexandre Flávio Silva Andrada

Orientador

Brasília – DF

2016

CLAUDIOMAR MATIAS ROLIM FILHO

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO: DE PROVÍNCIA PRÓSPERA A
ESTADO MAIS POBRE DA FEDERAÇÃO. O QUE DEU TÃO ERRADO?**

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em de de 2016

Prof. Dr. Alexandre Flávio Silva Andrada – UnB

Orientador

Prof. Dr. Flávio R. Versiani

Examinador Interno - UnB

Prof. Dr. Diego Trindade d'Ávila Magalhães

Examinador Externo – UFG

BRASÍLIA-DF

2016

*Carcará, come inté cobra queimada
Quando chega o tempo da invernada
O sertão não tem mais roça queimada
Carcará mesmo assim num passa fome
Os burrego que nasce na baixada
Carcará, pega, mata e come
Carcará, num vai morrer de fome
Carcará, mais coragem do que home*

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação para obtenção do título de Mestre é um passo final em uma longa jornada de alguns anos. Devido a isso, estes agradecimentos não serão direcionados apenas a quem contribuiu para a finalização deste projeto, mas para contribuições no Mestrado como um todo.

Pode ser até que alguém consiga trilhar o árduo caminho até a obtenção de mestre em Economia de forma autodidata, porém eu estive bem longe disso. Não teria chegado até aqui se não fossem as valorosas e pacientes contribuições do amigo Henrique Dolabella que por diversas vezes cedeu o seu tempo e paciência para me ajudar. Também serve o agradecimento a Ricardo Magalhães, que com uma vida extremamente atribulada conseguia me simplificar tópicos e assuntos que à primeira vista pareciam impossíveis de compreender. Também aos amigos Marcus Vinícius e Índio da Costa que me ajudaram bastante. Ao amigo Caio Resende que me apoiou a cursar o mestrado. Também aos meus chefes superiores, Amarildo Baesso e Pedro Bertone que foram solícitos quando tive necessidade de flexibilização do horário de trabalho para comparecimento a aulas ou provas.

A meu pai, minha mãe, irmãos e amigos que por alguns anos me escutaram rabugentar e reclamar que eu ainda ia acabar largando este mestrado e sempre me apoiaram a continuar.

A quem não mais pertence a este ambiente terreno e acompanha a distância minhas pequenas vitórias.

Área Temática: História Econômica

RESUMO

Esta dissertação discute a formação econômica do Maranhão desde a tentativa de colonização pelos franceses até a primeira década do século XXI. Tem o objetivo de analisar e explicar como um Estado que já teve a maior renda per capita do país pode se tornar a região mais miserável do Brasil em um espaço de cem anos. Para isso analisa os impactos causados pelas oportunidades e crises externas frente a produção do algodão, a maior riqueza do Estado durante a sua época de prosperidade. Faz uma comparação do sucesso do modelo industrial pós-café em São Paulo e o fracasso econômico maranhense pós-algodão. Pretende abrir um debate sobre o papel de fatores exógenos e ciclos de prosperidade para desenvolvimento ou não de um ciclo produtivo virtuoso e sustentável em uma dada região. Este trabalho busca contribuir para ampliação do conhecimento e do debate sobre a atual realidade socioeconômica do Estado em um momento de importantes transformações em sua base produtiva. Analisa, assim, o conjunto de fatores que mais se destacaram para a formação econômica do Estado.

Palavras-chaves: Desenvolvimento; Formação Econômica do Maranhão;

ABSTRACT

This paper discusses the economic formation of Maranhao since the attempted colonization by the French until the first decade of this century. It aims to analyze and explain how a State that has had the highest per capita income in the country can become the most miserable region of Brazil in a space of one hundred years. For that, analyzes the impacts of opportunities and external crises ahead cotton production, the greatest wealth of the state during his time of prosperity. A comparison of the success of post-industrial model coffee in São Paulo and Maranhao economic failure after cotton. It intends to open a debate on the role of exogenous factors and prosperity cycles for development of a virtuous and sustainable production cycle in a given region. This work seeks to contribute to increased knowledge and debate on the current socio-economic reality of the State at a time of major changes in its productive base. Analyzes thus the set of factors that stood out for the economic formation of the state.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	1
2 – FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO.....	4
2.1 – Primeiros anos de colonização (1500 - 1700).....	4
2.1.1 – Primórdios da colonização e invasões estrangeiras	4
2.1.2 – Jesuítas x Colonos – O protagonismo do Padre Vieira.....	10
2.1.3 - Companhia de Comércio do Maranhão X Bequimão.....	14
2.2 – Ocupação de fato da Região (1700 - 1800)	18
2.2.1 – Região desolada.....	18
2.2.2 – Pombal e a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão	19
2.3 – Atenas Brasileira (1800 - 1920).....	26
2.3.1 Entre euforias e depressões - problemas na agricultura maranhense.....	26
2.3.2 Atenas Brasileira e a falsa euforia	34
2.3.3 Abolição da escravatura e imigração	39
2.3.4 Realidade paulista pós abolição da escravatura.....	40
2.3.5 Realidade maranhense pós-abolição da escravatura – A Manchester do Norte.....	44
2.4 – Triste realidade (1920 – 2010)	54
2.4.1 Drogas do Sertão contemporâneas	54
2.4.2 Industrialização tardia	56
3 – OS IMPACTOS DO CICLO DE ALTA DAS COMMODITIES DE 2000 A 2010 NO MARANHÃO.....	61
3.1 – Contexto histórico	61
3.2 – Análise da economia maranhense durante a primeira década do século XXI	67
3.2.1 Índices sociais	69
4. CONCLUSÃO.....	74
ANEXO I – CRONOLOGIA.....	88
ANEXO II – LISTA DE GOVERNADORES DO MARANHÃO	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

1 - INTRODUÇÃO

Atualmente, o Maranhão é um dos Estados mais pobres da Federação ocupando os últimos lugares quando se trata de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Segundo dados de 2010 do IBGE, quase 20% da população do Estado ainda é analfabeta, um índice comparável à República do Congo, país da África subsaariana assolado por guerras e epidemias. Os outros índices sociais do Estado também não são muito animadores, principalmente se vistos em um passado recente, antes dos anos 2000.

Porém, um rápido passeio pelo centro histórico de São Luís, com seus casarões majestosos, adornados com luxuosos azulejos na fachada, eiras, beiras, telhados e ruas com pedras de cantaria, antigas moradas de barões, denuncia a grandeza de um passado colonial de riqueza e prosperidade.

Atribui-se a Simon Kuznets, prêmio Nobel de Economia, o axioma de que em matéria de desenvolvimento existem quatro tipos de países: i) os que se desenvolveram, ii) os que não se desenvolveram, iii) o Japão e iv) a Argentina. Parafraseando-o, ao estudar a história econômica brasileira, pode-se dizer que no Brasil existem quatro tipos de Estados na Federação: i) os que se desenvolveram, ii) os que não se desenvolveram, iii) São Paulo e iv) o Maranhão.

Esta dissertação se propõe a descrever e investigar a Formação Econômica do Estado do Maranhão. O Estado da Federação com menor renda per capita, mas que já fora, outrora, uma das províncias mais ricas do Brasil, com maior arrecadação de impostos (atrás apenas da capital, Rio de Janeiro) e de maior renda per capita durante o Brasil Colônia e Império.

A pergunta a que esta pesquisa procura responder é a de como saímos de uma realidade onde o “Diário do Rio de Janeiro” em 1871, ao agradecer o recebimento de uma cópia do Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão do dr. Cesar Augusto Marques, escrevia:

*O seo Diccionario histórico-geographico é um manancial abundante para a história e a estatística do Maranhão, onde o historiador como o político encontrará os elementos que procura no passado para os recursos e **prosperidade dessa parte do Império** (Diccionario histórico-geographico, 1870, p. XIX do Memorandum)*

Ou onde o jornal pernambucano “Vinte e cinco de março” nº 6 de 1865, agradecendo o recebimento de alguns rascunhos dessa mesma obra que ainda iria ser lançada, dizia:

A província do Maranhão é incontestavelmente a parte do Brasil que depois da independência, e mormente nestes últimos trinta anos, tem produzido maior cópia de talentos uteis às letras pátrias. (Diccionario histórico-geographico, 1870, p. VII do Memorandum)

Para uma realidade onde João do Vale, durante o revolucionário “Show Opinião”, na década de 60 do século XX (apenas cem anos depois), cantava:

*“Meu nome é João Batista Vale. Pobre no Maranhão é Batista ou Ribamar... eu saí Batista. Tenho 230 músicas gravadas, fora as que vendi. Minhas músicas são muito parecidas comigo, com minha região, com meu povo. Mas as músicas que fiz com mais alma são desconhecidas. **Minha terra tem muita coisa engraçada, mas o que tem mais é muito sacrifício pra gente viver.**”*

Estudar a formação econômica é indispensável para entender a realidade social contemporânea. Oferecer respostas a tais indagações não é apenas um mero exercício dialético, mas buscar as raízes do subdesenvolvimento atual e seus vínculos com a pobreza crônica para buscar superá-la. Assim, entender quanto de passado há no presente e quanto de presente haverá no futuro.

Este trabalho busca debater a atual realidade socioeconômica do Estado em um momento de importantes transformações em sua base produtiva. Analisa, em um contexto histórico, o conjunto de fatores que mais se destacaram para a formação econômica do Estado.

Divide-se em cinco capítulos. O primeiro, introdutório. O segundo, a Formação Econômica do Estado descrevendo as primeiras invasões francesas e portuguesas, a colonização, as disputas entre colonos e jesuítas, o abandono da região por Portugal até a Criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o título de Atenas Brasileira e a derrocada da Manchester do Norte, as euforias do algodão, as decepções das primeiras fábricas. Culmina com a industrialização para exportação ocorrida no final do século XX. No terceiro capítulo discute-se como a economia do Estado na primeira década do século XXI não só cresceu, mas como houve forte desenvolvimento, o que não era um fato comum em uma região acostumada a viver falsas euforias. O quarto capítulo debate quais foram os fatores que deram errado e

relegaram o Maranhão a pobreza contemporânea. Por último, informações, nos anexos, como lista de governadores e marcos históricos.

Obviamente uma revisão histórica dessas não seria possível sem estar calcada em ombros de gigantes entre eles o economista e poeta Bandeira Tribuzi, Jerônimo Viveiros, Boris Fausto, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Roberto Simonsen, entre outros autores que serão citados no decorrer dessa dissertação. Também foram analisados artigos de economia de pesquisadores maranhenses. Houve, por último, uma extensa pesquisa por meio da leitura de periódicos e documentos do século XIX e XX disponíveis no site da Biblioteca Nacional.

Então, o que será que deu tão errado?

2 – FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO

Atualmente, o Maranhão é uma das 27 unidades federativas brasileiras e está localizado na região nordestina. Possui uma população de aproximadamente sete milhões de habitantes (2014) e área de 331.983,293 km², um pouco menor que a Alemanha e um pouco maior que a Itália. Sua capital, São Luís, faz parte da ilha anteriormente chamada de Upaon-Açu (“Ilha Grande” em tupi) e que se situa no Golfão Maranhense, banhado pelos rios Grajaú, Mearim, Pindaré e Itapecuru-Mirim. O Parnaíba, o maior rio totalmente nordestino e que o separa do Estado do Piauí, é o rio mais importante em terras maranhenses. A cobertura vegetal do Estado é composta de florestas na parte oeste, campos e cerrados na parte sul e todo o resto da vegetação sendo composta pela mata dos cocais onde se destacam a carnaúba e o babaçu, palmeira símbolo do Estado.

2.1 – Primeiros anos de colonização (1500 - 1700)

2.1.1 – Primórdios da colonização e invasões estrangeiras



Fonte: www.guianet.com.br

A chegada do primeiro europeu a terras maranhenses é motivo de controvérsia. Entretanto é provável que, antes da chegada da esquadra de Cabral ao Brasil em 22 de abril de 1500, o espanhol Vicente Yáñez Pinzón tenha aportado por lá.

Inicialmente não houve interesse dos portugueses em estabelecer um império em terras americanas (ao contrário dos espanhóis que de imediato já começaram a colonização nas Américas). As longas distâncias e a atividade econômica que ainda deveria ser iniciada foram motivos que fizeram Portugal dar preferência a suas posses nas Índias. Lá era possível um lucro mais imediato, pois os indianos possuíam um nível de organização social e econômico semelhante ao português e comercializam tecidos e especiarias de tão alto valor que justificaram o sonho português em contornar o continente africano. As terras brasileiras, ao contrário, encontravam-se em um estágio civilizatório mais atrasado.

Ainda houve algum tipo de comércio entre portugueses e indígenas no Brasil, mas se concentrou na região de Mata Atlântica, distante de terras maranhenses. Como unidade política, o Maranhão veio a ser criado em 1534, ano de criação das capitanias hereditárias, sendo a capitania mais ao Norte.

A região, durante o século XVI e início do século XVII, foi abandonada pelos portugueses devido a dificuldades de penetração no território pelo Golfão Maranhense e a malha fluvial. A coroa preferiu se concentrar na extração do pau-brasil e, posteriormente, na produção de açúcar.

A produção de açúcar no Nordeste, atividade que os portugueses já haviam desempenhado nas ilhas atlânticas de sua propriedade, transforma o Brasil de simples território espoliativo a parte integrante da economia reprodutiva europeia. Cria um fluxo permanente de bens para ambas as partes. É o início da grande monocultura intensiva, latifundiária e concentradora de renda.

Ao contrário das capitanias de Pernambuco e São Vicente, que prosperaram, os dois lotes da capitania do Maranhão não chegaram a ser, de fato, ocupados. Parte dos seus primeiros colonos naufragaram e os sobreviventes fundaram o povoado de Nazaré, que foi posteriormente abandonado frente as hostilidades incessantes dos Tupinambás.

Este estado de abandono abriu oportunidade para invasões por parte de

nações estrangeiras.

Porém, apesar da rivalidade existente entre Portugal e Espanha pela conquista das Américas, conforme Boris Fausto (2001) descreve, não foi a Espanha a principal ameaça aos territórios portugueses no início da colonização. A Espanha, após conseguir chegar às Índias pelo Ocidente¹, se decepcionou devido ao longo e dispendioso caminho economicamente inviável. Preferiu se concentrar nas ricas minas de ouro e prata encontradas em terras americanas. A maior ameaça aos portugueses veio dos franceses que não aceitavam os tratados de partilha e reconheciam apenas o princípio do *Uti Possidetis*, proveniente do direito romano, ou seja, a terra é de quem ocupa.

Segundo o capuchinho Claude D'Abbeville, na obra "História do Missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas" (1632), em 1594 já aportava no Maranhão o capitão francês, Jacques Riffault, com três embarcações. Ele selou uma aliança com o índio Uirapive, chefe tupi. Riffault começa a fundar estabelecimentos e, ao retornar a França, deixou alguns franceses por não ter espaço para levá-los de volta devido ao naufrágio de um dos barcos.

Em 1607, Daniel de La Touche, o senhor de La Ravardière, organizou uma expedição para checar a viabilidade de criação de uma colônia na região. Havia relatos de uma terra bela, com clima abençoado, de temperaturas amenas e constantes, com sol e terras férteis, chuvas regulares, sem nenhuma ocupação europeia e índios amigáveis. Ficou por seis meses em São Luís e trouxe para França a confirmação do que ouvira e encantou Henrique IV, monarca francês à época

Porém, com o assassinato do rei em 1610, houve a necessidade de se postergar por alguns anos o projeto. Em 1612 zarparam quinhentos franceses entre colonos, nobres e quatro capuchinhos (escolhidos para levar a fé cristã aos índios, pois, segundo Claude d'Abbeville, eles haviam demonstrado interesse em se converter ao catolicismo) para fundar a França Equinocial. Juntaram-se as centenas de franceses que lá já viviam provenientes de outras expedições. Eram os "papagaios amarelos", alcunha a que os índios maranhenses se refeririam aos franceses devido a cor da pele e ao tanto que tagarelavam.

¹ Apesar de português, Fernão de Magalhães, pioneiro em viagem de volta ao mundo, navegava em nome da Coroa Espanhola

A implantação da primeira cruz e a celebração da primeira missa pelos missionários capuchinos, em oito de setembro de 1612, na antes Upaon-Açú, marca a fundação da cidade de São Luís, única cidade brasileira fundada pelos franceses. A cultura de algodão pela primeira vez é testada no Maranhão obtendo algum proveito (Marques, 1870).

Até a tentativa dos franceses, os portugueses não tinham demonstrado muito interesse em se instalar na região. Foi o risco de perda territorial do Norte do Brasil, e não só da ilha de São Luís, que levou os portugueses a batalharem contra os franceses (Fausto, 2001). A posterior ocupação dos franceses na Guiana Francesa contribuiu para deixar claro que a região poderia ser invadida a qualquer momento

A França, envolvida em outras lutas continentais europeias, não pôde auxiliar suas tropas na defesa da França Equinocial. Os portugueses, liderados por Jerônimo de Albuquerque, partem para expulsá-los e, ainda que em menor número (os tupinambás lutaram ao lado dos franceses), os derrotam na decisiva Batalha de Guaxenduba em 14 de novembro de 1614². Em 1615, expulsam definitivamente os franceses.

Após a expulsão, em 1621, Portugal dividiu o Brasil em dois estados, o do Brasil e o do Maranhão, para assegurar os seus domínios na região Norte da Colônia. O Estado compreendia desde o Ceará até a região amazônica. Essa nova administração era ligada diretamente a Lisboa em consequência da dificuldade das comunicações marítimas (principalmente devido à orientação dos ventos reinantes) com a sede do governo geral do Brasil. Essa existência durou, pelo menos formalmente, até o ano de 1774 (Fausto, 2001). Os portugueses fundaram, também, a cidade de Belém em 1616 para resguardarem a foz do Rio Amazonas e em 1690 instalam um pequeno posto avançado na boca do Rio Negro, perto de onde hoje se localiza Manaus.

Porém, ainda que o Maranhão fosse o cabeça de um dos Estados Coloniais portugueses à época, não houve esforços para ocupação e desenvolvimento de uma atividade econômica na região com a exceção à ilha de São Luís e à cidade de

² O Padre José de Moraes relata que durante esta batalha houve a aparição de Nossa Senhora da Vitória para incentivar os soldados portugueses. A Santa teria transformado a areia das praias em pólvora e pequenas pedras dos rios em balas. Nossa Senhora da Vitória é hoje a padroeira de São Luís e a ela é dedicada a Igreja da Sé no centro da cidade. Além disso, há, na rotatória do Bairro Vinhais, estátuas de Jerônimo de Albuquerque e Nossa Senhora da Vitória, comemorando a expulsão dos franceses.

Belém, que funcionavam, de fato, como fortalezas e feitorias. O interior estava abandonado, salvo alguns povoados à margem de rios perenes.

A tênue ocupação do Maranhão e, por conseguinte, da Amazônia brasileira possuía três particularidades: a) foi tardia b) os surtos de ocupação ocorriam em consequência de valorizações momentâneas de produtos no mercado internacional e c) enfrentava dificuldades devido ao extenso território. As poucas tentativas de ocupação do interior foram malsucedidas na implementação de uma base econômica e populacional estável e sustentável. Esta situação perdura até hoje na região amazônica do país.

Em 1618, em uma tentativa de iniciar algo produtivo na região, são encaminhados ao Maranhão 300 açorianos, porém a total falta de meio de desenvolvimento de um trabalho produtivo fez com que eles trabalhassem, como a maioria da população, com o tráfico indígena (Simosen, 2005, p. 396). Portugal também não tinha muitos meios de conseguir manter uma corrente migratória regular pois as conquistas na Ásia e na África (e conseqüente grande números de naufrágios), a colonização e as guerras iam despovoando o país.

Assim, pouco se evoluiu durante o século XVII, com anos em que nenhum navio sequer aportou em São Luís (Tribuzi, 2001). O Maranhão continuou existindo apenas como um entreposto para defender o Norte do Brasil de invasões estrangeiras com os portugueses substituindo os franceses na fortaleza-feitoria de São Luís. Porém a experiência já havia demonstrado que uma simples ocupação militar sem uma devida ocupação da terra por colonos era infrutífera para evitar invasões, seja porque outras nações não reconheciam este direito, seja porque essas operações de defesa se tornavam muito onerosas.

Além de tropas e algumas dezenas de açorianos, a atividade econômica se resumia a poucos engenhos instalados no vale do Itapecuru e às drogas do sertão³, de posse dos jesuítas (Tribuzi, 2001).

Enquanto proliferavam-se engenhos na Zona da Mata Nordestina, o Norte do Brasil vem a viver uma realidade muito diferente. Medidas efetivas do governo para criar fontes de produção ocorreram apenas na segunda metade do século XVII (Viveiros, 1954).

³ A grande variedade de plantas medicinais, o cacau silvestre e as especiarias amazônicas passaram a ser objeto de comércio da região com Portugal. Via-se uma oportunidade de substituir os fornecimentos recebidos da Índia e assim reconquistar mercados europeus que se havia perdido.

Em dado momento, no século XVII, houve um período em que as terras brasileiras eram divididas em três estados de fato: Estado do Maranhão, Brasil Holandês e o Estado do Brasil.

Em 1641, os holandeses, que há mais de 10 anos já ocupavam o Nordeste Brasileiro, invadiram o Maranhão aprisionando Bento Maciel Parente, o governador da província. Entretanto, sua ocupação vem a ser breve e marcada por um longo período de lutas, massacres e sublevações. Ainda chegaram a construir seis engenhos de cana-de-açúcar (um número relevante à época, pois o Maranhão inteiro só tinha cinco), porém foram obras imperfeitas e apenas começadas (Marques, 1870). Em 1644 são expulsos do Maranhão e a ocupação holandesa, por breve, não deixou muitos resquícios na economia maranhense.

Ficou como herança dos holandeses o belo registro da primeira vista panorâmica de São Luís. Autoria do pintor Frans Post, hoje está exposto no Museu Britânico:



São Luís, gravura de 1647 elaborada por Frans Post

2.1.2 – Jesuítas x Colonos – O protagonismo do Padre Vieira

O pouco dinamismo econômico agrava-se após a expulsão holandeses. Os solos da região não apresentavam a mesma fertilidade que os massapês nordestinos utilizados para a cultura da cana-de-açúcar. Para piorar, no Norte, houve a desarticulação do mercado de fumos e outros produtos tropicais, impedindo a dedicação a uma atividade que permitisse iniciar um processo de capitalização e desenvolvimento levando novamente as colônias do Norte a serem abandonadas a sua própria sorte (Furtado, 1959, P. 73).

A região ainda era de forte influência indígena. A língua predominante e franca era uma variante do tupi, realidade que perdurou até o século XVIII, e havia uma forte mestiçagem entre portugueses e ameríndios, haja vista que poucas mulheres europeias se aventuravam a colonizar uma terra tão inóspita (Fausto, 2001). Os portugueses ignoravam a identidade dos indígenas por considerá-los de nível civilizatório inferior e o fato de não terem nem fé, nem lei, nem rei e ainda alguns deles praticarem canibalismo, justificou a exploração e catequese de tribos inteiras (Priore e Venancio, 2010). A escravidão dos indígenas continuava sendo a principal mão-de-obra da região. Eles eram o principal obstáculo para ocupação da terra e ao mesmo tempo a principal força de trabalho para colonizá-la.

A captura e o tráfico de ameríndios (não havia morador em São Luís que não se utilizasse da mão-de-obra indígena para o trabalho desde doméstico até o da lavoura) era a atividade mais lucrativa no Maranhão dessa época. Com um custo de captura rodando por volta de três mil réis e com um preço de venda no litoral por volta de trinta mil réis (Viveiros, 1954, pag. 26) fica claro entender o porquê.

Essa forte presença de indígenas fez da região um dos destinos favoritos para atividades de missões católicas europeias, com destaque para os jesuítas. Os missionários foram motivo de atritos e lutas incessantes por poder econômico e político com os colonos por um longo período da história do Maranhão.

Diante do quadro econômico miserável à época, compreende-se a disputa entre colonos e jesuítas pelos índios, única mão-de-obra e fonte produção de alguma riqueza da região. Os colonos do Estado do Maranhão não podiam abrir mão do trabalho indígena pois as suas condições eram bem inferiores às dos

massapês pernambucanos, recôncavo baiano ou São Vicente. Não era uma questão de escolha, era uma questão de tentativa desesperada e tenaz de sobrevivência frente ao verdadeiro abandono condicionado pela Coroa Portuguesa.

Os jesuítas possuíam extensas fazendas de gado, plantações de algodão e engenhos e um projeto de controle e aculturação dos indígenas diferente dos colonizadores. Para os jesuítas, a falta de conhecimento do Criador e do Céu eram os motivos pelo qual se deveria catequizar essas almas. Participavam de forma ativa do comércio de produtos extrativos como cacau, canela, castanhas, cravos e outras drogas do sertão.

Os jesuítas desenvolveram técnicas bem mais racionais de produção e relacionamento à economia colonial com as comunidades indígenas constituindo um fator decisivo para penetração na bacia amazônica. Com a parceria mais amigável com os indígenas, podiam conhecer melhor a floresta e suas potencialidades econômicas. Dedicavam-se, assim, parte do ano à extração das drogas e especiarias nativas (cacau, baunilha, canela, cravo, resinas...) e nos meses restantes cultivavam mandioca, milho, cacau, algodão...

Os índios, contando com a proteção dos missionários, podiam deixar as suas famílias nos aldeamentos e assim, durante meses, sair à caça das especiarias, voltando com suas embarcações carregadas de produtos de alto valor (Simosen, 2005 p. 420). Essa coleta de produtos necessitava uma utilização intensiva e dispersa dos índios, o que impossibilitava a sua escravidão. Desse modo, com estes meios limitados de coerção, os jesuítas foram responsáveis por desbravar e adentrar fundo na floresta. A relativa calma e segurança alimentar das aldeias contrastava com as crises de fome, desespero e desabastecimento que atingiam regularmente as cidades do Norte do Brasil.

Conforme Boris Fausto (2001) descreve, essa realidade do Norte do país foi muito parecida com a realidade da região paulista ainda nascente: a) a fraqueza de uma agricultura voltada para a exportação b) a renhida disputa entre colonizadores e missionários pelo controle dos indígenas e c) utilização de escambo como principal forma de relação econômica. Assim como o Norte brasileiro, poucas mulheres europeias se aventuraram em ir a São Paulo e, portanto, houve uma forte mestiçagem. Nasceram os mamelucos, filhos de portugueses e indígenas e que tinham este termo graças a forma destemida com que adentravam nas matas e

guerreavam tais como os mamelucos muçulmanos. Não coincidentemente os principais bandeirantes, que tiveram uma grande contribuição para a história de São Paulo, eram de origem mameluca.

O algodão e o açúcar que eram produzidos no Maranhão mal davam para o sustento da região e quando havia comercialização para outras regiões do país era ao preço da escassez do consumo interno (Viveiros, 1954, pag. 36). O comércio de carne era quase que nulo. Para contornar este quadro de precariedade, houve tentativas de criação de colônias de povoamento na região, até mesmo para evitar invasões, porém nada mudava o caráter de um Maranhão que continuava sendo uma terra esparsamente povoada e pobre com uma economia concentrada em alguns polos principais, como algodão e açúcar, e, de uma forma periférica, a pecuária extensiva (Furtado, 1959).

Durante este período, é enviado ao Maranhão o Padre Antônio Vieira, uma das mais influentes personalidades coloniais do Século XVII no Brasil. Dono de uma oratória densa, com seus sermões cheios de alegorias (que facilitavam a comunicação com a população iletrada) exerceu considerável influência no barroco brasileiro e português. Foi o maior orador sacro em terras brasileiras. Confessor do rei D. João IV e da rainha de Portugal, vem a ser enviado ao Maranhão em 1653 como Superior das Missões Jesuíticas para evangelizar, erguer igrejas e realizar missões entre os indígenas maranhenses contando com forte apoio do rei, que ameaçava com severas punições quem se contrapusesse ao padre (Priore e Venancio, 2010).

Padre Antônio Viera chega de posse da Carta Régia de 21 de outubro de 1652 que lhe dava ampla autorização para construir igrejas, estabelecer missões, evangelizar índios e requisitar auxílio de governadores e demais autoridades caso necessitasse (Simosen, 2005 p. 406). Implementa as bases da ação missionária da região, a pregação, o batismo e a educação nos moldes da cultura portuguesa e sobre as regras estabelecidas pelo Concílio de Trento.

Devido a seu carisma pessoal e por dominar a arte da oratória, Padre Antônio Vieira tornou-se um dos principais articuladores contra a escravização do indígena no Maranhão e acirrou ainda mais a rivalidade dos jesuítas com os colonos, que lutavam pela escravização dos indígenas. Uns dos seus escritos mais contundentes, “Informação sobre o modo que foram tomados e sentenciados por cativos os índios

no ano de 1655”, tece severas críticas à escravidão indígena (Priore e Venancio, 2010).

Os colonos lutavam contra os jesuítas reunindo tropas para invadir os aldeamentos e capturar os indígenas já evangelizados. A Companhia de Jesus recorreu a Coroa que os apoiou e, baseada em uma bula papal, proibiu a escravização dos índios em 1639, pois esta atividade não trazia lucros para a metrópole (Priore e Venâncio, 2010).

Em 1647 e 1649 houve outras legislações em favor dos indígenas. A nenhum índio mais seria permitido viver sem salário e os que trabalhassem em canaviais ou lavoura pesada poderiam se ausentar de forma livre tendo quatro meses para trabalharem em suas próprias roças. Os brancos que descumprissem esta determinação estavam sujeitos a degredo por quatro anos e a multa de 500 cruzados (Simosen, 2005 p. 406).

Porém, não seria uma simples legislação editada em Lisboa que iria conter o ímpeto dos colonizadores por escravizar os indígenas. Ainda mais se levando em consideração que a própria Coroa pouco se preocupava e tinha interesse com o que ocorria em terras tão distantes e miseráveis.

Em 1653, os colonos maranhenses enviaram uma carta ao Rei de Portugal contestando a legislação alegando:

“Erro lastimável seria comparar a situação desta Capitania à do Estado do Brasil, onde cada mês entram em grande número negros africanos. Por aqui, o único socorro são os índios; e os povoados novos, espalhados pelas ilhas e margens dos rios, a grande distância, não podem dispensar dos serviços dessa gente, como remeiros, para viagens.” (Simosen, 2005 p. 407)

Ainda houve alguma boa vontade da Coroa em auxiliar os jesuítas. Chegou a condenar um capitão-mor, Barreiro de Ataíde, e um Governador do Maranhão, D. Luís de Magalhães, em 1652, com base nessas leis (Simosen, 2005, p. 406). Porém o poder dissuasório teve pouca efetividade na região. Em 1661 os colonos novamente se amotinam contra os jesuítas que são enviados pelas autoridades portuguesas de volta a Portugal junto com o Padre Antônio Vieira. Em 1663 são readmitidos com menos permissões não sendo permitido, inclusive, o regresso do Padre Vieira.

2.1.3 - Companhia de Comércio do Maranhão X Bequimão

Os jesuítas detinham o pouco do que havia de um corpo administrativo burocrático na região e entre as suas expulsões e readmissões predominava uma verdadeira anarquia administrativa na região.

As crônicas à época sobre o Maranhão enfatizavam a miséria extrema. Homens descalços, com apenas os mais ricos vestindo panos de algodão pintados de preto. Os escravos andavam nus pelas cidades e fazendas. Famílias de nobres deixavam de ir à cidade durante o Natal simplesmente por não terem o que vestir (Simosen, 2005 p. 397). Em todo o Estado não havia açougue e a maioria dos caminhos se fazia pelos rios, haja vista que quase não havia estradas. O comer de todos os dias era proveniente da caça ou pesca. Os habitantes lutavam contra condições extremamente adversas. Houve um observador à época que descreveu esse Maranhão: “para um homem ter o pão da terra, há de ter roça; para comer carne há de ter caçador; para comer peixe, pescador; para vestir roupa lavada, lavadeira”⁴. A inexistência de qualquer atividade de comércio obrigava cada família a viver abastecendo-se a si mesma de tudo, o que era praticável apenas a quem conseguisse capturar um certo número de escravos indígenas (Furtado, 1959).

Devido a estes problemas de abastecimento e baixa capitalização da economia da região Norte, foi criada, em 1682, a Companhia de Comércio do Maranhão à semelhança da Companhia Geral do Comércio do Brasil, que havia sido instituída em 1649. A Companhia é criada visando incentivar o desenvolvimento da região, facilitar a produção, o escoamento de produtos e prover o abastecimento da região com mão-de-obra escrava africana já que, conforme citado, a principal atividade lucrativa da região era a escravização dos indígenas e isso estava causando conflito com os jesuítas. Marcou, assim, uma nova etapa da intervenção estatal na região alterando a incipiente economia de uma São Luís que à época tinha mil e poucos habitantes e Belém menos de 500, sem contar os escravos (Simosen, 2005 p. 397).

A Companhia detinha o monopólio na venda escravos, de produtos de outras regiões e da compra do açúcar e do algodão dos produtores locais. Proibiu por vinte

⁴ Padre Antono, em 1680, citado por Simosen, p. 310

anos todo comércio que não fosse por intermédio da Companhia. Impunha pena de confisco a qualquer embarcação que violasse este monopólio.

Por seu regimento, deveria introduzir quinhentos escravos africanos por ano e os comercializar a preços tabelados. Deveria fornecer também produtos manufaturados e outros itens europeus necessários à população local e levar à Coroa ao menos um navio do Maranhão e outro do Grão-Pará com produtos locais que seriam vendidos exclusivamente à Companhia por preços tabelados.

Porém, monopólios são ineficientes e estas restrições vieram a dificultar a já lenta evolução da economia local. Como era um órgão criado pela Coroa Portuguesa e para atuar frente seus a interesses, a insatisfação dos colonos foi crescente. Os escravos prometidos não chegavam, a Companhia vendia de forma irregular e esporádica produtos de baixa qualidade a preços altos, utilizava pesos e medidas falsificados...

Os comerciantes sentiam-se prejudicados pelo monopólio da Companhia, os grandes proprietários rurais não concordavam com os preços baixos e injustos oferecidos pelo algodão e pelo açúcar, os traficantes continuaram protestando contra a aplicação de leis que proibiam a escravização do indígena.

Era crível que a qualquer momento uma amotinação de grandes proporções iria ocorrer no Estado haja vista os sucessivos motins verificados em 1618, 1625, 1628, 1634, 1661, 1677 e 1680. Os jesuítas, sempre tentando “salvar” os índios de sua miséria, agravavam a situação econômica dos colonos (Simosen, 2005 p. 399). Uma revolta era iminente.

Em 1684 ocorre no Maranhão a primeira revolta nativista brasileira. Era liderada por Manuel Beckman, conhecido fazendeiro da região, e seu irmão mais novo, Tomás Beckman, literato, versista e autor de sátiras e pasquins. A revolta ficou conhecida como a Revolta dos irmãos Bequimão, forma aportuguesada dos seus sobrenomes. Em um nível mais inferior, contou com a participação de Jorge Sampaio de Carvalho (escrivão e procurador da Câmara, havia lutado contra a invasão holandesa e era um dos mais enfurecidos inimigos dos jesuítas, já tendo sido preso por isso) e Francisco Dias Deiró, conhecido agitador contra os despotismos e prevaricações dos governadores (Marques, 1870).

Marques descreve no Diccionario Historico Geographico da Provincia do

Maranhão como estava o clima na região:

“Produziram uma conspiração: era sessenta o número dos conjurados, que celebravam frequentes conciliábulos no Convento dos capuchos: todos os dias amanheciam pasquins e trovas pelas esquinas contra os assentistas e autoridades, e proclamações convidando o povo à revolta: do púlpito o clero regular e secular pregava doutrinas contrárias a ordem pública, e animando francamente o povo a revolta;

A conspiração medrou a sombra da incúria do capitão-mor e na noite de 23 de fevereiro de 1684 (véspera de sexta-feira de passos) por ser grande a concorrência do povo, que tinha de acompanhar a imagem do Senhor da igreja do Carmo para a da Misericórdia, foi que teve lugar o aparecimento da revolta;

Alta noite da cerca do Convento de Santo Antonio sahiram os chefes acompanhados por grande número de amotinados, seguiram pelas principaes ruas, bateram em todas as portas, aggregaram a guarda principal, desarmaram o official e cinco soldados, e subindo a palácio o próprio Bequimão prendeu o capitão-mór, Balthazar Fernandes, e por mofa o deixou entregue a guarda de sua própria mulher como carcereira” (Diccionario Historico Geographico da Provincia do Maranhão, 1870, p. 254 a 255).

Bequimão já era conhecido da corte portuguesa, uma vez que já havia escrito uma carta ao rei D. Pedro II, que foi ignorada, descrevendo a situação de abandono do Norte Brasileiro. Ao contrário de outras revoltas ocorridas no Brasil Colonial, ela não contestou a dominação metropolitana, mas apenas o monopólio da Companhia de Comércio. Não buscava emancipar-se de Portugal. Na verdade, buscava uma conciliação entre os interesses dos colonos e da metrópole portuguesa.

Houve assaltos a armazéns da Companhia, os revoltosos tomaram o Corpo de Guarda de São Luís e instalaram um governo provisório que teve como primeiras deliberações a abolição do monopólio da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e a expulsão dos jesuítas conforme descrito por Marques:

“Por entre a multidão previnida e curiosa chegaram os padres a Praia-pequena, onde o povo mostrou profundo pezar, e o próprio Bequimão, tão comovido com os mais, sem poder conter as lagrimas abraçou publicamente um dos jesuítas, seu amigo particular, e pouco depois verificou-se o embarque sem o menor incidente” (Diccionario Historico Geographico da Provincia do Maranhão, 1870, p. 256)

A rebelião não teve o apoio do Pará devido a hostilidade existente entre as duas capitánias. Ficou, assim, isolada. A Coroa Portuguesa temia a possível adesão dos franceses de Caiena (os franceses haviam sido expulsos há menos de 70 anos de São Luís) e decidiu agir.

Tomás Beckman, que havia sido enviado a Lisboa para convencimento da metrópole que o movimento era legítimo e justo e para que fossem ouvidas as suas

manifestações, foi aprisionado. Posteriormente, foi enviado ao Maranhão para ser julgado junto aos outros revoltosos.

A rebelião foi sufocada e Manuel Beckman enforcado na antiga Praia do Armazém sob as palavras “Pelo povo do Maranhão morro feliz”. Os seus bens foram confiscados e posteriormente devolvidos à viúva e filhos. O provável local do seu enforcamento hoje é uma praça no centro da cidade de São Luís conhecida como Praça Manuel Beckman em frente à Avenida Beira Mar.

Após este incidente, o monopólio da Companhia foi extinto e a atividade econômica maranhense continuou evoluindo de forma esporádica e precária baseada em produtos extrativos e derivados da cana-de-açúcar, sendo essas as poucas produções da região. Marques (1870) descreve o quadro de desolação com a cultura da cana-de-açúcar no Maranhão:

Parece-nos, que esta cultura não correspondeu às esperanças n'ella fundadas, porque na provisão de 21 de abril de 1688 se lê, que se achando desmantelada a maior parte dos engenhos do Estado do Maranhão por falta de braços e commercio do assucar, fazia el-rei mercê aos lavradores de não poderem, por tempo de seis anos, ser executados por dividas nos ditos engenhos, em suas terras e escravos, e só sim nos rendimentos, salvo provindo a dívida de escravos ainda não pagos;

Em 1694 a câmara da capital prohibio os doces, porque as doceiras atravessavam todo o assucar em damno comum (Diccionario Historico Geographico da Provincia do Maranhão, p. 33)

Segundo Tribuzi (2001), isso deveu-se em grande medida à escassez de mão-de-obra economicamente ativa, restrita a 240 casais de açorianos e a alguns escravos indígenas. Eles tinham que sustentar um grande peso burocrático, administrativo e não produtivo de administradores e tropas.

Defender esta zona esparsamente povoada custava caro. Maranhão e Pará consumiam um orçamento quase igual ao da Bahia, província onde se encontrava a capital do país e que era protegida por um efetivo de 140 soldados, enquanto o Grão-Pará contava com 513 soldados de forma permanente (Viveiros, 1954, pag. 14).

Todavia, era ainda mais desoladora a sorte dos ameríndios. O trabalho nas fazendas era demasiado pesado para eles, que não estavam habituados a serviços penosos e continuados. Pior que o trabalho na fazenda eram as expedições de captura, que, de tão mortíferas e penosas, julgava-se bem-sucedida quando a

mortandade no caminho não superava os 50% (Simosen, 2005. p. 412)⁵.

Ainda houve uma fase em que esse massacre foi atenuado, entre 1651 e 1663, devido principalmente a força do Padre Antônio Vieira. Porém, em 1667 quase não havia mais indígenas ao longo da costa do Pará e do Maranhão e o resultado desse extermínio foi que as fazendas sofreram enorme penúria por não possuírem mais oferta de mão-de-obra (Simosen, 2005 p. 413).

2.2 – Ocupação de fato da Região (1700 - 1800)

2.2.1 – Região desolada

O início do século XVIII não veio a ser diferente. Para melhor entendimento da situação e da desprezível atividade econômica da região, basta saber que apenas em 1724 vieram a ser introduzidas moedas metálicas no Maranhão (Tribuzi, 2001). Até o século XVIII ainda era o escambo a principal forma de transação econômica e panos de algodão eram usados como moeda (Fausto, 2001).

A produção de bens agrícolas no Maranhão era tão pouca que, Francisco Dias Deiró, antes de fazer parte da Revolução de Bequimão, em 1670, representava à Câmara que o maior dano que se podia conceder ao Maranhão era deixar sair o pano de algodão, porque era a única unidade de troca disponível. Em 1701, havia protestos à Câmara de São Luís contra a venda de algodão a outras províncias, uma vez que o pouco que havia mal bastava para as necessidades mais básicas, como elaboração de vestes para os moradores locais (Marques, 1870, p.12). A proibição da exportação de caroço e rama, necessários para fabricação de rolos de panos, veio a ser decretada pela Câmara da capital em 1 de fevereiro de 1703 para evitar que o comércio local fosse paralisado de vez (Marques, 1870).

A economia brasileira no século XVIII era formada por várias ilhas econômicas em que algumas se conectavam entre si e outras permaneciam quase que isoladas. Os dois principais sistemas eram a economia do açúcar na Zona da Mata nordestina e a economia do ouro mais ao sul. No Norte havia os dois centros

⁵ A título de comparação, em um navio negreiro, onde os africanos eram amontoados por meses e tinham direito a menos de meio litro de água por dia, essa mortalidade dificilmente alcançava 25%, mantendo-se por volta de 10% (RIBEIRO, 2001 p. 4).

autônomos e relativamente isolados do Maranhão e do Pará que viviam de forma primitiva por meio do extrativismo florestal. O Maranhão ainda se comunicava com os outros centros econômicos devido à pecuária, que foi empurrada para o interior maranhense, encarregada de fornecer alimento e tração animal, com o Pará mantendo-se mais isolado.

2.2.2 – Pombal e a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão

Os colonos continuavam lutando contra suas deficiências na produção, ausência de capitais, mão-de-obra e transporte. Jaziam, assim, em um profundo estado de penúria e miséria que perdurava desde o início da colônia.

Essa realidade desoladora só começa a se alterar com a nomeação do Marquês de Pombal, que trabalhou para criar condições objetivas de expansão econômica. O Marquês buscava tornar a metrópole menos dependente de importações de produtos industrializados e incentivou a instalação de manufaturas em Portugal e até mesmo no Brasil (Fausto, 2001).

Pombal, com suas ideias progressistas, pregava ser indispensável a integração dos índios à civilização portuguesa por acreditar que, se não contasse com uma população nascida no Brasil e identificada com os objetivos portugueses, seria impossível ter controle sobre vastas regiões despovoadas. Incentivou o casamento misto entre brancos e índios. Esta política de assimilação se chocou com o paternalismo jesuíta, que foram expulsos em 1773 e tiveram seus bens confiscados por Pombal sob a acusação de formarem um estado dentro do Estado (Fausto, 2001).

Uma de suas iniciativas foi a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, estimulando a migração de contingentes populacionais para produção de arroz, algodão e o couro (PAULA & HOLANDA, 2011). Ela veio a funcionar na casa da alfândega, criada um ano antes em 22 de maio de 1754 (Marques, 1870). Criou as condições para o desenvolvimento da economia baseada na monocultura latifundiária escravista com vista a exportação, a agricultura de

plantation, que produzia para o mercado europeu.

Ao contrário da antiga Companhia de Comércio (que de tão odiada pelos colonos levou à revolta de Bequimão e cujo principal objetivo era garantir o monopólio da produção e comércio à Coroa) esta nova Companhia de Comércio tinha como objetivo fornecer aos lavradores meios próprios para lavoura como escravos, ferramentas, mantimentos, crédito para os primeiros anos de produção e promover o comércio na região (Marques, 1870). Com um capital de cerca de 130 mil libras esterlinas era um empreendimento absurdamente maior do que já pudera ser imaginado existir em São Luís pela sua modesta e pobre população (Simosen, 2005 p. 430).

Marquês de Pombal teve um papel importante na criação de uma cultura de comércio na região que até aquele momento tinha como principal atividade o trabalho da terra por meio da agricultura de subsistência (Viveiros, 1954). São de Pombal as palavras:

Entre os meios que podem conduzir qualquer república a uma completa felicidade, nenhuma é mais eficaz que a introdução do comércio, porque ele enriquece os povos, civiliza as nações e, conseqüentemente, torna poderosas as monarquias” (Pombal in Viveiros, 1954, pag. 92)

Trouxe novas e melhores técnicas agrícolas e foi o responsável por tirar a economia maranhense de uma realidade arcaica baseada em agricultura de subsistência, criação de gado e extrativismo exportador.

Os colonos, ainda com a memória da antiga Companhia de Comércio do Maranhão e temendo se sentirem prejudicados, se aliaram aos jesuítas, seus inimigos históricos, para recorrer à Coroa lembrando do acontecido 70 anos antes com a revolta de Bequimão (Simosen, 2005 p. 430). Não sabiam a prosperidade que lhes aguardava.

Até antes da metade do século XVIII, o algodão, produto nativo da América e também do Brasil, era apenas uma insignificante cultura de utilização local e valor internacional mínimo. Já era cultivado pelos índios por séculos. Tecidos de algodão fiados de forma grosseira eram utilizados para vestimentas de escravos e da população mais pobre. A matéria prima com que os ingleses, flamencos e venezianos confeccionavam tecidos tinha como base a lã.

A grande mudança ocorre apenas após James Hargreaves inventar a primeira máquina de fiar rotativa durante o início da Revolução Industrial em 1764.

O algodão logo se tornou uma das principais matérias-primas do planeta e várias nações começaram a produzi-lo. Essa invenção muda de forma importante a realidade econômica do Maranhão e pela primeira vez integra o Estado à economia planetária, ainda que como fornecedor de matéria-prima.

Verifica-se, com isso, o papel que representará na economia maranhense o mercado externo. Será ele o único fator determinante de qualquer atividade econômica de vulto, sempre se ignorando as potencialidades regionais e a criação de um mercado interno local. Ainda assim, toda a economia girava em São Luís, onde se concentrava as maiores atividades da região destinadas para produção de gêneros de exportação. Era o início da primeira falsa euforia maranhense.

Apesar do primeiro dispositivo legal conhecido emanado por uma autoridade real em que se mostra interesse pelo algodão ter ocorrido já em 1722, a sua exportação só foi autorizada a partir de 6 de janeiro de 1757 (Viveiros, 1954, pag. 31 e 33), após Pombal, portanto. As primeiras remessas para o exterior ocorrem três anos depois, em 1760 (Publicador Maranhense, nº 1558, 1854).

Marquês de Pombal, com a sua Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, foi o responsável por criar e desenvolver a economia maranhense ao estimular a agricultura fornecendo sementes, crédito e navegação para ao Reino de Portugal (Viveiros, 1954, pag. 74). Esta Companhia teve uma profunda e inquestionável repercussão na combalida e quase inexistente economia do Estado do Maranhão. Pela primeira vez havia um surto de progresso na região desbancando o vale do Amazonas como protagonismo econômico do Norte do Brasil.

Ainda que algumas regiões como Bahia e Rio de Janeiro tenham seguidos os passos e começado a produzir algodão, é no Maranhão onde o progresso ocorre de forma mais transformadora e interessante, pois, partindo do nada, transforma, em poucas décadas, uma região pobre e inexpressiva em uma das mais ricas e destacadas províncias. (Prado Jr., 1945)

Esta companhia colocou o Maranhão entre as províncias mais opulentas do Brasil, empregou parte do seu capital na construção de navios para uso local, condução de escravos de Bissau e Cacheu, mandou o primeiro navio de Lisboa para a China em 1759 e exporta do Maranhão para Pernambuco a cultura do algodão (Marques, 1870).

Segundo Caio Prado Jr. (1945), depois desse empurrão inicial, a economia do Maranhão colonial começou a dar seus passos e a seguir em marcha ascendente transformando-a não só economicamente. Muda-se também a feição étnica do Maranhão. Até então a região era composta quase na sua totalidade, salvo a minoria de colonos brancos, de índios e mestiços. Após a Companhia, recebeu um forte fluxo de escravos negros para trabalhar nas lavouras de algodão. Segundo o autor, o algodão, apesar de branco, tornou preto o Maranhão. O algodão transformou o estado o introduzindo em lugar de destaque no grande cenário da economia brasileira.

As políticas de Pombal não tiveram longa continuidade porque a Colônia entrou em depressão econômica devido à crise do açúcar, queda da produção de ouro, despesas extraordinárias para construir Lisboa (destruída por um terremoto) e guerras com a Espanha pelo controle da bacia do rio Prata (Fausto, 2001). Ainda que a Companhia tenha tido uma vida curta, vindo a se extinguir em 1778, ela deixou como herança a inserção do Maranhão no comércio internacional, consolidando a força de trabalho (ainda que escrava), sistematizando as culturas do algodão e arroz, financiando sementes e equipamentos, fornecendo crédito, ou seja, proporcionou àquela região, outrora abandonada e terra de ninguém, capitais necessários para produção e geração de renda (PAULA & HOLANDA, 2011).

Teve um papel positivo na medida que foi responsável por diversas medidas estimuladoras e reformistas criando uma estrutura que dinamizou uma região esquecida. Por meio do número de sacas algodão exportadas é possível ter noção do quão importante foi:

Sacas de algodão exportadas – 1760 a 1800			
Ano	Nº de sacas	Ano	Nº de sacas
1760	130	1780	7.417
1761	385	1781	8.674
1762	436	1782	9.914
1763	731	1783	9.046
1764	709	1784	9.533
1765	1.504	1785	9.252
1766	2.245	1786	12.015
1767	4.762	1787	11.349
1768	4.762	1788	11.354
1769	5.094	1789	11.891
1770	3.115	1790	11.321
1771	811	1791	12.735
1772	Sem dados	1792	14.873
1773	Sem dados	1793	13.513
1774	Sem dados	1794	19.920
1775	Sem dados	1795	27.187
1776	3.602	1796	24.680
1777	6.290	1797	18.882
1778	7.296	1798	10.287
1779	7.329	1799	30.287
		1800	29.799

Fonte: Temíátocles Aranha em "O País" de 28-12-1883.

Ou como é possível ver melhor em um gráfico:



Como é possível constatar, o Maranhão, que antes mal produzia algodão para o consumo interno, em 1760 inicia a sua primeira exportação de 130 sacas e

finaliza o século exportando quase 30.000 sacas, ou seja, 240 vezes mais. A produção encontrou condições propícias devido a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775 a 1783) que desarticulou o fornecimento da matéria prima para a pujante indústria têxtil inglesa (PAULA & HOLANDA, 2011) e fez os bretões saírem a busca de novos fornecedores pelo globo.

Em 1780 é construída a Praça do Comércio da Praia Grande, em São Luís, local de efervescência econômica. Os ingleses começam a criar uma colônia na cidade e as companhias de navegação Southampton & Maranham Company e Maranham Shipping Company passaram a operar no eixo São Luís – Londres. Levavam a produção de algodão de Caxias e da baixada maranhense.

No penúltimo quartil do século XVIII a balança comercial do Maranhão estava extremamente superavitária com a exportação, com o algodão responsável por 70% das vendas, em certos momentos sendo seis vezes maior que as importações (Viveiros, 1954, pag. 103 e 121). A produção agrícola maranhense se expandiu de forma vigorosa por toda metade do século XVIII e décadas iniciais do século XIX.

Ao invés de um ou dois navios que aportavam por ano em São Luís, no último quartil do século XVIII, este número mudou para 100 a 150 navios e as exportações chegaram a quase um milhão de libras enquanto a colônia inteira exportava, em média, três milhões (Furtado, 1959). Devido a força do algodão, o Maranhão atingiu o maior PIB per capita do Brasil, com 112 dólares, quase o dobro do PIB per capita médio no Brasil que era de 61,2 dólares (ARRUDA, 1980). A título de comparação, em 2014, o PIB per capita de São Paulo era apenas 36% maior do que o PIB per capita médio brasileiro ou então, utilizando-se dados do Maddison Project que estima PIB's per capita no decorrer da história, é possível perceber que o PIB per capita maranhense era semelhante ao dos Estados Unidos da América e maior que o Português. Durante esses anos o Maranhão se tornou a zona mais próspera da colônia portuguesa (Fausto, 2001).

Porém, o Maranhão sempre foi um exportador marginal de algodão para a Europa. Seu comércio se sobressaía de forma mais plena quando os Estados Unidos não conseguiam suprir a demanda da indústria inglesa, sendo a sua oferta, assim, dependente da norte-americana.

Porém, o impulso tinha ocorrido e o Maranhão continuaria a sua marcha ascendente por décadas. Foi ultrapassado posteriormente por Pernambuco e Bahia,

que contava com recursos humanos e de capitais bem mais amplos, porém manteve o seu progresso.

O país inteiro foi atingido por este boom com sua área de difusão se estendendo desde o Extremo Norte (até mesmo o Pará) até o planalto dos Campos Gerais (Paraná) chegando até mesmo às proximidades de Porto Alegre se tornando, o Brasil, um dos maiores produtores mundiais. Com o declínio dos preços após a independência estadunidense e, sobretudo, com o considerável aumento de sua produção algodoeira por meio de um aperfeiçoamento produtivo que o Brasil não acompanhou, a área algodoeira vai se restringindo até ficar concentrada em algumas regiões do Nordeste e principalmente no Maranhão (Prado Jr., 1945).

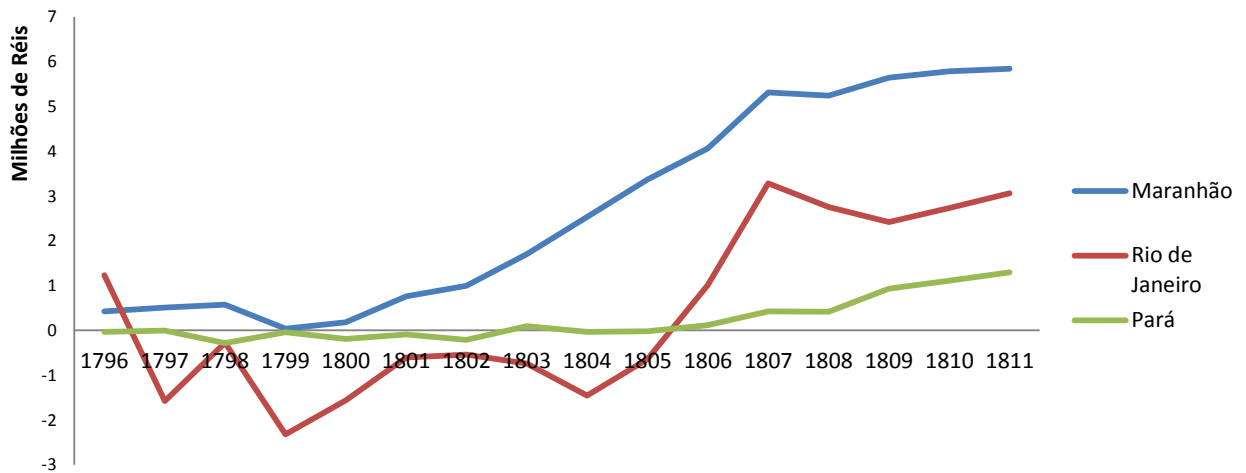
O arroz, que era produzido nas colônias inglesas e consumido no sul da Europa sem sofrer restrição de nenhum pacto colonial, também se tornou uma fonte de riquezas (Furtado, 1959).

A pecuária também apresentava algum viés de evolução econômica. A partir de 1718 se amplia no interior maranhense como uma expansão da pecuária pernambucana e baiana, com mais de 120 fazendas na região entre Pastos Bons e Carolina, fora as existentes em Itapecuru-Mirim e Alcântara (Tribuzi, 2001). Porém, sempre foi uma atividade secundária, acessória e de baixa produtividade. Antes dos frigoríficos era dificultoso transportar grandes volumes de carne e, portanto, atuava como segundo plano à grande lavoura. A título de comparação, no quase milhão e meio de km² do Nordeste, havia por volta de dois milhões de cabeça de gado (PRADO JR., 1945) enquanto o Estado do Mato Grosso hoje, com um milhão de km², possui por volta de trinta milhões.

De 1796 a 1798, a arroba do algodão variou de 1.560 a 5.900 réis. De 1803 a 1805, os preços se mantiveram estáveis. De 1808 a 1811, caíram para 3.401 réis. Em 1812, de 3.100 a 3.200 réis (Simosen, 2005 p. 441).

Entre os anos de 1796 e 1811, somente no ano de 1799, no Maranhão, as exportações não vem a superar as importações com a distância entre as sempre sendo enorme em favor da exportação (ARRUDA, 1980, p. 228) como é possível constatar no gráfico abaixo:

Saldo Comercial (1796 - 1811)



Fonte: Arruda (1980)

Em 1796 o algodão representava 20% da exportação brasileira (Simosen, 2005 p. 474).

2.3 – Atenas Brasileira (1800 - 1920)

2.3.1 Entre euforias e depressões - problemas na agricultura maranhense

O início do século XIX era promissor. Segundo Tribuzi:

São Luís ganha nova dimensão até situar-se como 4ª cidade brasileira em população e, quando a Corte Portuguesa se transfere ao Brasil, a Província do Maranhão já fornece ao Tesouro Real mais tributos que o resto do Império, excetuadas as províncias brasileiras (Tribuzi, 2001, págs. 35 e 36)

De 1812 a 1821 o total de navios atracados em portos maranhenses foi de, respectivamente, 87, 89, 80, 105, 131, 151, 155, 144, 133, 98, 143 e 114 e a exportação do estado continuava por volta de um milhão de libras anuais ultrapassando Pernambuco e próximo do valor da Bahia (Simosen, 2005 p. 443).

Dois comerciantes portugueses, saudosos dos espetáculos que ocorriam em Lisboa, edificaram entre os anos de 1815 e 1817, o que seria hoje o principal teatro até hoje do Estado, o Teatro União (que em 1920 foi nomeado Teatro Arthur Azevedo, em homenagem ao grande teatrólogo maranhense). Uma das primeiras edificações em estilo neoclássico no Brasil, o Teatro impressionava por sua

monumentalidade e foi construído frente a resistência dos frades carmelitas instalados na Igreja Nossa Senhora do Carmo, a alguns metros do teatro, que consideravam a construção da casa de espetáculos profanos ao lado do templo uma afronta aos valores cristãos.



Teatro Arthur Azevedo visto de dentro

Em 1822, a população do Maranhão era de 85.000 pessoas livres e 90.000 escravos. Havia alta concentração de renda que girava em torno de poucas centenas de famílias que oligopolizavam terras e mão-de-obra (Tribuzi, 2001). A renda não circulava e, portanto, não contribuía para algum desenvolvimento da região.

Segundo demonstrações de rendimentos publicados no jornal O Conciliador do Maranhão em 08 de fevereiro de 1823 e no jornal Echo do Norte de 13 de janeiro de 1835, o algodão respondia por mais de 50% da arrecadação. Além de que, segundo balanços publicados no Jornal “O Conciliador do Maranhão”, a Inglaterra já era o principal destino das exportações maranhenses com 26.436 sacas exportadas em 1821 contra 11.842 sacas para Portugal e no mês de novembro de 1822 com 2.212 sacas para Liverpool contra 1.684 sacas para Lisboa (O Conciliador do Maranhão Nº 53, 12 de janeiro de 1822, p. 2 e nº 154, 1º de janeiro de 1823, p.5)

Porém, a agricultura seguia arcaica e pouco se investia em melhoramentos tecnológicos. Em discurso publicado no jornal “O Farol Maranhense”, na edição de 27 de janeiro de 1829, p. 620 a 622, o presidente da província à época, Cândido

José de Araújo Viana, já vaticinava os principais problemas da agricultura na província. Sugeriria que os agricultores maranhenses deveriam plantar outras culturas, não só algodão e arroz, mas cana de açúcar e café (que, segundo ele, encontraria terreno mais fértil que no Rio de Janeiro). Propunha evitar o modo primitivo de plantação, baseado no desmatamento, utilizando métodos mais avançados tais quais outras nações. Desaprovava a taxaçoão a que se encontravam os gêneros agrícolas em solo maranhense que, não importando o preço do gênero no mercado, pagavam o imposto de 600 réis por arroba (que fora estabelecido em 1776), fora o dízimo. Reclamava da dificuldade em se escoar a produção, dada as poucas estradas disponíveis. Por último, chamava a atenção da cada vez menor oferta de mão-de-obra e sugere investir na atração de colonos para terras maranhenses.

Queixa sobre a tributação também consta em uma carta dirigida à Junta do Comércio do Reino do Brasil publicada no Jornal o Conciliador do Maranhão em 17 de novembro de 1821, p. 1 e 2, onde se reclama que o algodão brasileiro era produzido ao mesmo preço do norte-americano, porém pagava-se muito mais tributos, o que dificultava a sua concorrência. Fazia também uma recomendação:

Que se recomendasse às Mezas de Inspeções, tanto em Pernambuco, como no Maranhão, principalmente na Bahia, que não deixassem passar o algodão tão mal limpo, sujo e enlameado como vem, athe que desgosta o comprador a ponto de não querer já comprar os nossos algodões sem abrir as sacas” (O Conciliador do Maranhão, nº 37, p.1 e 2, de 17 de novembro de 1821, 17 de novembro de 1821)

Esse melhoramento econômico do Estado não significou momentos de calma entre a população, pois, conforme dito, era restrita a uma pequena elite. Uma insurreição que começou a ser ensaiada pelas elites do Estado, escapou do controle e tornou-se uma revolta popular. Conhecida como Balaiada, foi liderada por um escravo foragido e um fazedor de balaios, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, que tivera uma filha violentada por um policial sem que houvesse nenhum tipo de punição posterior. Durou entre os anos 1838 e 1841. Pequenos agricultores, vaqueiros, escravos e ex-escravos lutavam contra um uma condição social difícil. A Balaiada chegou a possuir um exército de 11.000 revoltosos que espalhou terror entre as elites maranhenses e de províncias vizinhas reproduzindo o mesmo contexto ocorrido em grande escala no Haiti no fim do século XVIII e que terminou

com o massacre e expulsão das elites haitianas (Priore e Venancio, 2010).

Um trecho constante no Dicionário de César Marques, descrevendo a localidade de Angicos, ajuda a entender melhor este terror:

“Lugar de bem tristes recordações, porque foi ahi, em 1839, assassinado o bravo capitão Pedro Alexandrino, que a frente de 163 praças guarnecia este ponto. Tendo feito junção de suas forças com as do tenente-coronel João José Alves de Souza foi assaltado inopinadamente pela quadrilha do Balaio, passante de mil homens. Venceram os rebeldes, e então praticaram actos de horror arrancando os olhos, cortando as orelhas, tirando pedaços de carne ao dito capitão, tenente-coronel, e aos outros officiaes, ainda vivos, que assim atrozmente martirizados morreram no meio das maiores angústias” (Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, 1872 p. 19)

Porém, os balaios eram desorganizados e com fraca unidade de comando. Manuel Francisco, atingido por um projétil disparado pelos seus próprios companheiros, vem a falecer por gangrena e a sua morte agravou ainda mais a desorganização. A revolução foi sufocada pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva, que mais tarde viria a se tornar o Barão de Caxias.

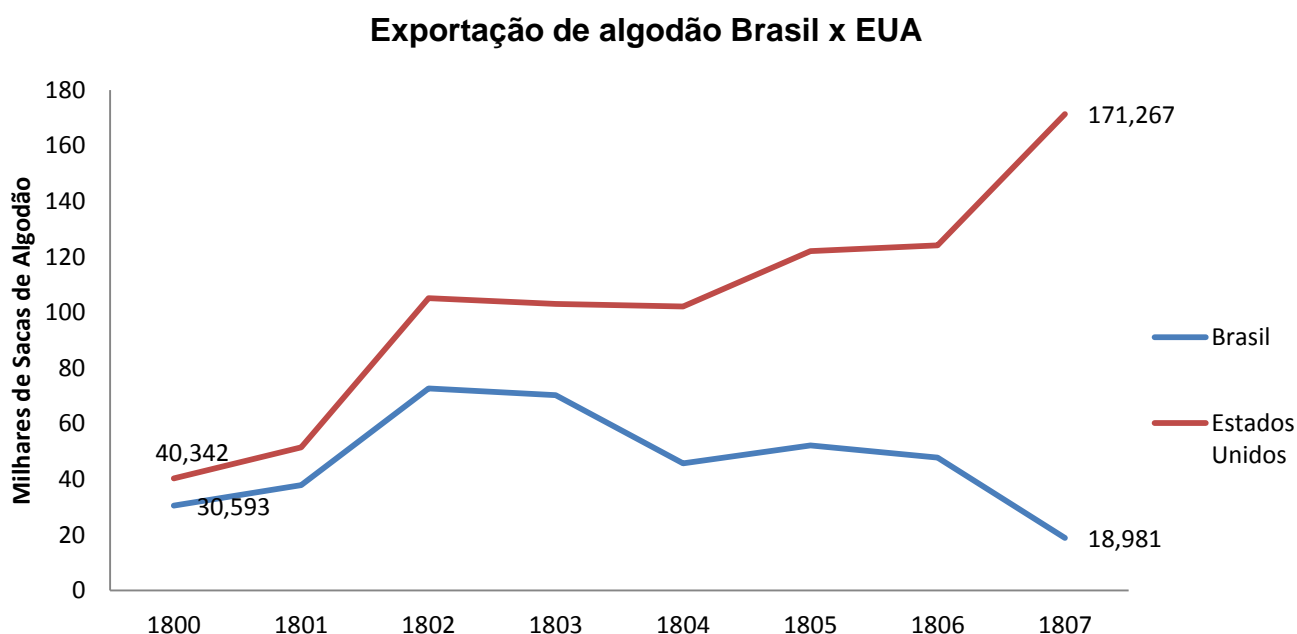
Depois de sua guerra de independência e da normalização da produção, a produção estadunidense, mais sofisticada tecnologicamente e mais próxima da Inglaterra tanto culturalmente como geograficamente, destrona o arroz e o algodão maranhenses, situação semelhante à enfrentada por Pernambuco frente a concorrência do açúcar das Antilhas após expulsão dos holandeses. Com as regiões mais dinâmicas do globo aumentando não só sua produção, como também a sua produtividade, a concorrência excluiu o algodão maranhense do mercado internacional. Sem investimentos na produção de outros bens que pudessem substituir o algodão quando oscilações bruscas ocorressem, a economia do Estado via-se a mercê de choques de ofertas no mercado internacional.

Declinou-se o ritmo progressista da região trazendo novamente o marasmo econômico característico de outras regiões brasileiras sujeitas a bruscas oscilações de fortunas.

Não houve melhoramentos mais complexos de solo ou de manejos agrícolas. Além da queima e roçada para limpar a área de cultivo, utilizava-se a coivara que consistia em reunir pilhas de galhos e restos da floresta e atear-lhe fogo, uma técnica que se aprendeu com os índios. No solo, apenas abria-se as covas e lançava-se nelas as mudas e sementes. O único instrumento agrícola conhecido era

a enxada. A irrigação era praticamente desconhecida na colônia. Indústrias de melhoramento e beneficiamento do algodão eram inexpressivas.

O gráfico abaixo ajuda a entender melhor este descolamento da importação inglesa do algodão brasileiro frente ao estadunidense:



Fonte: Simosen, 2005, p. 474

Além disso, a difícil realidade social maranhense era acentuada dado que um considerável volume de riquezas era canalizado para uma metrópole cada vez mais parasitária. Havia o atravessamento comercial da metrópole que comprava o algodão a preços abaixo do mercado europeu, o revendia a preços de mercado e lucrava com essa diferença. Até 1808, não era permitido a colônia fazer comércio diretamente com outros portos que não os portugueses.

Após a independência, o Governo Central passou a ser o problema. Em 1828, quase metade da receita do Estado foi utilizada para pagar juros e amortização da dívida brasileira em Londres, outro terço para manter o Exército e a Marinha, quase nada restando para outros investimentos que o Estado desesperadamente necessitava (Assunção, 2000, P. 64).

Ainda havia o reconhecimento da importância da indústria manufatureira e da imigração para a economia como é possível observar no discurso do presidente da província, Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 16 de fevereiro de 1835 e publicado na edição nº 57 e 58 do Jornal “Echo do Norte”:

“Tenho por mui segura convicção que a nossa Província apresentará então um progresso industrial prodigioso, e por consequência hum correspondente melhoramento em suas prosperidade moral, e material. Os capitães que abundão em algumas Nações Estrangeiras só espreitão o nosso arranjo monetário para derramar-se entre nós, procurando o maior lucro, com o que seu emprego aqui lhes acena; e assim veremos desenvolver-se a nossa afortunada Província o mesmo espírito de associações productoras, e a mesma afluência de emigração, que tem concorrido em tanto ao espantoso grão de riqueza e população, em que ora se ostenta a America do Norte, cujo bello exemplo nos convém respeitar, e seguir. Quanto a indústria manufactureira pouco posso informar-vos, porque que ella tão bem pouco, ou nada avulta por ora em nossa Província. Com efeito, senhores, a não considerarmos as fábricas que servem ao primeiro preparo dos gêneros da agricultura, e que fazem parte dos estabelecimentos desta, não temos grandes instituições nem publicas nem particulares propriamente fabris ou manufactureiras. As mesmas artes mecânicas, mais usuaes, como a carpintaria, marcenaria, ferraria etc achão-se, até na Capital, pouco multiplicadas, e aperfeiçoadas: entretanto muito confio no seu maior desenvolvimento a sombra dos auspícios tutelares, que há pouco vos ponderei falando sobre a indústria Comercial.”

A indústria seria importante nesse momento inicial de desenvolvimento econômico porque é o setor produtivo onde cresce mais rapidamente a produtividade, liderando a elevação dos salários. Produz um excedente que alimenta a acumulação, gera novos empregos não só industriais, mas em outros setores produtivos. O setor de serviços pode apresentar estas mesmas características, desde que ocorrido um prévio desenvolvimento de um setor industrial. Essa não foi a realidade maranhense, mesmo com tantos capitais afluindo para a região.

A economia continuou baseando-se em monocultura, expansão quantitativa da mão de obra escrava e na ampla disponibilidade de terras. Crises de abastecimento continuavam ocorrendo de forma frequente em consequência da estrutura fundiária baseada na agricultura de subsistência (que é menos lucrativa e de responsabilidade de pequenos produtores) e de áreas arenosas e mais expostas a secas, ou seja, mais desfavoráveis ao plantio (Assunção, 2000, P. 53). Tais crises também eram afetadas porque essas regiões tinham problemas com sistema de transportes e escoamento ficando expostas a ação de especuladores e atravessadores. Logo, a população que era pobre e, ainda por cima, não produzia alimentos para seu sustento ficava entregue à própria sorte.

A agricultura maranhense estava decadente e, segundo o editorial do jornal “O Observador” de 6 de abril de 1852, próximo à ruína.

O presidente da província do Maranhão, em abertura da Assembleia

Legislativa Provincial em 1854, publicada no Jornal O Observador em 24 de julho de 1854, enumera as principais dificuldades da lavoura maranhense àquele momento:

1 – Falta de vias de comunicação – O Maranhão não possuía nem estradas e nem navegação fluvial para escoamento da produção. Ele sugeria se resolver o problema por mais crédito à navegação a vapor. As ferrovias maranhenses simplesmente não existiam;

2 – Falta de braços – Antes mesmo da proibição do tráfico de escravos em 1850, o fluxo de escravos negros ao Maranhão já estava debilitado devido principalmente ao alto preço a que eles estavam sendo vendidos às províncias do Sul, mesmo com altas despesas de transportes e embarços. A pouca mão-de-obra escrava era remetida mensalmente em centenas para os sul. Este problema abatia não só a lavoura, como também as obras públicas e serviços domésticos

3 – Falta de instrução profissional – Segundo o presidente da província, era reconhecida e incontestável a ignorância de feitores, administradores, mestres de fábricas e vaqueiros. Enquanto produtores de outras regiões procuravam se aperfeiçoar, o sistema de lavoura maranhense havia permanecido quase o mesmo por séculos. Sugeriu a criação de escolas de agricultura e contratação de professores e técnicos que pudessem introduzir na província novas máquinas, processos e produtos. Elogiava a recém-criada Sociedade de Agricultura e Indústria Rural Maranhense por já ter feito trabalho de inovação semelhante. Sugeriu o envio, pago pelo tesouro maranhense, de um lavrador inteligente à América do Norte para aprender a maneira de cultivar e beneficiar o algodão para depois repassar este conhecimento aos lavradores maranhenses ou que se auxiliasse a Sociedade de Agricultura e Indústria Rural Maranhense a fazê-lo, haja vista que ela já estava estudando a possibilidade.

4 – Falta de capitães – Os capitães eram os responsáveis por gerenciar os estabelecimentos agrícolas (algo como os gerentes das fazendas) e eles eram itens raros pelo Maranhão. Propunha que fossem fundados estabelecimentos de créditos que pudessem fornecer garantias para compra de propriedade rural seguindo o exemplo de outros países mais desenvolvidos que traziam colonos para suas

regiões⁶.

Eduardo Olimpio Machado também reconhecia o problema de falta de homens livres para trabalho e sugeria a introdução de colonos não só na lavoura, mas também no beneficiamento de engenhos e máquinas. Recomendava o melhoramento dos processos, aquisição de novas e melhores sementes e o emprego de máquinas de descaroçar dos Estados Unidos para competição com o algodão americano.

Falava-se com saudades da época dos altos preços do algodão ocorridos na década de 1810 e 1820. Este aumento de preço havia causado certa euforia entre os fazendeiros maranhenses que compraram escravos a crédito no intuito de expandir a sua produção. Porém, com a queda de preços que vem a se consolidar após 1825, muitos se viram com problemas, sem ter como pagar com suas obrigações o que os levou a ter prejuízos ou quebrarem. (Assunção, 2000). Mais uma falsa euforia.

Após a independência, São Luís, à época com 20.000 habitantes, era o principal mercado importador de alimentos do Estado e era abastecida por produtores de cidades litorâneas como Guimarães, Icatu e Alcântara. Itapecuru-mirim, que às vezes era chamada apenas de “A Feira”, era o grande produtor de gado do interior enquanto Caxias alcançava uma certa importância supra regional (Assunção, 2000).

As quedas do preço do algodão levavam os grandes produtores a reorientar a sua produção para o mercado interno. Em geral, isso significava, como ocorrido no Sul e Sudeste brasileiro, um processo de amadurecimento e fortalecimento do mercado doméstico e, até mesmo, um início de processo de industrialização. Porém, isso não ocorreu no Maranhão à época (que levou a extensão da agricultura de subsistência até mesmo em antigas regiões de *plantation*) devido à falta de capital produtivo (que era reinvestido na compra de mais escravos e em bens de luxo), erosão de terras e distâncias dos grandes centros consumidores do Brasil. Por último, o principal motivo, o mercado interno da sociedade maranhense era exíguo entre outros motivos pelo baixo número de mão-de-obra livre (Assunção,

⁶ Anos depois os Estados Unidos editariam o Homestead Act, adotado em plena guerra civil pelo presidente Lincoln, que garantia a posse de uma propriedade de 160 hectares a quem a cultivasse por cinco anos, aumentando o fluxo de imigrantes europeus e criando uma grande classe de pequenos proprietários rurais. Enquanto isso, o Maranhão afundava.

2000, p. 56). Além disso, havia o problema de baixa oferta de vias de escoamento da produção para outras regiões do Brasil, como o Sul brasileiro.

2.3.2 Atenas Brasileira e a falsa euforia

Posteriormente, houve início o mais notável período de exportação maranhense, que ocorreu durante a Guerra da Secessão dos Estados Unidos (1861-1865). Os Estados escravistas, com economia baseada nas lavouras de algodão, entraram em guerra contra os Estados industriais do Norte e a oferta no mercado internacional é reduzida drasticamente. O jornal “A Coalição”, em sua edição nº 85, em 26 de novembro de 1862, descrevia:

“Como é sabido, a guerra, que infelizmente reina há algum tempo no Estados da União Norte Americana, tem dado lugar a que o nosso algodão, por muito procurado, haja sido vendido e esteja a vender-se por um preço muito alto. A exportação do algodão, que outr’ora se fazia em grande escala d’aquelles Estados, diminuiu consideravelmente; quase que tem sido nulla durante o curso da guerra, já por via do bloqueio sustentado nos portos do sul e captura de navios, já por causa dos incêndios ateidos nos grandes depósitos de algodão, já porque os trabalhos de uma lucta civil, sustentada com tanto encarniçamento, não dão lugar aos misteres pacificados da vida ordinária e moral.

Não se podendo prever como próximo o fim da guerra, antes parecendo mais provável que ella infelizmente continue; e por outro lado devendo supor-se que, ainda mesmo ultimada em breve a dissensão civil dos Estados Unidos, a diminuição na exportação do algodão continue por algum por algum tempo nos mesmos estados, visto como o fim da guerra não tratará como consequência imediata o restabelecimento inteiro e perfeito da vida agrícola e industrial d’aquelle paiz, parece que o arbítrio nos leva a esperar que ainda por alguns anos o nosso algodão tenha grande procura e conserve bom preço.”

O preço médio de 15 quilos de algodão saltou de 3\$500 para 30\$000, uma alta de quase dez vezes, em questão de dois anos (Viveiros, 1954).

No gráfico abaixo é possível ver este pico nos preços:



Fonte: "The American Almanac and Treasury of Facts", 1881 apud site Handsomeatlas.com

O preço da libra de algodão salta após o ano de 1861 chegando ao pico de US\$ 1,9 vindo a se normalizar apenas alguns anos após a guerra.

Durante esta época o Estado do Maranhão novamente prospera. Novamente devido ao contexto internacional e a variáveis exógenas. Uma nova falsa euforia. A cidade se embeleza e proliferam os hoje casarões históricos da região da Praia Grande⁷, com suas paredes azulejadas e que deram a São Luís o título de cidade patrimônio da humanidade. Diversos maranhenses passaram a ostentar títulos de Barão e Baronesa.

Ruas e logradouros públicos são inaugurados, fontes foram construídas, ruas receberam canalização de rede de água e esgotos. A população urbana também crescia, ampliando a pequena classe média e a as rendas da Administração Pública Local.

O Maranhão continuava como a quarta província em importância econômica (apesar de sétima maior população) e São Luís a quarta cidade brasileira com maior número de habitantes (Borralho, 2009). O algodão passa a figurar no segundo lugar entre os itens exportados pelo Brasil entre 1861 e 1870 (Fausto, 2001).

No século XIX, apesar do Maranhão receber navios de bandeiras do mundo inteiro, cinco nações se destacavam entre as demais: Inglaterra, França, Estados Unidos, Espanha, com a Inglaterra sendo destino de mais de 75% das vendas exteriores após 1862 e origem de quase 60% das importações entre os anos de

⁷ Estas construções, com até quatro pavimentos e às vezes um mirante, serviam para moradia e casa comercial. Nos pavimentos superiores ficavam os cômodos da casa e na parte de baixo, os armazéns.

1842 a 1867 (Paula e Silva, 2009). O algodão maranhense tinha como objetivo, efetivamente, ser exportado para a Inglaterra, ao contrário dos outros produtos coloniais brasileiros (como açúcar, fumo, couro, arroz...) que viviam sob uma realidade de demanda mais europeia continental. Os laços maranhenses com os ingleses eram tão fortes que em 1812 mais de 12 estabelecimentos ingleses já operavam em São Luís (Viveiros, 1954, I: p.122). Era uma província brasileira atípica, onde os ingleses compravam mais que vendiam. Outra característica atípica do Maranhão era que enquanto a maior parte da renda do governo central provinha de impostos sobre importação, o tesouro do Estado se mantinha a base de impostos de exportação, sua maior fonte de renda (Assunção, 2000).

Essa riqueza material possibilitou à aristocracia maranhense o envio de seus filhos para estudar fora, fosse Recife ou no Rio de Janeiro, fosse até mesmo em terras europeias distantes como França, Portugal e Inglaterra, o que acabou por introduzir costumes, modos e literaturas de europeus ou de outras cidades brasileira (Borralho, 2009). Houve um expressivo aumento da demanda por serviços de impressão e foram fundados o Liceu Maranhense, a Biblioteca Pública, o Gabinete de Leitura e Sociedades Literárias (Borralho, 2009).

Acostumada ao isolamento geográfico (apesar de São Luís ser uma das capitais brasileiras menos distantes de Portugal) e cultural, São Luís terminou por se tornar uma cidade de poetas tendo uma força importante nos movimentos literários brasileiros como o Arcadismo e, principalmente, o Romantismo.

Viveram no Maranhão dessa época os principais intelectuais e poetas de sua história, que se destacaram em caráter nacional:

- a) Gonçalves Dias, poeta, advogado, jornalista, etnógrafo e teatrólogo, “o Cantor dos Timbiras”. Foi o mais importante poeta romântico brasileiro e autor da célebre Canção do Exílio (um dos textos mais parafrazeados de língua portuguesa, constante até mesmo no Hino Nacional). Hoje é o Patrono da cadeira 15 da Academia Brasileira de Letras - ABL;
- b) Odorico Mendes, político, tradutor, poeta, publicista e filósofo humanista. Foi o primeiro tradutor integral para o português de *Ilíada* e outras obras de Homero e Virgílio;
- c) Gomes de Souza, o Souzainha, considerado o primeiro matemático

- brasileiro de prestígio e um dos maiores;
- d) Sotero dos Reis, um dos maiores filológicos e gramáticos brasileiros;
 - e) Padre Antônio da Costa Duarte, autor do primeiro livro de gramática da Língua Portuguesa no Brasil;
 - f) Adelino Fontoura, João Lisboa e Joaquim Serra (Patronos das cadeiras 01, 18 e 21 da ABL, respectivamente);
 - g) Sousândrade, o mais remoto precursor do modernismo atual, autor de *O Guesa*;
 - h) João Lisboa, entre outros intelectuais.

O otimismo com a realidade ludovicense (gentílico para os nascidos em São Luís) era tão alto que os habitantes de São Luís resolvem se autodenominar “Athenas Brasileira” (sem o “h” da Athenas grega) devido ao celeiro de poetas, intelectuais, jornalistas, matemáticos... Acreditavam ser os herdeiros diretos da civilização grega e, acima de tudo, como se São Luís desempenhasse a partir daquele ponto a mesma importância cultural e marcos conceituais para o Brasil que Athenas viria a representar para toda a Grécia e, por que não, para todo o Ocidente⁸?

Infelizmente, antes deste boom, o preço do algodão estava estagnado. Isso, aliado aos custos crescentes do preço da mão-de-obra escrava, levou produtores maranhenses a reorientarem a sua atividade a cana-de-açúcar que por trinta anos teve um elevado pique de produção (Tribuzi, 2001). Em consequência deste desvio dos trabalhadores e de capitais para as plantações de cana, o Maranhão não conseguiu aumentar a sua produção em tempo hábil para fazer frente ao ciclo de bonanças (Viveiros, 1954). E fica claro que os lucros conseguidos devido a esta elevação do preço superavam sobremaneira as possibilidades antes existentes para os fazendeiros maranhenses.

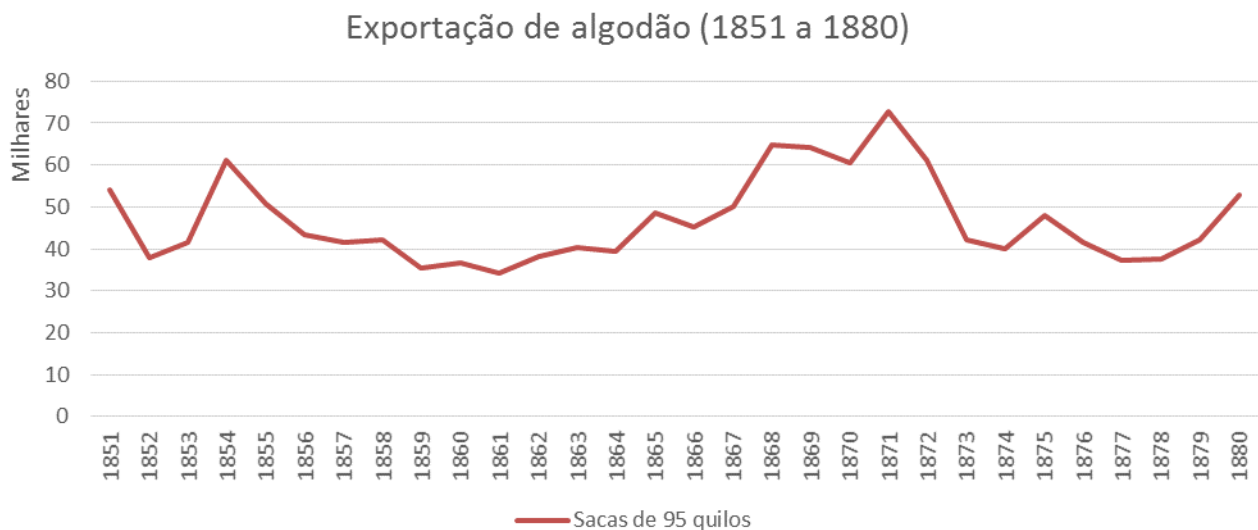
Quando os lucros dessa alta puderam proporcionar aumento de produção significativa, notadamente após 1868, a guerra já tinha sido finalizada e, com ela, os altos preços do algodão, como pode ser constatado na tabela abaixo:

⁸ Além do próprio caráter pedante, que é se autodenominar um baluarte do conhecimento, como se São Luís fosse a nova Florença de um verdadeiro Renascimento da Literatura no Brasil, o caráter eurocêntrico é triste. Os europeus foram apenas um dos povos que vieram a formar a sociedade maranhense. Desprezou-se o caráter importante que os africanos e ameríndios vieram a ter na formação maranhense (a título de curiosidade, Gonçalves Dias era mestiço e não grego). De qualquer forma, esta alcunha é até hoje utilizada pelos maranhenses para se referir a sua capital.

Tabela 03 - Exportação de Algodão, 1851 a 1880			
Anos	Sacas de 95 quilos	Anos	Sacas de 95 quilos
1851	53.990	1866	45.248
1852	37.868	1867	50.207
1853	41.662	1868	64.937
1854	61.056	1869	64.297
1855	50.879	1870	60.665
1856	43.390	1871	72.793
1857	41.611	1872	61.170
1858	42.124	1873	42.140
1859	35.356	1874	39.985
1860	36.580	1875	47.846
1861	34.201	1876	41.626
1862	38.290	1877	37.397
1863	40.250	1878	37.552
1864	39.545	1879	42.139
1865	48.718	1880	52.879

Fonte: História do Comércio do Maranhão, 1954

Ou, por meio de gráfico:



No editorial do “Diário do Maranhão” de 30 de abril de 1875, já era descrita a preocupação em se depender apenas de um produto para produção:

“Em matéria de indústria cujos fructos são exportáveis, é necessário ter mui presente esta regra de conducta, a saber: que jamais convém aos interesses produtores de um paiz ter um só ramo de agricultura, mas sim dou ou três, pois com o systema de um só a crise industrial, ou de outra ordem, que jmais se pôde evitar em absoluto se faz dobradamente arruinadora. Pelo contrário, em matéria de agricultura é mister seguir as indicações da natureza physica em cada paiz e aceitar em consequência sua previsora variedade. Nas

regiões em que o trabalho dos campos não está limitado ao cultivo de um só fructo, a repentina baixa do preço, a perda de uma colheita, o excesso da produção em outras partes, sempre prejudicam. Porém prejudicam menos intensamente que quando a oprimida indústria é a única ou a principal do paiz”

Mais uma vez, toda essa prosperidade (ou pedantismo), tinha alicerces precários baseados em condições anormais de produtos tropicais no mercado internacional. Era baseada em trabalho escravo, cujo tráfico veio a ser proibido já em 1850⁹.

Começava a ficar claro que um colapso estava a caminho. Não só os grandes proprietários de terras e traficantes, mas também a população livre estava convencida que a exploração da mão de obra escrava estava próxima do fim e, quando ocorresse, provocaria uma forte falência na sociedade e na produção (Fausto, 2001). Apesar disso, os grupos produtores se apegavam ao trabalho escravo entre outros motivos porque não havia uma alternativa economicamente viável e também eram raras as rebeliões generalizadas de escravos (Fausto, 2001).

Com o fim da Guerra Civil Americana, a Inglaterra, volta a comprar com mais intensidade o algodão da América do Norte. Após este boom dos preços, a realidade foi melancolicamente voltando ao normal. Teve fim a “falsa euforia”, termo cunhado por Celso Furtado. Mais uma oportunidade desperdiçada.

2.3.3 Abolição da escravatura e imigração

Então veio a “temida” abolição da escravatura em 1888, que fortaleceu este quadro de precariedade. Enquanto que a liberação de capitais da importação de escravos em outras regiões mais dinâmicas do Brasil deu origem a bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor entre outras, ou seja, uma modernização capitalista, no Maranhão houve o caos. Um artigo constante no Jornal “O País” no dia 29 de maio de 1885 descreve a visão que os latifundiários tinham dos trabalhadores livres maranhenses:

“O trabalhador livre

O nosso homem livre é uma entidade que não existe economicamente falando; ou porque seja má a educação do nosso povo, ou porque sejam ineficazes nesta parte as nossas leis, o certo é que a nossa população livre

⁹ Ainda que tenham sido registrados desembarques clandestinos de africanos em solo brasileiro, o ano de 1850 foi definitivamente um ponto de inflexão e, dez anos após a proibição, o Brasil deixava definitivamente de ser um país importador de escravos (Priore e Venancio, 2010).

vive ociosa e arredada do trabalho, causando danos e prejuízos aos proprietários. Analfabeta e sem a menor educação, sem hábito de trabalho, viciosa e malfeitosa, pode ser considerada – verdadeiramente selvagem.

Não tem habitação regular, contentando-se sem ter por abrigo uma latada de pindoba, na qual não se encontra um único móvel.

A maior parte desta população nada produz e os poucos que são considerados trabalhadores, porque fazem uma pequena roça. Não produzem anualmente o valor de 20\$000 por família de 4 ou 5 pessoas.

Com êstes hábitos e costumes, não tendo nada que os prenda ao lugar, vivem em contínuas mudanças, o que fazem sem custo algum, porque nada têm a transportar.

Ordinariamente, agrupam-se em roda das fazendas e torna-se o maior flagelo, furtando os frutos nas roças e até as galinhas nos quintais.

O furto de bois e porcos é em tamanha escala que fazem assombro!

Dessa gente ninguém é capaz de conseguir trabalho. ”

Para piorar, foi impossível uma indenização para os proprietários de terras detentores de escravos, pois os 700 mil escravos valiam por volta de 210 milhões de réis enquanto o orçamento total do império era de 165 milhões (Priore e Venancio, 2010). Esta perda do valor da propriedade constante no escravo, sem posterior indenização do Estado, junto a outros fatores, desestruturaram a cadeia produtiva e implodiram a agricultura maranhense.

Não era incomum aqueles que economizavam uma vida inteira para, na velhice, adquirir um ou dois escravos e assim viver do seu “aluguel” (Priore e Venancio, 2010). De um dia para o outro, essa propriedade deixava-se de ser um ativo para tornar-se uma fonte de despesa que deveria receber salário. A economia maranhense por rudimentar, não pôde se adaptar com essa nova realidade.

2.3.4 Realidade paulista pós abolição da escravatura

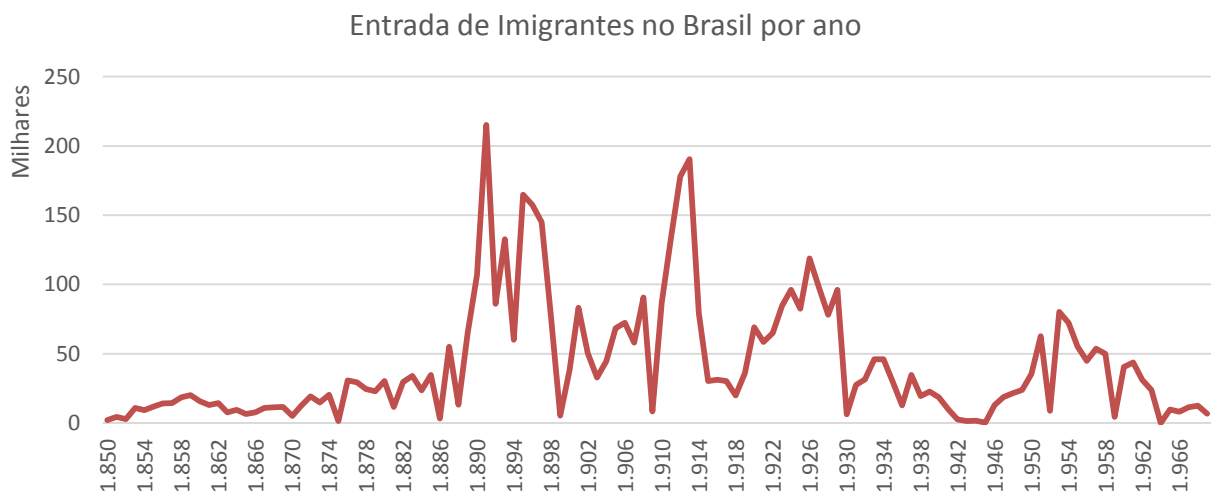
Enquanto a economia maranhense se agarrava ao trabalho escravo, que claramente dava sinais de que teria um fim próximo, a região cafeeira começou a sua adaptação frente a um novo modelo produtivo. Enquanto a acumulação de capitais da economia algodoeira maranhense se concentrava em investir mais na mão-de-obra escrava, na região cafeeira houve inversões em ferrovias, bancos e comércio, gerando uma rede de núcleos urbanos que diversificaram a economia. Houve investimentos dos excedentes provenientes da exportação em maquinário industrial, visto como uma forma de complementar as atividades agrícolas. Fazendeiros de algodão criavam fábricas de fiação e tecelagem, pecuaristas fundavam fábricas de couro, cafeicultores investiam em vagões para escoamento e

máquinas para beneficiar o café (Priore e Venancio, 2010).

Porém, o fator preponderante entre o fracasso e sucesso das duas regiões ocorre devido a um fator que foi causa e consequência para a região cafeeira: a imigração em massa, que viria a impulsionar a formação de um mercado de produção e consumo e de mão-de-obra.

Os produtores paulistas não se voltaram para os imigrantes europeus por acreditarem em supostas virtudes ou nas vantagens de criação de um mercado de consumidor de massa e mão de obra livre, mas sim porque a alternativa do escravo estava desaparecendo e era necessário achar uma alternativa para o problema (Fausto, 2001).

Entre 1887 e 1930 cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil, fluxo que vem a ser interrompido brevemente devido a Primeira Guerra Mundial e praticamente finalizado devido a Grande Recessão de 1929, com a exceção dos japoneses que chegaram em maior número ao Brasil entre 1931 e 1940 (Fausto, 2001). Em 1920, 93,4% dos estrangeiros viviam nas regiões Centro-Sul, Sul e Leste. São Paulo concentrava 52,4% de todos os residentes no Brasil graças, principalmente, às facilidades concedidas pelo Estado como passagens e alojamentos, à pujança de sua economia e do seu mercado interno que abria cada vez mais postos de trabalhos (Fausto, 2001). Um círculo virtuoso que se retroalimentava.



Fonte: IBGE Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. p.225. ¹⁰

¹⁰ Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-total-periodos-anuais.html>

Os investimentos paulistas faziam crescer de forma direta a renda coletiva em quantidade bem parecida com o que fora investido, pois os investimentos se transformavam em pagamentos de salários, maquinários e fatores de produção. Isso criou mercado interno de bens de consumo imediato como alimentos e vestuários, produtos que favoreciam a diversificação da produção por meio de empresas tocadas por pequenos empreendedores.

Era o grande centro distribuidor de produtos importados, elo entre a produção cafeeira e o porto de Santos e se tornou um campo aberto para o comércio de rua, fabriquetas de fundo de quintal e aos profissionais liberais. Entre 1890 e 1900 a população da cidade passa de 64 mil para 239 mil habitantes, uma elevação de 268% em dez anos (Fausto, 2001). Os italianos chegaram a representar, em 1920, 9% da população de São Paulo e 71,4% dos italianos em solo brasileiro viviam em São Paulo (Fausto, 2001). Em 1934, 30,2% das terras paulistas eram de propriedades de estrangeiros, número que não ilustra completamente a realidade dado que os seus descendentes não constam nessa porcentagem por já serem considerados brasileiros (Fausto, 2001). A tabela abaixo ajuda a ilustrar essa situação:

	1900		1920	
	População estrangeira	Porcentagem da população	População estrangeira	Porcentagem da população
São Paulo	476 778	20,89%	820 567	17,87%
Rio de Janeiro	195 894	24,14%	235 300	20,32%
Rio Grande do Sul	129 329	11,26%	136 076	6,23%
Minas Gerais	90 319	2,51%	80 061	1,36%
Rio de Janeiro	49 823	5,38%	48 401	3,10%
Paraná	39 457	12,06%	59 119	8,52%
Santa Catarina	21 179	6,61%	23 274	3,48%
Espírito Santo	20 124	9,59%	16 976	3,71%
Mato Grosso	95	0,08%	25 086	10,17%
Pará	2.201	0,50%	22 089	2,20%
Restante do Brasil	49 312	>1%	46 208	>1%
Total	1 074 511	6,20%	1 513 635	4,94%

Fonte: Censos demográficos de 1900 e 1920, IBGE¹¹

¹¹ Disponível em:

<https://archive.org/search.php?query=VI%20Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%20AND%20mediatype%3Atexts>

Esses imigrantes eram lavradores, operários, pessoas com uma educação rudimentar (porém com alguma educação formal) e até mesmo técnicos especializados, que se fixaram no campo diversificando a atividade agrícola. Fixaram-se também nas cidades, como os sírio-libaneses e os judeus, trabalhando e consumindo, abrindo pequenos negócios e diversificando a atividade urbana. Em sua minoria eram homens solteiros e a maioria vinha com sua família de vários filhos para aqui fazerem suas vidas na primeira experiência de colônia de povoamento que o Brasil viria a conhecer em 400 anos de história.

Tornaram-se pequenos e médios proprietários e, seus descendentes, importantes figuras na indústria, comércio e agroindústria dos Estados do Sul, Sudeste e Centro Oeste do País. Em 1893, 70% dos integrantes da indústria manufatureira da capital de São Paulo eram estrangeiros (Fausto, 2001). Era o caso de Antônio Pereira Inácio, sapateiro português fundador da gigante Votorantim. Ou dos imigrantes holandeses que fundaram a gigante alimentícia Batavo no Paraná. Ou caso de imigrantes que já chegavam no Brasil com algum recurso ou originários de classe média e que traziam consigo qualificações formais como Antonio Siciliano, Safrá, Antônio de Camillis, Giuseppe Martinelli e, o mais famoso, Francisco Matarazzo¹² (Priore e Venancio, 2010). Bem posteriormente temos o exemplo de Samuel Klein, que fundou a gigante Casas Bahia.

Não é de se estranhar que São Paulo tenha liderado o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro que se caracterizou pela diversificação agrícola, urbanização e surto industrial. Até mesmo, o algodão, que por muitos anos foi o principal motor da economia maranhense, começou a ser produzido em São Paulo para assegurar o fornecimento de matéria-prima para a economia têxtil do Estado o tornando, por volta de 1919, o maior estado produtor do Brasil (Fausto, 2001).

Os negócios do café estimularam as transações em moeda e o crescimento da renda, criando um mercado para produtos manufaturados, promoveram o investimento em estradas de ferro, que ampliou e integrou mercados e, por meio do desenvolvimento de um comércio de exportação e importação, criou um sistema de

¹² Matarazzo, por exemplo, iniciou a sua fortuna vendendo farinha de trigo e banha de porco principalmente para a comunidade imigrante de italianos.

distribuição de produtos manufaturados e importação de maquinário industrial (Fausto, 2001).

2.3.5 Realidade maranhense pós-abolição da escravatura – A Manchester do Norte

Sem conseguir criar um mercado interno de consumo e de trabalho, após a normalização do mercado externo pós-guerra da Secessão, a economia do Maranhão começou a regredir. Enquanto os cafeicultores paulistas investiam em infraestrutura e indústrias, os fazendeiros maranhenses consumiam de forma ostentatória (Tribuzi, 2001) ou aplicavam em outras atividades não propriamente produtivas dilapidando as receitas de exportação. Gastavam seus altos retornos com o algodão na compra de mais escravos e em importações de luxo como seda francesa e tecidos de algodão ingleses (Assunção, 2000 p. 41). O Maranhão exportava algodão para importar tecidos.

Os Estados Unidos, pelo contrário, investiam produtivamente no seu algodão diminuindo os custos e aumentando a sua qualidade. Além do mais, começaram a beneficiá-lo e logo se tornaram competidores da indústria manufatureira inglesa. O Maranhão tentava competir com essa queda de custos por meio da menor qualidade no seu tratamento entregando o algodão, conforme citado anteriormente, “mal limpo, sujo e enlameado”, o que contribuiu para uma péssima reputação do produto da província.

Enquanto os excedentes paulistas eram aplicados diretamente na renda da coletividade (se transformando no pagamento de salários e de fatores de produção), no Maranhão o resultado do investimento era totalmente inverso, pois era revertido em pagamentos ao exterior ou a outras províncias na compra de mais escravos para força de trabalho. Enquanto São Paulo produzia café com mão de obra livre (proporcionando um mercado de massa e expansão econômica por meio de indústrias de bens de consumo), o cultivo do algodão no Maranhão ainda dependia da mão-de-obra escrava que tinha um custo crescente.

Entretanto, havia entre os maranhenses um reconhecimento da importância da imigração para o desenvolvimento da agricultura local. Analisando os Relatório de Presidentes da Província do fim do século XIX, é possível ver o presidente da

província do Maranhão à época, Casimiro Dias Vieira Jr., citando zonas propícias a recepção de imigrantes:

“Accresce ainda que o sertão é o lugar mais apropriada para agasalhar os primeiros imigrantes europeus que tivermos de receber, concorrendo para esse fim a amenidade do clima, mais salubre que outro qualquer, e a facilidade na aquisição dos meios de vida. E já que vos falei em imigração, devo levar ao vosso conhecimento a proposta que recebi de Hespanha, firmada pelo Sr. Manoel D. Santos e que veio acompanhada de uma carta de informação do Consul Brasileiro em Vigo, transcriptas no Diário do Maranhão, ns; 6407 e 6444, de 16 e 20 de janeiro último, para as quaes chamo toda a vossa atenção e solicitude. ” (Relatório dos Presidentes de Província, 05/06/1894, p.7)

Houve até mesmo algumas tímidas iniciativas como a do sr. Daniel Adler que trouxe para o Maranhão 28 famílias com 105 imigrantes de diferentes nacionalidades (Relatório dos Presidentes de Província, 7/07/1890, p.263 a 265), a de 60 famílias de imigrantes que vem a ser transportadas diretamente do porto de Camocim e distribuídas para os estabelecimentos agrícolas das empresas maranhenses (Relatório dos Presidentes de Província, 15/02/1899, p.10 e 11) e a de vinte e cinco imigrantes alemães que foram destacados para trabalhar na cidade de Rosário, ainda que outras famílias italianas não tenham se adaptado ao Maranhão e regressado a capital federal (Relatório dos Presidentes de Província, 18/02/1897, p.5 e 6). Tais iniciativas eram irrisórias enquanto comparadas com as centenas de milhares de imigrantes que chegavam a São Paulo.

O Maranhão chegou até mesmo a ter despesas relativas isso. De janeiro a junho de 1896 gastou 2,5% do seu orçamento na rubrica “com a imigração italiana”, quase 1/3 do que gastou com Segurança Pública no período (Relatório dos Presidentes de Província, 18/02/1897, p.9) e de 0,42% com a rubrica “Para propaganda a favor da lavoura e imigrantes” no exercício de 1899, que, uma curiosidade, contou com 18% das receitas provenientes da rubrica “Indústria e profissão” quase o mesmo da rubrica “Exportação” que respondia com 21% das receitas (Relatório dos Presidentes de Província, 13 de fevereiro de 1901 tabela nº 6).

Entretanto, tais esforços tinham resultados ínfimos com o Maranhão, em 1900, recebendo apenas 275 imigrantes, o que garantia um aumento líquido quase nulo já que no mesmo ano 208 imigrantes deixaram o Estado e 35 vieram a falecer (Relatório dos Presidentes de Província 10 de fevereiro de 1902, p. 190 e 191).

Porém, já era tarde. O Maranhão, apesar do problema da substituição da mão-de-obra escrava pelos imigrantes ter sido objeto de interesse público, não conseguiu por problemas de ordem econômica (segundo alguns autores, até mesmo climáticas), de infraestrutura, de financiamento, de falta de acesso à terra, entre outros, beneficiar-se deste fluxo que ocorria no Brasil. Além disso, a própria mão-de-obra escrava já tinha sido bastante reduzida em consequência da venda a outras províncias que podiam pagar pelos elevados preços dos escravos após o fim do tráfico em 1850.

Após o fim do tráfico negreiro em 1850, o principal suprimento de escravos se deu por meio do tráfico entre províncias. Entre 1864 e 1874, a população escrava do Nordeste declina de 774 mil (45% do total no Brasil) para 435 mil (28% do total) enquanto no mesmo período a população escrava em São Paulo mais que dobra de 80 mil (4,6% do total no Brasil) para 174 mil (11%).

Antes, era possível alguma produção por meio da exploração sub-humana dos escravos, vistos como um instrumento consciente da produção e que tinham um nível de sobrevivência de tão baixo custo de manutenção que permitia algum lucro mesmo com os atrasos tecnológicos. Porém, o modelo econômico latifundiário-escravista maranhense altamente concentrador de renda e monocultor, não estava preparado para enfrentar um mercado internacional cada vez mais competitivo.

Entretanto, não foi esse o único motivo que levou a ruína da agricultura maranhense. Lê-se no editorial do Diário do Maranhão:

“A causa da depreciação do nosso produto foi principalmente a mesma que fez descer o preço do nosso assucar, isto é, a inferioridade dos produtos brasileiros comparados com os produtos similares nos mercados da Europa”

E continua fazendo uma comparação com o caso do Egito, que por alguns anos já tinha deixado de ser o celeiro da Europa, sendo substituído pelos países da América do Norte que haviam conseguido livrar-se das amarras do despotismo:

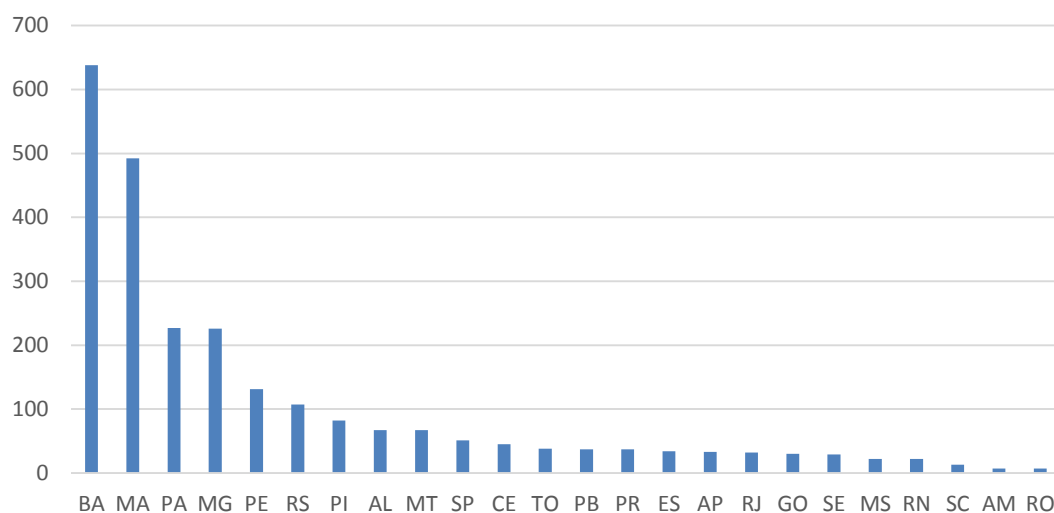
“No Egypto produz-se pouco ou de qualidade medíocre em um solo admiravelmente apropriado à cultura dos grãos e das sementes oleaginosas. O trigo do valle do Nilo vem sempre cheio de terra, é mal colhido e mal preparado e de tal arte saturado de saes hygrometricos que é quase impossível de ser conservado; bicha com muita facilidade. O anil do Alto Egypto, de cor excelente, é queimado e barrento, e o ópio do Said contém mais folhas e sacco de alface que de papoula” (Diário do Maranhão, nº 774 de 4 de março de 1876)

Após a abolição da escravatura, 70% dos engenhos de cana e 30% das fazendas produtoras de algodão foram à falência e a desvalorização da fazenda agrícola maranhense chegou a 90% (Viveiros, 1954). Grandes propriedades chegavam a valer quase 10% do valor de outrora (Viveiros, 1954) e foram desmembradas.

Os fazendeiros não aceitaram a antiga mão de obra escrava como assalariada e, o que agravou o quadro, os escravos libertos, buscando melhores condições de vida e fugindo de um passado recente e cruel, sequer aceitaram ser contratados, preferindo montar comunidades autônomas de subsistência a ficar nas fazendas ou indústrias (Viveiros, 1954 pag. 557). Os ex-escravos, novos homens livres, assumiram a produção da agricultura de subsistência em suas próprias roças desenvolvendo uma economia de pequenos lavradores dedicados a produção para autoconsumo, policultura e baseada no trabalho familiar (Paula & Holanda, 2011). O contrário dos colonos do Sul, que puderam ter como objetivo produzir excedentes a serem vendidos gerando emprego e renda nas cidades.

Esta fuga foi tão grande que hoje, o Maranhão é o segundo estado com maior número de populações quilombolas, atrás apenas da Bahia.

Comunidades quilombolas por Estado



Fonte: Fundação Palmares, 2015¹³

Porém a vida desses novos libertos era dura.

¹³ Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/quadro-geral-por-estado-ate-23-02-2015.pdf>

A falta de um sistema de saúde pública, ensino universal ou políticas de capacitação e introdução produtiva desses ex-escravos e seus descendentes os condenou a viver em um completo estado de abandono no Maranhão. Em 1872, o índice de analfabetismo entre os escravos atingia 99,9% (Fausto, 2001). Vítimas de preconceito por meio de leis e instituições que os estigmatizava como subcidadãos e sem voz nessa sociedade, sua realidade pouco mudou até a redemocratização. Isso desencadeou profundos impactos na realidade maranhense deixando feridas abertas visíveis até hoje no subdesenvolvimento do Estado.

Um abismo separava a restrita classe letrada maranhense da grande massa de gente iletrada ou com educação rudimentar. Sem uma oferta de mão de obra imigrante como no ocorrido no sul do Brasil, a economia maranhense regrediu à subsistência (Paula & Holanda, 2011).

Em 1908, Benedito Leite, no Relatório de Presidentes de Província, falava da imigração:

“Juntamente com esses veem muitos de genio aventureiro e irrequieto. Estes em geral se retiram, ocasionando não pequenas despezas, porem, desde que haja bastante recurso para fazer face a esses prejuízos, para manter uma parte dos immigrantes, tornando-lhe conhecidas as excelentes vantagens que o Estado offerece, tudo se mudará por completo, os próprios immigrantes farão a propaganda, a corrente immigratoria irá pouco a pouco se estabelecendo e dentro em algum tempo manifestar-se-hão os resultados benéficos.”

“Nada existe entre nós que ofereça resistência a immigração. As condições sanitárias do Estado em geral são boas. Toda a grande faixa do littoral é banhada por fortes ventos que tornam o clima agradável; na região sertaneja há grandes zonas em que a temperatura é bastante amena e na parte central, como nas margens do Tocantins, somente durante algumas horas do dia sente-se calor forte. Demais, não há em qualquer região do Estado grandes variações na temperatura; ella se conserva durante todo o anno mais ou menos a mesma, guardadas as diferenças das zonas a que acima me referi. A tudo isso acresce que em qualquer região do Estado extraordinárias riquezas naturaes cerca o habitante, offerencendo-lhe a mais completa facilidade de vida. Assim, não pode haver dúvida alguma sobre o êxito da immigração entre nós. As apprehensões que por ventura existam a esse respeito não teem, como se vê, o menor fundamento.”

(Relatório de Presidentes de Estados – 21 de fevereiro de 1908, p. 13 e 14)

Para dificultar ainda mais, a Amazônia vivia um sonho transitório de prosperidade e ostentava riquezas devido a extração de borracha a partir de 1880. Belém e Manaus começaram a contar com linhas elétricas de bondes, serviços de telefone, água encanada, iluminação elétrica no meio da floresta quando isso ainda era luxo em diversos centros urbanos brasileiros (Fausto, 2001). Houve forte êxodo

da população para os estados do Pará e do Amazonas, atrás do “El-Dourado” do Norte, onde os maranhenses livres migravam em busca de melhores oportunidades de vida. (Viveiros, 1954).

Segundo estimativas do IBGE¹⁴, a população dos dois estados, entre 1890 e 1900 tem um crescimento de 50% em 10 anos, em uma migração líquida de quase 220 mil habitantes. Para efeito de comparação, a cidade de São Luís, em 1890, tinha uma população estimada de 29.308 habitantes. O sonho de riqueza estava na Amazônia e não nas decadentes fazendas e indústrias do Maranhão. Enquanto uma forte imigração europeia vem a sustentar a economia cafeeira no Sudeste, essa forte migração nordestina veio a sustentar o ciclo da borracha na Amazônia.

Entretanto, enquanto os europeus contavam com apoio governamental para sua transferência, residência garantida e até mesmo terras para agricultura, os seringueiros nordestinos já começavam a trabalhar endividados. Tinham que pagar por suas despesas de viagem, instrumentos de trabalho e dependiam dos empresários para se alimentar, já que eles detinham o monopólio de fornecimento de alimentos nos seringais em um regime de escravidão de fato em pleno século XX.

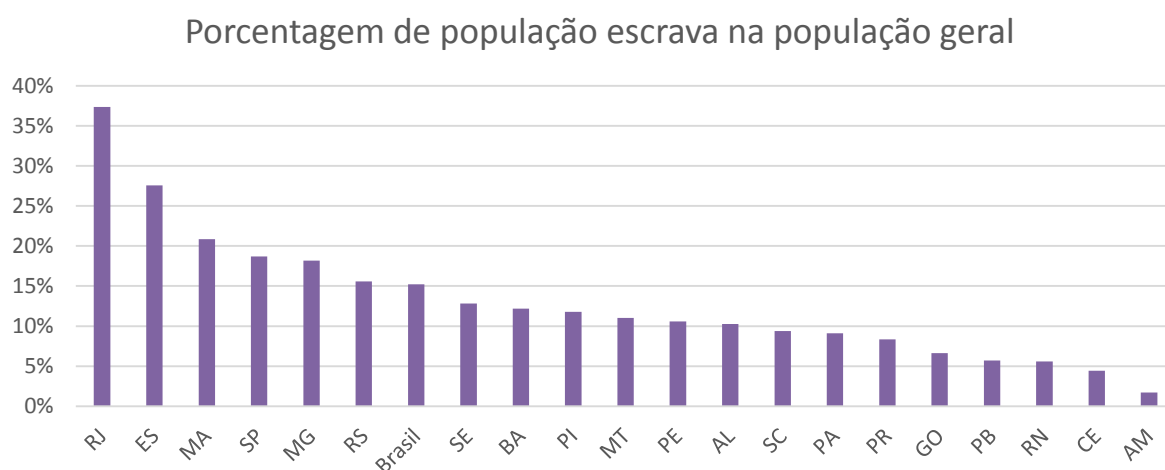
Quando os preços da borracha no mercado internacional caem, esses nordestinos são entregues à própria sorte vivendo da forma mais primitiva de sobrevivência, que é a do homem que sobrevive por meio caça, pesca e coleta da natureza, tal qual os primeiros nômades da raça humana.

Sem reserva de trabalho livre para substituir o escravo, que fundavam as suas comunidades quilombolas, e com a exígua mão-de-obra livre migrando para o Sul ou para o sonho da borracha na região amazônica, a economia colapsa. O Maranhão tornou-se uma terra abandonada a própria sorte, quase que revivendo os seus tempos pré-Pombal.

Esse êxodo foi tão forte que a força de trabalho empregada que “restou”, proveniente em sua maioria da camada urbana empobrecida, era composta por cerca de 70% de mulheres e crianças, pois os homens que não haviam migrado dedicavam-se em sua maioria a atividades agrícolas no interior (Campos, 2008). Deslocamentos semelhantes ao de homens retirantes da seca que se refugiavam em São Paulo no século XX.

¹⁴ Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>

Ficaram os escravos e ex-escravos que, com sua baixa capacitação e em suas lavouras de subsistência, pouco podiam contribuir para o desenvolvimento local. Segundo o censo de 1872, o Maranhão ainda era o terceiro estado com maior proporção de população escrava do Brasil, com 21%, atrás de Espírito Santo (28%) e Rio de Janeiro (37%) (Censo IBGE, 1872)



Fonte: Censo IBGE, 1872

Apesar de sua população pouco significativa era o quinto estado em número absoluto de escravos (Censo IBGE, 1872).

Houve o surgimento de uma nova geração de intelectuais que ainda tiveram importância nacionalmente como os irmãos Arthur, teatrólogo, e Aluísio Azevedo (autor de *O Cortiço* e maior representante do naturalismo na literatura brasileira), Graça Aranha (autor pré-modernista e um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922), Coelho Neto, Nina Rodrigues, Raimundo Côrrea, entre outros. Era a esperança de São Luís em se perpetuar, ainda que em crise, como terra da literatura, da prodigalidade, da escrita e da poesia (Borrvalho, 2009). Parecia que a “Atenas Brasileira” ainda vivia, apesar das adversidades.

Ainda houve uma tentativa, até certo ponto desesperada, de investir os capitais na construção de indústrias em centros urbanos como Caxias, Codó e, principalmente, São Luís. Era a esperança de tentar assegurar de forma duradoura a parca riqueza que restava desse ciclo que esgotava e se esfacelava.

Tinha-se a ideia de industrializar a economia do Maranhão por meio da instalação de indústrias têxteis para aproveitar a produção local de algodão. Sonhou-se até mesmo em transformar São Luís em uma “Manchester maranhense”

como é possível constatar na mensagem do Governador Manoel Ignácio Belfort Vieira:

Tudo isso promete um brilhante futuro ao Maranhão em tempo não mui remoto e que o collocará no melhor pé de prosperidade para competir em civilização e progresso com os Estados mais adiantados da União.

*Si pelo lado de seus filhos illustres nas letras já foi considerado a **Atenas brasileira**, hade sê-lo também, pela indústria, a brasileira **Manchester**, ocupando importantíssimo logar pelo empório do Norte.*

(Relatório dos Presidentes de Província, 06/08/1892, p. 9)

Foi iniciada a fase que Viveiros nomeou de “loucura industrial”.

Foram fundadas fábricas de tecidos como a “Companhia Fabril Maranhense”, a “Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil”, a “Progresso de São Luiz”, Companhia Manufatureira Agrícola do Maranhão” (fundada em Codó) entre outras (Campos, 2008). Elas deram origem aos atuais bairros da Madre Deus (o hoje turístico Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão-CEPRAMA era, inclusive, uma dessas fábricas, a Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo) e Camboa, onde os empresários construíram as vilas de casas características do estilo arquitetônico ludovicense do século XIX, com uma porta e uma janela. Era uma forma dos empresários terem os trabalhadores sempre por perto e também uma vantagem para os operários de terem onde morar.

Em 1895, Minas Gerais possuía o maior número de fábricas no Brasil, com 37 fábricas e logo atrás vinha o Maranhão com 16 e quase 3.000 operários, número significativo em uma população que beirava os 45 mil. Havia mais fábricas no Maranhão que no Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo com, respectivamente, 15, 14, 12 e 10 (Viveiros, 1954, v.3, pag. 49). Posteriormente, o parque industrial maranhense chegou a ser composto de 17 fábricas de posse de sociedades anônimas e de 10 fábricas com proprietários pessoas físicas (Viveiros, 1954 pag. 558). Entre essas fábricas havia 10 indústrias de fiação e tecidos, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e fazer sabão, 2 de açúcar e aguardente, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de cerâmica, 1 de sabão, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo, 1 de calçados entre outras (Viveiros, 1954).

Eram momentos de esperança, com descrições dos jornais à época sobre visitas de jornalistas às fábricas:

“A primeira, que tem uns seiscentos operários de ambos os sexos, produz somente morins, e é tão acreditada a sua produção que a fábrica vende

todos os seus productos. É gerida por um moço brasileiro bastante inteligente, cujo nome não nos ocorre n'este momento.

A segunda produz tecidos de algodão. Como a primeira, carda, fia, tece e ting. Tem cerca de mil operários, a sua produção é grande e o stock nullo. Movida por potente motor, tem as suas secções bem determinadas. Produz também saccaria de juta, em grande escala, e, para attender às necessidades da população, o Sr. Chrispim Santos creon uma pequena fábrica de gelo, que trabalha incessantemente.

É um verdadeiro industrial aquelle homem. Vive na fábrica, todas as horas do dia, zelando tudo, e em tudo fazendo evidenciar a sua atividade febril, a sua elevada intelligencia e alta competência profissional". (Eugênio Silveira, Diário do Maranhão, 12 de setembro de 1902)

A cidade se altera e se transforma de uma anterior feição administrativa mercantil para uma feição industrial. Porém, apesar de no início ter havido uma certa euforia e respeitável produção, logo percebeu-se que se tratavam de um sonho com bases tênues. O retraimento dos compradores e diminuição dos negócios (que para piorar ocorreu durante uma superprodução de algodão e tecidos) foram o prenúncio de dias piores. Foi necessário buscar escoar essa produção para outros estados a base de muito retraimento de preços e logo a falência veio a abater essas fábricas (Campos, 2008).

Estas fábricas não foram capazes de criar um parque industrial dinâmico e duradouro a ponto de competir com o Sul que se industrializava e, particularidades maranhenses, como as elevadas tarifas alfandegárias, fretes exorbitantes, inúmeros feriados, dificuldades de comunicação, falta de estradas, carência de crédito e de bancos, contribuíram para que esse sonho não fosse concretizado (Campos, 2008).

As elites maranhenses saíram de suas fazendas de algodão e cana-de-açúcar para uma atividade totalmente desconhecida, a produção industrial com máquinas importadas dos países centrais. A falta de visão e de capacidade de gestão dos pretensos burgueses maranhenses contribuíram para esta ruína. Quase 80% chegaram a ser fechadas (Viveiros, 1954 pag. 558) e o curto ciclo de industrialização maranhense que se tentou iniciar durante o final da década de 1880, foi se finalizar antes de se iniciarem os anos 1920 (Matos, 2015).

As poucas indústrias que restaram no século XX foram se decompondo devido à queda da qualidade da produção algodoeira e, principalmente, devido a ineficiência tecnológica e econômica das máquinas industriais (que continuaram as mesmas da década de 1890), pois o empresariado maranhense as mantiveram obsoletas mesmo durante o período favorável das duas Grandes Guerras Mundiais, preferindo aplicar estes vultosos lucros no investimento de empreendimentos

imobiliários no Sul do País (Tribuzi, 2001, p.61).

Restaram as chaminés e ruínas de fábricas espalhadas pela região central e histórica de São Luís, algumas restauradas¹⁵, reutilizadas¹⁶ e outras simplesmente abandonadas denunciando um passado em que se sonhou áureo, mas que a tempo terminou por ceifa-lo.

Contribuiu para isso a ineficiência do poder público local por meio da sua própria restrição de meios legais e financeiros. Similarmente, houve a indiferença do governo imperial que voltou as suas atenções para a região cafeeira e cujas políticas monetária, creditícia e cambial eram voltadas para o benefício desta região não havendo uma decisão nacional que integrasse o país, ainda mais se tratando de uma questão tão longínqua do centro do Império como o Maranhão (Tribuzi, 2001).

O Império desvalorizava e valorizava a moeda segundo flutuações internacionais que favorecessem os produtores de café, mas que comprometiam os produtores de algodão e açúcar e contribuíram bastante para o esfacelamento da produção de manufaturas de fábricas maranhenses.

A exportação continuou sendo uma das principais verbas do orçamento, porém por meio do gráfico abaixo é possível perceber como ela era instável:



Fonte: Relatório de Presidentes de Estados (07/02/1907) p. 8

¹⁵ A antiga Fábrica Santa Amélia está sendo reconstituída pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA e contará com um Museu da Indústria do Maranhão. Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, que hoje abriga o Centro Integrado Rio Anil – Cintra, escola de ensino fundamental e médio situada no bairro do Anil)

¹⁶ A planta da antiga Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil hoje abriga o Centro Integrado Rio Anil – Cintra, escola de ensino fundamental e médio situada no bairro do Anil

Nos anos de 1895 e 1896, manteve-se abaixo de 170 milhões réis. Ao passo que em 1899, 1900, 1903 e 1904, próxima de 450 milhões de réis. Difícil fazer planejamento público com tão pouca previsibilidade.

Benedito Leite, governador, já em 1908 resumia parte das principais causas da bancarrota maranhense e que levariam o Maranhão a um século de miséria extrema:

“Proclamei a necessidade de basear-se o orçamento do Estado principalmente nos impostos de consumo, reduzindo-se o mais possível as taxas de exportação e declarei também que, não obstante já terem sofrido ellas reduções sensíveis, entendia que, de accordo com a opinião que externei, devia o Congresso continuar a diminui-las

Chamei a vossa atenção para o pouco desenvolvimento da vida econômica do Estado, devido isso principalmente aos efeitos do regime da escravidão, à falta de educação profissional para a exploração das industrias e de braços para o trabalho, às dificuldades do transporte e à carente iniciativa particular” (Relatório de Presidentes de Estados – 21 de fevereiro de 1908, p. 5).

A saída da nova geração de poetas maranhenses para outras regiões do país, notadamente Graça Aranha, Aluísio e Arthur de Azevedo (que inclusive vieram a fundar a Academia Brasileira de Letras), Coelho Neto e Raimundo Côrrea, terminou por contribuir para este quadro melancólico (Borrvalho, 2009) e sepultaram as esperanças de um Maranhão das letras.

Era o fim da Atenas Brasileira.

2.4 – Triste realidade (1920 – 2010)

2.4.1 Drogas do Sertão contemporâneas

Após o colapso da economia algodoeira maranhense, ainda houve a tentativa de novamente garantir um crescimento de sua economia, dessa vez com outro produto, o óleo de babaçu.

Durante a ocupação japonesa das Filipinas, os estadunidenses começaram a ter dificuldades em adquirir a polpa de coco. O óleo de coco era utilizado para lubrificação das máquinas de guerra estadunidenses e o do babaçu mostrou-se um ótimo substituto. Possuía versatilidade, podendo ser empregado como matéria prima para produção de combustíveis, sabão, explosivos e até mesmo vidros

blindados. Em outubro de 1942 foi celebrado um acordo entre os Estados Unidos e governo brasileiro onde os estadunidenses se comprometeram a adquirir integralmente a produção brasileira (Jornal “A Noite”, 20/01/1944). Não era a primeira vez que o Maranhão ensaiava a exportação de babaçu, há registros de uma primeira exportação já em 1867, porém não logrou êxito (Azevedo, 2003).

Mais uma vez a economia do Maranhão volta-se para um ciclo externo. Mais uma vez em uma cadeia produtiva de baixa capacitação, ultra extensiva em área e não intensiva em capital (ou seja, a antítese de um parque industrial que tem como característica empregados capacitados, intensivo em área e intensivo em capital). Mais uma vez dependente de apenas um produto.

Ela era baseada nas batalhadoras quebradeiras de coco que saíam por entre as matas de cocais maranhenses catando coco e retirando a amêndoa em um processo manual e artesanal que pouco mudou até os dias atuais. Um processo de drogas do sertão, tal qual o século XVIII, em pleno século XX!

O processo era rudimentar. As amêndoas eram socadas em um pilão de madeira, depois destiladas em caldeirões de barro, coadas e engarrafadas. O seu mesocarpo era utilizado no preparo de mingau, apreciado devido ao sabor semelhante ao de chocolate (Azevedo, 2003).

Com salário próximos a subsistência, jornada de trabalho de sol a sol e direitos trabalhistas nulos não era novidade que essa atividade não iria contribuir tanto para desenvolvimento do Estado.

Ainda que houvesse um mercado aquecido que demandasse mais e mais babaçu, a produção, por artesanal e extrativa (ou seja, não era sequer cultivada), não conseguia crescer aos ritmos necessários para suprir a esta demanda, sendo a oferta restrita a capacidade da própria natureza à extração.

Embora tenha havido alguma circulação de recursos na economia, mais uma vez, assim que o cenário econômico se normalizou e as cadeias produtivas anteriores foram refeitas, o Maranhão volta a sua melancólica realidade. Ainda que não tenha tido a mesma força que os ciclos do algodão anteriores, foi mais um ciclo externo que passou sem desenvolver as bases da economia. Ainda hoje um grande contingente de famílias maranhenses, na casa das centenas de milhares, sobrevive da coleta e quebra do coco babaçu por não conseguirem outra ocupação com melhores salários e mais direitos trabalhistas nas zonas interioranas dos estados.

O Algodão dos tempos áureos ficou apenas como uma vaga lembrança. A título de comparação, em 1926 exportou-se 1.883.293 quilos de algodão¹⁷ (Relatório dos Presidentes de Estado, 05 de fevereiro de 1928, p. 87 e 88) quase um quarto dos 5.800.320 quilos exportados em 1854, mais de oitenta anos atrás e antes da Guerra Civil estadunidense.

Na década de 30, o Governador José Maria Magalhães de Almeida, ainda vaticinava a necessidade de imigrantes para o Estado:

Precisamos urgentemente de braços de imigrantes para cultivar a terra, afim de augmentar a producção e desenvolver as fontes de renda do Estado.

É, entretanto, mistér o dispêndio de somas não pequenas para installação dos imigrantes e sua manutenção nos primeiros tempos, o que constitue serio embaraço para o Estado. Mas a custa de qualquer sacrificio isso deve ser realizado. Em caso contrário, continuará o Maranhão com serias oscillações na sua receita, pois a nossa producção, que não é grante, está sujeita as constantes variações de preços dos nosso productos de exportação. (Relatório dos presidentes de província, 05 de fevereiro de 1930 p. 29)

2.4.2 Industrialização tardia

Ao atingir-se a metade do século XX, a economia maranhense pouco mudou. Continuava baseada em: i) pecuária extensiva e degenerativa, ii) pesca artesanal, iii) extração e coleta de produtos nativos (notadamente o babaçu), iv) cultivo de gêneros de subsistência utilizando meios predatórios como as queimadas. Os únicos cultivos que chegaram a ocorrer de forma industrial, cana-de-açúcar e algodão, há muito já haviam entrado em decadência. No beneficiamento da mandioca predominavam os pilões, caititus e diversos outros equipamentos artesanais herdados da cultura indígena (Tribuzi, 2001).

Enquanto São Paulo, no sul do Brasil, já produzia carros, maquinário agrícola e, no fim da década de 60, iniciava os primeiros passos na produção de aviões por meio da Embraer, o Maranhão tinha um sistema produtivo de produtividade da Idade Média.

Só voltou a se integrar novamente à economia brasileira na década de 70. Inicialmente essa integração se faz por meio de alimentos básicos como arroz e pecuária bovina e, posteriormente, com indústrias mais pesadas. Posteriormente,

¹⁷ Um ano bom, já que em 1926 exportou-se apenas 1.883.414 quilos

houve um esforço do governo por meio de vultosos subsídios entre os anos 1970 e 1985 a grandes empresas comerciais e agropecuárias para modernizá-las tecnologicamente e gerar demanda de insumos (PAULA, 2008).

O tardio processo de industrialização maranhense vem a se iniciar no fim da década de 60 com a construção da Belém-Brasília e de estradas regionais como São Luís/Belém e São Luís/Teresina. Porém, é na década de 1970, quando massivos aportes foram incorporados a sua economia baseada em agricultura artesanal e pecuária extensiva, que se intensifica (Pereira e Coronel, 2013), principalmente por meio do modelo de desenvolvimento do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e da criação da SUDAM e SUDENE. Eles contribuíram para que as regiões Norte e Nordeste fossem palcos de grandes projetos industriais baseados na exploração, produção e exportação de ferro, aço, celulose e alumínio (Barbosa, 2012).

Ao Maranhão chegam os grandes projetos de metalurgia e minérios como a ALUMAR, responsável pela transformação da bauxita do Pará em alumina e alumínio e que tem 80% da sua exportação voltada ao mercado externo (Barbosa, 2012) e o Projeto Grande Carajás responsável pela extração e transporte de minério de ferro, principalmente da Serra dos Carajás no Pará, por meio de ferrovias até o Porto do Madeira em São Luís (Paula, 2008).

Era o momento do “Grande Maranhão para todos”, a redenção do Maranhão e que iria gerar um milhão de empregos segundo a propaganda oficial à época. Foram cedidos à ALUMAR, a preços simbólicos, 10 mil hectares (quase a área de toda Paço do Lumiar, cidade metropolitana da ilha de São Luís, com 13.241 hectares), terra onde viviam por volta de cinco mil famílias que foram retiradas, além de contar com incentivos, subsídios e isenções fiscais.

O Projeto Ferro Carajás (com obras de infraestrutura rodoviária entre São Luís e Teresina, ferroviárias, como a Ferrovia Carajás, e portuária notadamente no Porto do Itaqui), contribuiu para uma maior visibilidade do Estado em nível Nacional e o tornou um polo competitivo para o escoamento da produção do país, principalmente pelo Porto do Itaqui (Pereira e Coronel, 2013). Vale registrar que a ilha de São Luís possui extraordinárias condições geográficas para a construção de portos de águas profundas, o que contribuiu para a decisão da ALUMAR e da Vale em decidir implementar seus projetos na região.

Ao longo da Estrada de Ferro Carajás houve a instalação de vários projetos industriais como as usinas siderúrgicas Companhia do Vale do Pindaré, MARGUSA, METALMAN... transformando o percurso entre as cidades paraenses, Baixada Maranhense Ocidental e São Luís em um corredor da exportação (Burnett, 2015). Este percurso possui uma extensão de 890km (onde 590km encontram em solo maranhense) e contribuiu, junto com o retorno do crédito agrário, para que uma faixa de mais de 30.000 km², que vai do Oeste maranhense até o seu litoral, se tornasse um celeiro de empreendimentos voltados à exportação. Esse corredor de exportação finaliza-se no distrito industrial da capital maranhense no Porto do Itaqui.

O Porto do Itaqui, cujas obras de construção foram iniciadas em 1966, é o elo de conexão de São Luís com o mercado internacional. A sua proximidade com o Hemisfério Norte proporciona, atualmente, uma redução de dez dias de viagem à Europa e aos Estados Unidos em relação aos portos do Sul além de ser o principal porto de escoamento da produção de Tocantins, Bahia e Piauí e possuir uma carteira de exportação composta principalmente de soja, ferro gusa, combustíveis, grãos entre outros (BURNETT, 2015). Também é um dos principais pontos de escoamento da exportação de commodities minerais e agrícolas (em que se destacam ferro, alumínio e soja do Sul do Maranhão) por onde o Maranhão se conecta com o mercado internacional (Barbosa, 2012).

No mínimo paradoxal que enquanto o Brasil, na década de 80, se debatia com uma das maiores crises de sua história o Maranhão atravessasse este processo de transformação socioeconômica com sua economia extrativa e semifeudal cedendo lugar para grandes projetos industriais.

Além dos investimentos privados, houve investimentos públicos no enclave tecnológico onde foi instalada a Base de Lançamentos de Satélites de Alcântara. Este investimento não contribuiu em quase nada para mudança da realidade social da região, pelo contrário, por meio da desapropriação da terra para concessão a Força Aérea Brasileira, removeu e deslocou mais de três centenas de famílias quilombolas que viviam na região há mais de cem anos e, segundo as famílias, sem pagar indenizações ou reparar os danos sociais, culturais, políticos e econômicos a elas.

Repete-se no Maranhão a mesma fórmula errônea que tantas vezes se aplicou no Nordeste, um tipo de industrialização sofisticada sem qualquer vínculo

com o mercado regional gerando pouco impacto social. Longe de contribuir para melhoria da qualidade de vida da população ou diminuição da desigualdade de renda, uma indústria como essa, desconectada com a realidade regional, reforça a tendência estrutural do sistema em concentrar renda e excluir a grande maioria dos benefícios desta acumulação que, pior, foi financiada por meio de subsídios governamentais, ou seja, retira-se recursos dos mais pobres para se financiar os mais ricos em um verdadeiro Robin Wood às avessas.

A produção de soja do Sul do fértil interior do Estado é capitaneada por sulistas e não por maranhenses. Produz-se para exportação, fazendo com que o Estado se destaque tanto nas exportações rurais quanto em pobreza rural.

Ainda assim, é superado o isolamento econômico do Estado. São Luís, que parecia estagnada no tempo, vê sua rede de serviços se diversificar surgindo núcleos habitacionais de alto padrão, aumentando o espaço físico da cidade com a valorização dos terrenos delimitando as áreas nobres e pobres da cidade. O comércio também se desenvolve com a Rua Grande se tornando a principal via da cidade onde os consumidores disputam espaço com ambulantes e pregoeiros de lojas que de microfone na mão, às vezes fantasiados ou vestidos de palhaços, batem palmas e anunciam produtos, preços e promoções.

Houve uma forte migração do interior do Estado para as periferias da Capital atraídos pela esperança de uma realidade de vida menos cruel.

Em 2015, 90% das exportações se concentraram em Alumina (mais de um terço), pasta química de madeira (devido a uma fábrica da Suzano instalada em Imperatriz), soja e ferro fundido¹⁸.

Porém, essas transformações expressas por meio de taxas de crescimento econômico vultosas e alta tecnologia, mudando o perfil produtivo e inserção no mercado internacional, não significaram melhoria da realidade social dado o seu caráter desigual e concentrador. Concentrou-se investimentos públicos em grandes corporações produtoras para o mercado externo e em enclaves produtivos. O Estado Oligárquico continuava na região.

Não houve um processo de diversificação em torno das bases de exportação e a miséria extrema continuou sendo a realidade maranhense. Na verdade, até mesmo prejudicou diversas comunidades tradicionais como quilombolas,

¹⁸ Disponível em <http://www.mdic.gov.br/component/content/article?layout=edit&id=1202>

quebradoras de coco babaçu, indígenas, pescadores artesanais, que viram suas atividades econômicas serem prejudicadas ou foram expulsos de suas terras. Era necessário que o Maranhão seguisse os ensinamentos de Celso Furtado de que as regiões periféricas economicamente estão condenadas a reinventar o desenvolvimento baseado em sua realidade.

Os indicadores sociais maranhenses começam o século XXI com índices subsaarianos de analfabetismo, acesso a esgotamento sanitário, energia e coleta de lixo, expectativa de vida, mortalidade infantil etc. A concentração de renda e terras continuou alarmante.

3 – OS IMPACTOS DO CICLO DE ALTA DAS COMMODITIES DE 2000 A 2010 NO MARANHÃO

3.1 – Contexto histórico

Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento do Estado na primeira década do século XXI.

No ambiente externo, houve liquidez abundante devido à política monetária estadunidense expansionista e crescimento econômico voraz da China. Isso impactou fortemente o preço das commodities agrícolas e minerais que possuem participação majoritária na pauta de exportação maranhense (Holanda, 2013). Houve, assim, abundância de fluxos de capitais para países em desenvolvimento com baixas taxas de juros.

Na realidade doméstica, contribuíram para o desenvolvimento maranhense o cenário de estabilidade inflacionária com quedas sucessivas da taxa de juros e o aperfeiçoamento de programas de distribuição de renda, como a unificação das bolsas no Bolsa Família e a criação do Cadastro Único.

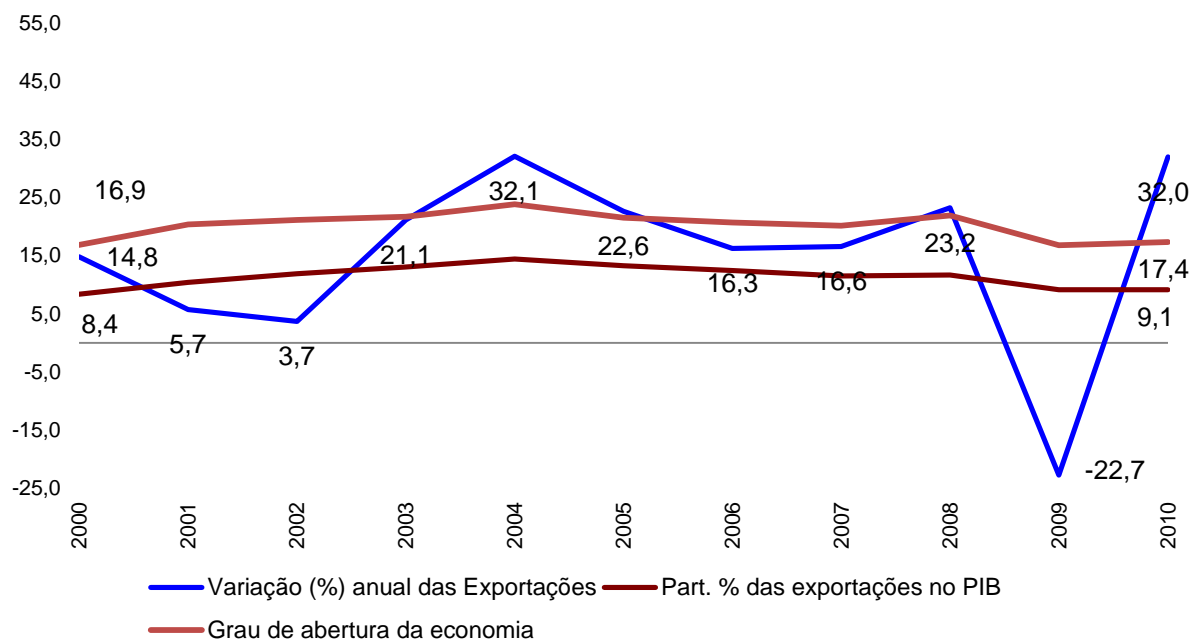
Houve também outros fatores projetos de desenvolvimento econômico como o vultoso Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Construção Civil se firmando no Estado por meio de grandes projetos como a Hidrelétrica de Estreito, a Suzano Papéis e Celulose, entre outros (Pereira e Coronel, 2013).

Foram também preponderantes as reformas institucionais realizadas na década de 1990 como a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, as privatizações dos setores de telecomunicações, mineral, energético, a manutenção do tripé econômico iniciado durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (superávit primário fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante). Essas reformas macroeconômicas deram sustentação ao crescimento do crédito doméstico, propiciaram a queda da inflação e da taxa de juro real (que contribuíram para um aumento do salário real e menor concentração de renda) e contribuíram para a criação de um novo horizonte de investimentos, permitindo e facilitando o planejando de longo prazo das empresas

A primeira década dos anos XXI foi de grande importância para a inserção internacional do Brasil. Houve uma expansão econômica puxada por crescimentos expressivos das exportações brasileiras, com alguns picos de mais de 30% de

crescimento entre um ano e outro (como em 2004 e 2010) ainda que o grau de abertura da economia (16,9% em 2000 e 17,4% em 2010) e a participação das exportações no PIB (8,4% em 2000 e 9,1% em 2010) tenham se mantido praticamente estáveis

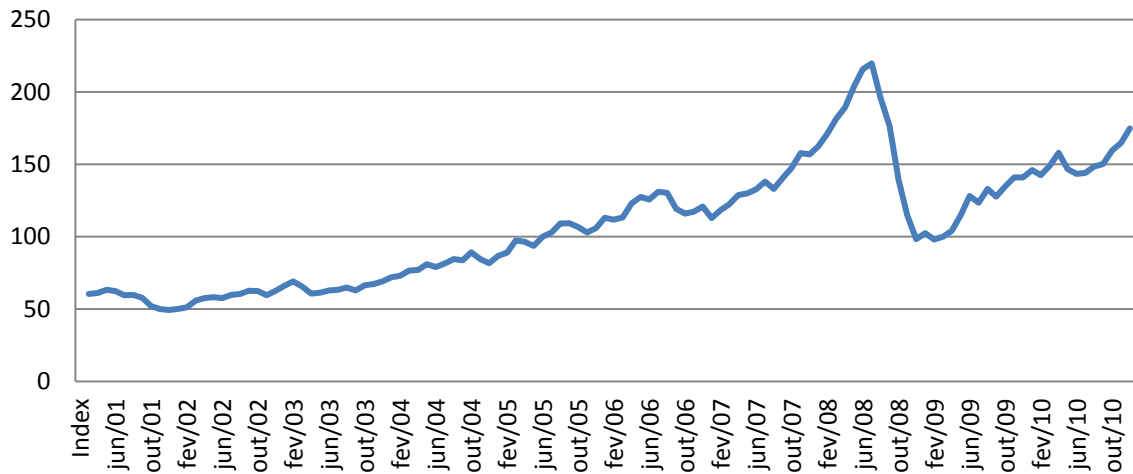
Variação anual das Exportações, Participação das Exportações no PIB e Grau de Abertura da Economia



Fonte: SECEX/MDIC, RFB/MF e BACEN

Essa expansão das exportações brasileiras foi favorecida pelo crescimento externo do preço das commodities devido principalmente ao crescimento pujante do PIB chinês. É possível acompanhar o crescimento do “Commodity Price Index”, um índice que consiste em uma cesta de bens de commodities agrícolas (soja, açúcar, suco de laranja...), minerais (zinco, cobre, ouro, prata...) e energéticas (petróleo, carvão, gás natural) nos últimos dez anos e ter uma melhor noção desse crescimento expressivo:

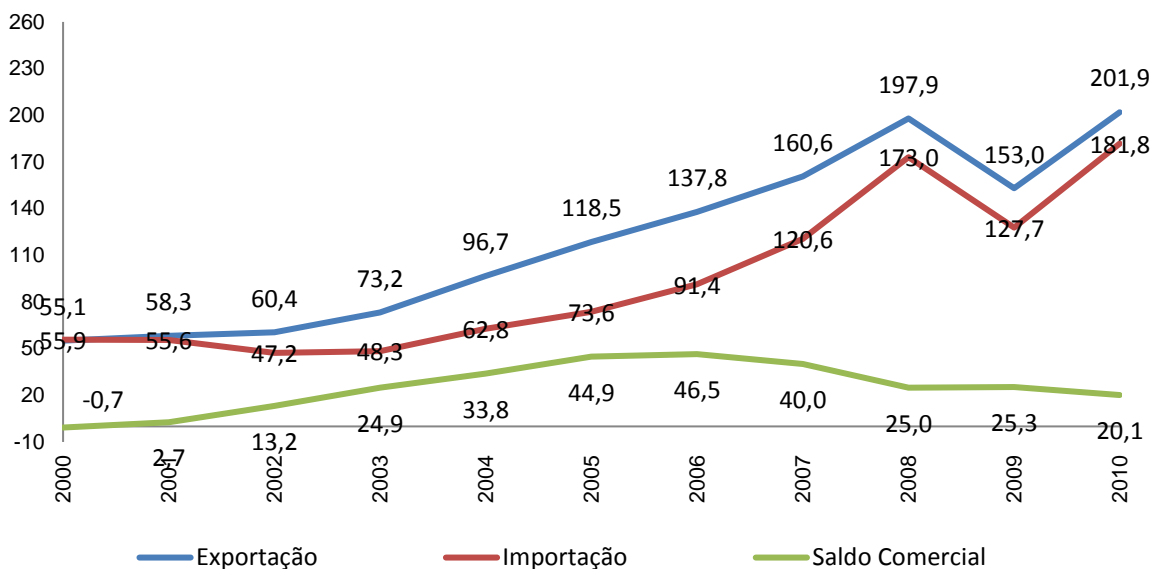
Evolução das cotações das commodities em geral



Fonte: IMF/Indexmundi

Segundo dados da SECEX/MDIC as exportações brasileiras quadruplicaram de US\$ 55,1 bilhões em 2000 para US\$ 201,9 bilhões em uma questão de 10 anos. As importações também cresceram, mas desde o ano 2000 não tínhamos mais déficits na Balança Comercial e em 2005 e 2006 houve superávits históricos de mais de US\$ 45 bi.

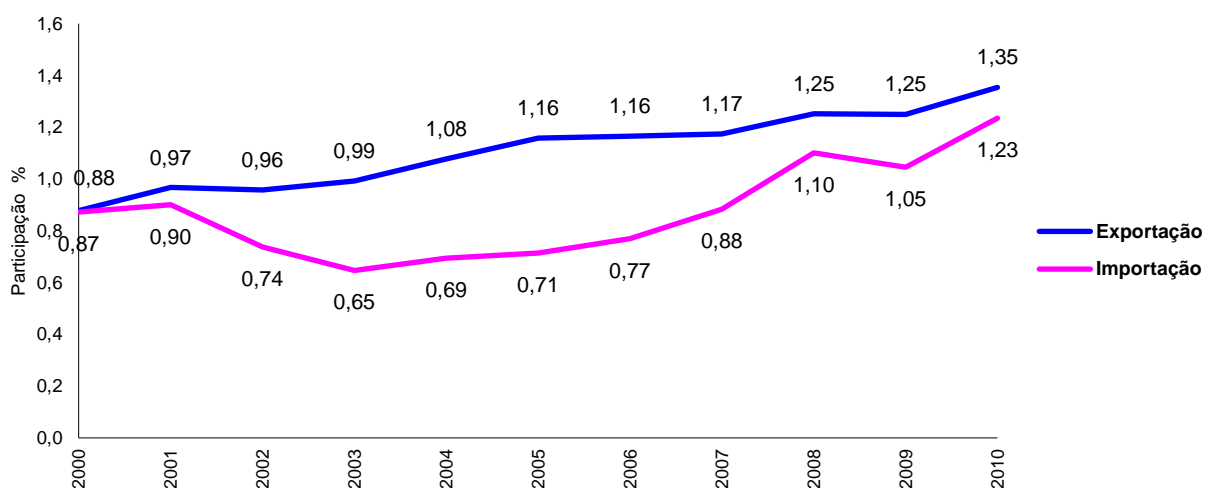
Balança Comercial Brasileira - 2000 a 2010 - US\$ bilhões FOB



Fonte: SECEX/MDIC

Com esses aumentos expressivos em suas exportações, a participação do país no comércio internacional teve uma forte expansão. Ainda que em 2010 o Brasil representasse apenas 1,35% das exportações mundiais, houve um aumento de quase 50% comparado com a participação do início da década, quando era de apenas 0,88%. O mesmo ocorre com as importações, onde o Brasil que respondia em 2000 por apenas 0,87% mundialmente, em 2010 passa a ter uma participação de 1,23%.

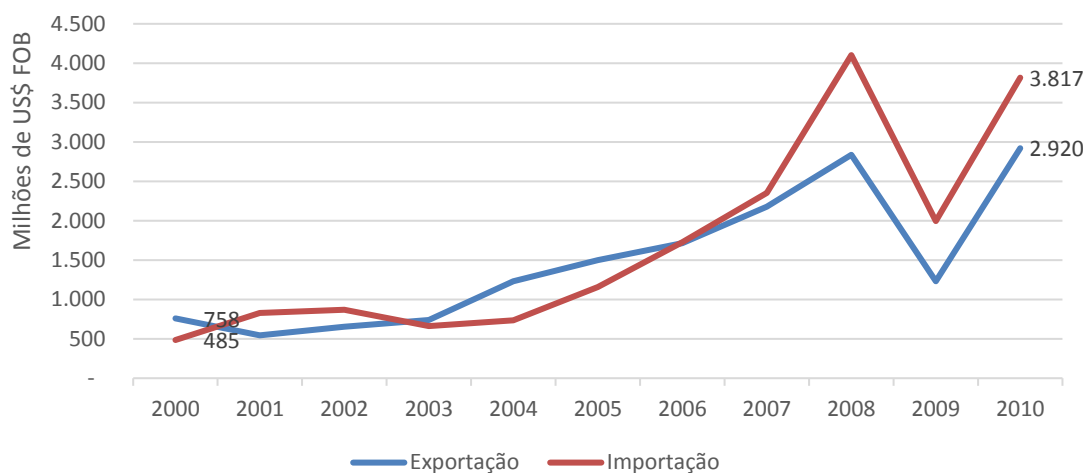
Participação % do Brasil nas Exportações e Importações Mundiais



Fonte: OMC, SECEX/MDIC, RFB/MF e BACEN

O Maranhão teve um desempenho mais “modesto”, com suas exportações crescendo em 285% e suas importações tendo um crescimento mais vertiginoso, de 687%:

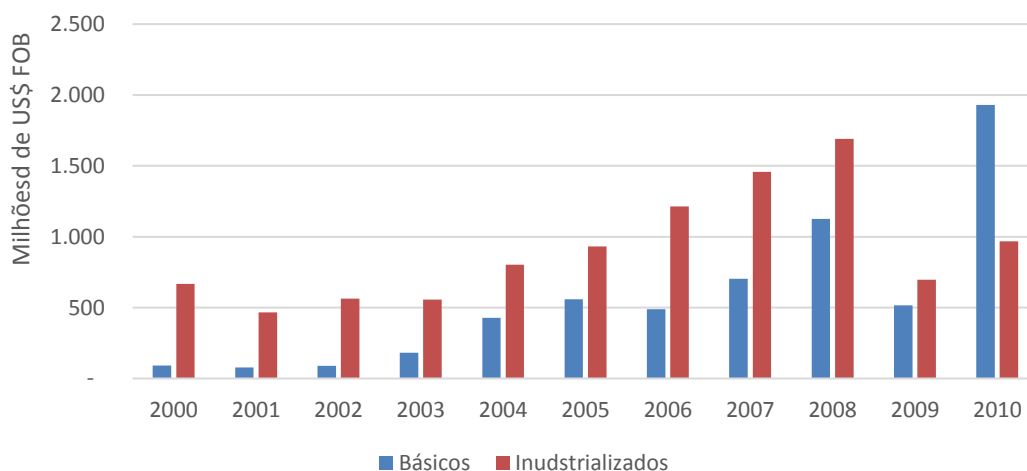
Importação x Exportação



Fonte: SECEX/MDIC

Porém, em quase todos esses anos, à exceção de 2010, foram exportados mais bens industrializados que básicos.

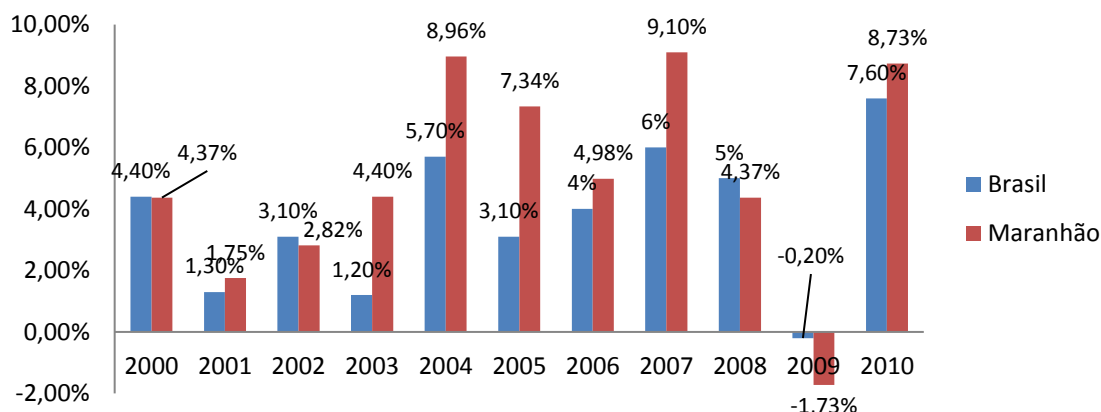
Exportação maranhense por tipos de produtos



Fonte: SECEX/MDIC

Esse crescimento econômico expansivo vem ocorrer de forma mais expressiva nas regiões menos desenvolvidas do país, impulsionadas pelos programas de baixa renda, transferências voluntárias do Governo Federal, microcrédito, valorização do salário mínimo entre outras. Abaixo a comparação dos crescimentos do PIB do Brasil e do Maranhão onde observa-se que, apenas em 2002 e 2009, não há crescimento maior do Estado:

Varição anual do PIB - Maranhão e Brasil

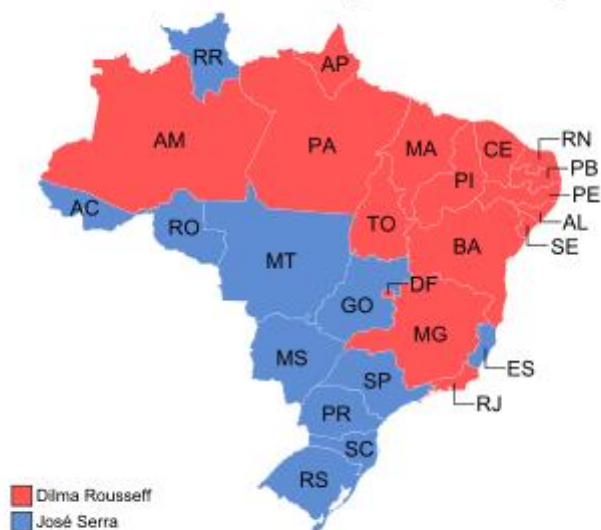


Fonte: IBGE

Segundo o IBGE, a participação do Maranhão no Produto Interno Bruto brasileiro aumenta de 1% para 1,3% do PIB, um aumento de 30% (maior que o do Nordeste, que manteve a sua participação no PIB do Brasil estagnada nesses 10 anos). Este aumento percentual maranhense só foi seguido pelos estados de Rondônia, Espírito Santo e Mato Grosso, que também aumentaram o percentual em 30%.

A política econômica por meio de uma valorização agressiva do consumo levado a cabo pelo governo Lula tem tanta popularidade no Estado que nas eleições gerais de 2006, em Central do Maranhão, Lula alcançou 97,2% dos votos e no Estado do Maranhão, 84,63% dos votos válidos, segunda maior votação proporcional. Em 2010, sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010, consegue vencer com votações expressivas em quase todos os Estados do Norte/Nordeste obtendo vitórias com mais de 90% dos votos em algumas pequenas cidades do interior sendo eleita com 79,09% dos votos válidos, segunda maior votação proporcional, com Belágua-MA se destacando com 93,93% dos votos. Em 2014 ela atinge 78,76% dos votos válidos no Maranhão, maior votação proporcional.

Vitória dos candidatos no segundo turno por Estado



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2014

3.2 – Análise da economia maranhense durante a primeira década do século XXI

A região Meio-Norte do Nordeste Brasileiro é, historicamente, uma região com baixos índices de desenvolvimento humano e de dinâmica econômica. Há pobreza e desigualdade. O precário acesso a terras produtivas, um dos principais motivos do subdesenvolvimento da região, e um Estado que não consegue prover os serviços públicos básicos como educação, saúde, habitação de qualidade, contribuem para a exclusão social. A população é carente e sem meios de exercer de forma plena sua cidadania.

O Maranhão é historicamente dividido entre um Sul sertanejo, mais pecuário, e um Norte mais agrário e que vive em função de sua capital litorânea que é distante política, cultural e economicamente da realidade do interior do Estado (Burnett, 2015).

O aparato estatal, ao longo da segunda metade do século XX, tentou acelerar o processo de desenvolvimento e inserção econômica desta região utilizando a sua política macroeconômica, notadamente a de caráter fiscal. Houve um forte investimento com vias a garantir uma infraestrutura social e econômica em

atividades produtivas para que fosse possível a instalação de médias e grandes empresas visando um aumento dos índices econômicos e produtividade.

A base econômica do Estado do Maranhão é por si só bem precária e tem como característica baixa monetização da economia (com algumas regiões até anos atrás vivendo de agricultura de subsistência e escambo), baixo nível educacional da população, baixo nível técnico de sua agricultura e instituições precárias. Se caracteriza por possuir uma frágil base produtiva (com características de agricultura de subsistência de baixa eficiência convivendo com uma agricultura mecanizada, mas de alta concentração de renda e de alto impacto ambiental), baixa produtividade econômica, precária infraestrutura, concentração de renda e terras e baixo nível de investimento (Paula e Mesquita, 2008).

Estes instrumentos para tentar modernizar a economia maranhense pouco puderam alterar qualitativamente o perfil produtivo do Estado ainda que tenham sido os principais indutores de investimentos e o que terminou por viabilizar uma expansão capitalista do Estado, em algumas poucas atividades, por meio de crédito e incentivos fiscais (Paula, 2008). Porém, tais investimentos foram pontuais e direcionados a setores intensivos em capital ou de atividades extensivas que pouco contribuíram para a estruturação da cadeia produtiva estadual (Paula e Mesquita, 2008).

O agronegócio, principalmente com o cultivo de soja no sul do Maranhão, é outro fator de dinamismo no Estado. Porém, o crescimento econômico não conseguiu reverter o quadro de atraso e subdesenvolvimento que o Estado se encontra há gerações embora tenha havido algumas mudanças consideráveis advindas da alteração da matriz produtiva do setor industrial principalmente durante os anos 90 (Paula, 2008).

Apesar do ciclo de crescimento econômico acelerado dos últimos anos a estrutura produtiva continua fortemente dependente dos complexos soja, celulose, alumínio e ferro, o que é preocupante já que os preços de tais produtos são altamente oscilantes no mercado internacional (Paula, 2008).

A década de 1990 foi uma verdadeira década perdida para o Estado do Maranhão. Houve a maturação e esgotamento do ciclo de investimentos metalúrgicos-logístico que ocorreram na primeira metade da década de 1980 relativos a Vale – Carajás e ao Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR

junto a posterior crise fiscal que se abateu no Estado (Imesc, 2008). Porém, o Estado vê a sua economia na primeira década do século XXI se expandir por meio da geração de emprego e renda e também desenvolvimento econômico.

Um dado interessante que serve para demonstrar essa evolução não só econômica, mas também de desenvolvimento e melhora da qualidade de vida da população é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Enquanto no ano de 2000¹⁹ o Maranhão possuía um índice de 0,476, muito baixo (o pior das cinco faixas de classificação), no ano de 2010²⁰ esse mesmo índice passa a ser de 0,639, um critério considerado médio na classificação. Se compararmos o IDHM Brasileiro com o Índice de Desenvolvimento Humano Mundial, vemos que o Maranhão tinha um nível de qualidade de vida semelhante a países africanos miseráveis como Gana, Lesoto, Camarões e Guiné Equatorial. Ao fim de 2010 o IDHM maranhense é comparável ao da Índia e um pouco abaixo da África do Sul.

Obviamente não chega perto ao de uma Suíça ou até mesmo de Brasília, mas já é um grande avanço em uma questão de dez anos. Ainda que esteja em penúltimo em relação a classificação do Brasil, o IDH do Maranhão está convergindo para a média nacional.

Em linhas gerais, o contexto macroeconômico maranhense baseou-se em aceleração do crescimento econômico devido a um cenário externo favorável o que valorizou os seus termos de troca baseado em commodities agrícolas e minerais acompanhado por geração de empregos, aumento da formalização, ampliação do consumo, valorização do salário mínimo e melhoramento da condição de vida de sua população.

Os próximos dados que serão analisados posteriormente e comparados aos do Brasil e do Nordeste proporcionam uma análise detalhada de como ocorreram tais avanços sociais e econômicos frente a realidade regional e nacional.

3.2.1 Índices sociais

Uma das principais variáveis para explicar as altas taxas de aprovação do

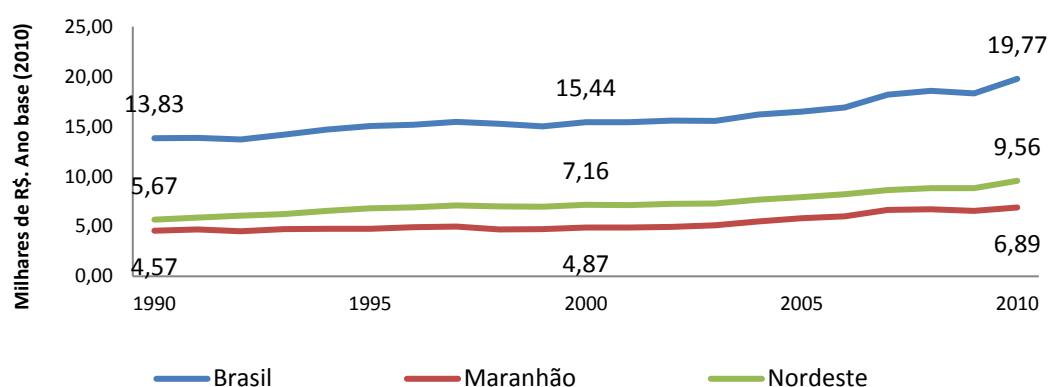
¹⁹ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2000.aspx>

²⁰ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>

Governo Lula no Estado são o crescimento do PIB per capita a preços constantes comparado com o do Brasil.

Durante a última década do século XX, o PIB per capita a preços constantes, segundo o IBGE, do Brasil, do Nordeste e do Maranhão vem a crescer muito pouco (11,6% do Brasil, 6,56% do Maranhão e 26,28% do Nordeste), ao passo que na primeira década do século XXI esse crescimento é bem mais expressivo, principalmente no Nordeste como é possível constatar no gráfico abaixo:

PIB per capita a preços constantes IPEA DATA

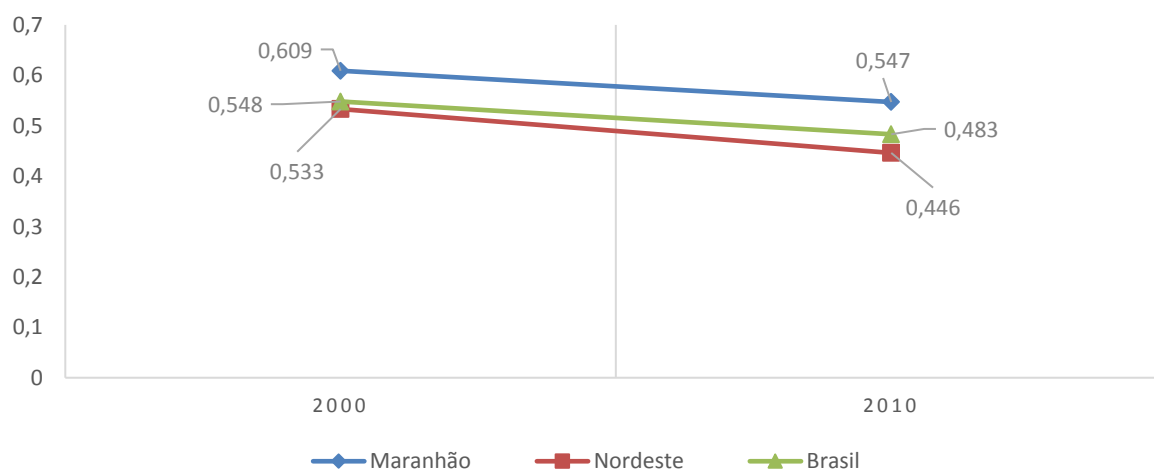


Fonte: IPEA DATA

O PIB per capita do Nordeste tem um crescimento de 69% e do Maranhão de 50%, ao passo que o do Brasil vem a crescer 43%.

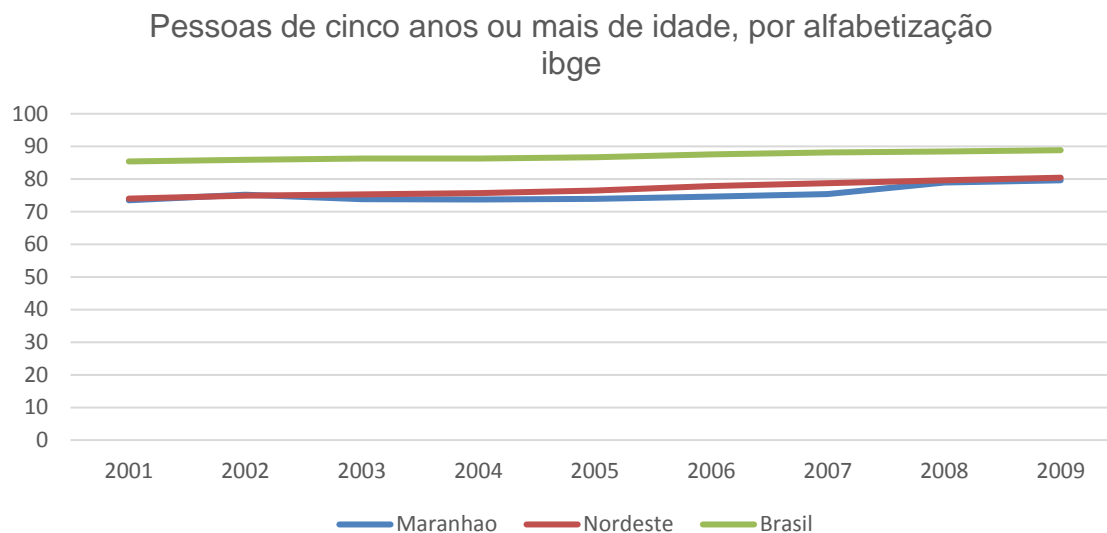
A desigualdade também caiu (10%), porém em menor intensidade que no Nordeste (16%) e o no Brasil (12%).

EVOLUÇÃO ÍNDICE DE GINI



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010.

Por outro lado, o índice de analfabetismo do Estado continua resistente. Houve uma leve melhora de 26,51% em 2001 para 20,39% em 2009, ainda que a melhora no país inteiro tenha tido uma diminuição menor de 14,61% para 11,17%.

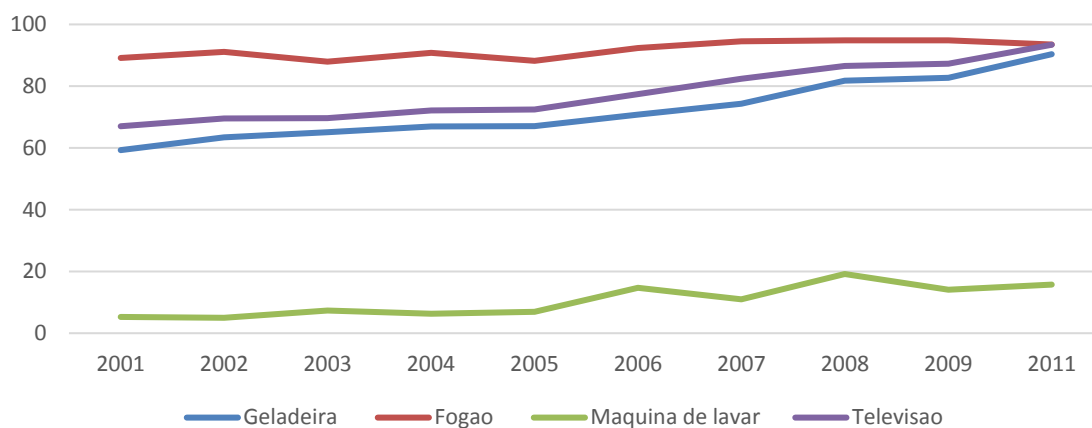


Fonte: IBGE

Na posse de bens duráveis, há um ganho expressivo dos lares maranhenses referente a posse de eletrodomésticos, principalmente geladeiras, onde quase metade das famílias iniciam o ano de 2000 sem (59,29%) e ao final da década mais de 90% já possuem uma geladeira em casa.

Destacam-se também televisores, 67,02% no começo da década para 93,42% no fim, e máquinas de lavar, onde o índice mais que triplica em dez anos de 5,27% para 15,73%.

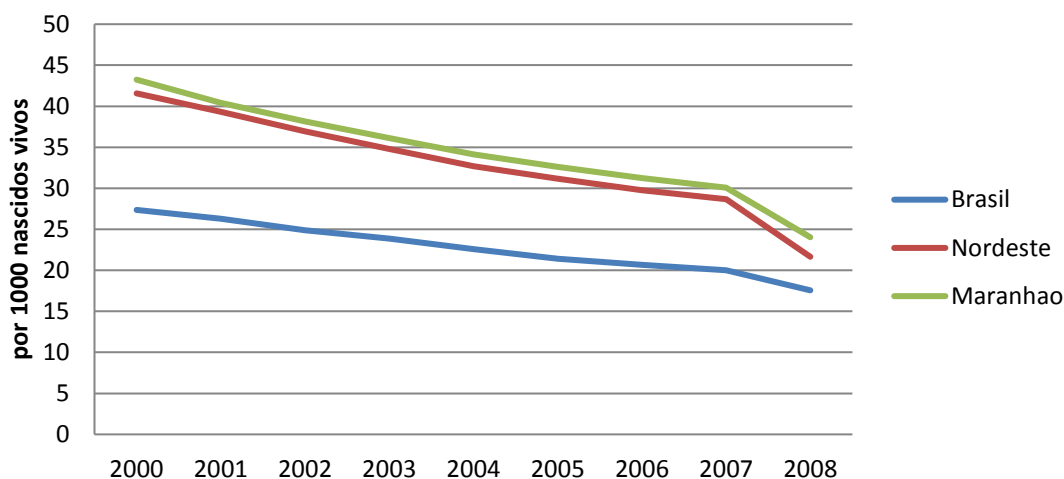
Porcentagem de domicílios particulares com posse de bens duráveis



Fonte: IBGE

A mortalidade infantil também apresentou uma forte queda de 43,24 por mil nascidos vivos para 24,03, uma queda de 44%, maior que a brasileira (35%), porém um pouco menos expressiva que a nordestina (48%).

Mortalidade Infantil

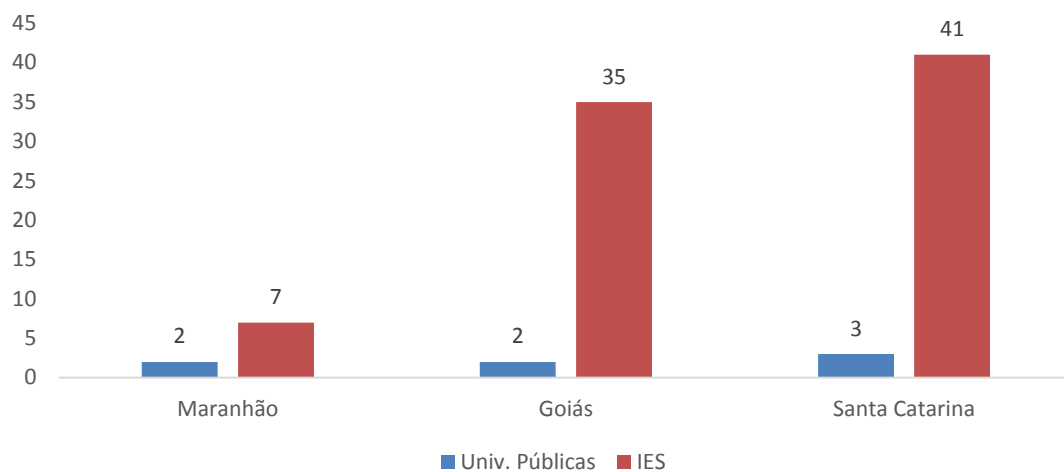


Fonte: IBGE

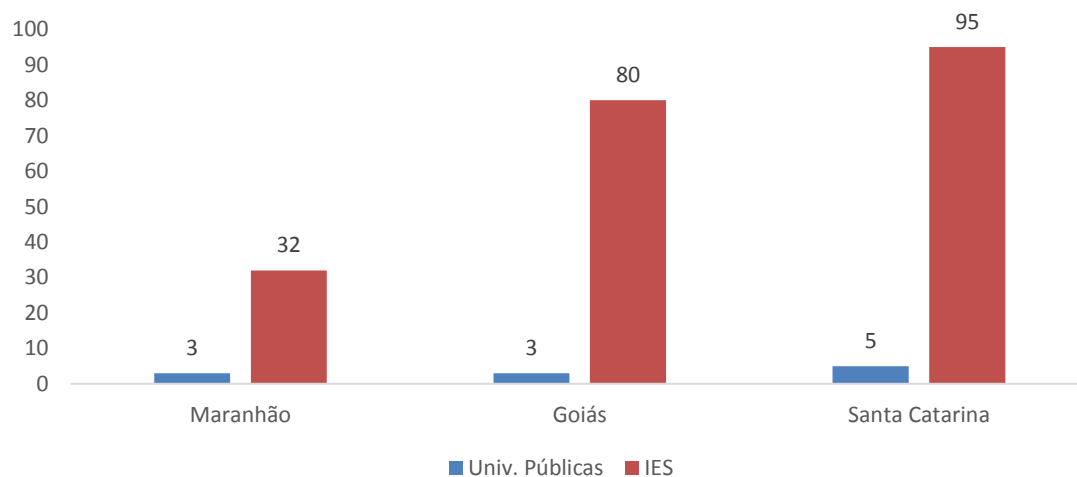
No ensino superior não houve dados tão animadores, apesar de pequenos avanços. Um estado com quase 7 milhões de habitantes possui apenas 32 Instituições de Ensino Superior – IES, sendo apenas 3 universidades públicas. Em comparação, Estado de Goiás e Santa Catarina, dois estados com população levemente menor, possuem mais universidades, Goiás com 80 IES e 3 universidades públicas e Santa Catarina com 95 IES e 5 universidades públicas.

Apesar da expressiva melhora no número de IES no Maranhão, 357% em dez anos, ainda há muito o que se melhorar:

Universidades Públicas e IES em 2000



Universidades Públicas e IES em 2010



Fonte: INEP, 2014²¹

²¹ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>

4. CONCLUSÃO

Não se pode entender o subdesenvolvimento do Maranhão sem antes se levar em conta as duas características de sua economia que o acompanharam por toda a história: exportadora e periférica. Esta foi a característica da formação econômica maranhense enquanto agrário e industrial.

Crises de oferta internacional são bem-vindas desde que bem aproveitadas por meio de investimentos produtivos em fatores de produção e inovação, sendo boas alavancas para o desenvolvimento econômico. Porém, se forem apenas surfadas e desperdiçadas com gastos em bens de consumo, a realidade melancólica anterior de miséria e pobreza, em uma região que anteriormente acreditava-se próspera, drasticamente retornará. A história é farta de exemplos em que isso ocorreu e há exemplos contemporâneos, como o ciclo do petróleo nos países árabes que está sendo claramente desperdiçado. Apesar dos ciclos de prosperidade do algodão, o Maranhão não foi capaz de se desenvolver e se industrializar de forma plena como o Estado de São Paulo ou outros estados da região Centro-Sul do país.

O algodão no Maranhão propiciou tempos de riquezas, porém não de progresso. Quando a oferta internacional era recomposta, ficavam apenas as lembranças de um tempo áureo e a volta da extrema pobreza tanto da elite quanto da plebe.

E como houve oportunidades: Revolução Industrial (1760), Guerra de independência dos Estados Unidos (1755 a 1783), Revolução Francesa (1789 a 1799), Guerras Napoleônicas e seu bloqueio continental a Inglaterra (1803 a 1815), Desorganização do Império Colonial Espanhol (1808 a 1833), Guerra Civil Americana (1861 a 1865), Guerra Franco-Prussiana (1870 a 1871), entre outros. Todos eles, com exceção da Revolução Industrial, eram circunstanciais e temporários. Tantas oportunidades de se aperfeiçoar o parque produtivo desperdiçadas graças ao não investimento em capital humano local.

Os capitais nunca retornavam. Durante o período colonial, transferia-se quase

toda a riqueza para a metrópole²². Também houve legislações portuguesas para dificultar qualquer atividade econômica que não a produção agrícola rudimentar. A independência pouco significou para o Estado que apenas trocou de metrópole parasitária, de Lisboa para o Rio de Janeiro. Isso não só para o Maranhão, pois basta lembrar dos movimentos revolucionários pernambucanos “Confederação do Equador” em 1824 e “Revolução Praieira” em 1848 que lutavam contra a exploração fiscal da corte. Recursos que poderiam estar sendo investidos em capacitação ou melhoria da infraestrutura do Estado eram utilizados em finalidades que nada tinham a contribuir com a província como guerras na América do Sul ou despesas da Corte no Rio

Era criada renda que não retornava nem para infraestrutura nem para desenvolvimento social. Impediam-se melhoramentos tecnológicos e formação de um mercado interno de massa o que condicionava o processo produtivo totalmente ao mercado externo por meio da monocultura latifundiária. Ficava, assim, à mercê de conjunturas externas em ondas de prosperidade e depressão. Um dos únicos investimentos disponíveis era em escravos, um “ativo de alta depreciação”, haja vista que as condições subumanas, necessárias para que ele gerasse lucro, proporcionavam uma baixa expectativa de vida. Entende-se porque os fazendeiros maranhenses se empobreceram tanto após a abolição.

Pouco se investiu em modernização da lavoura que, junto ao crescente custo da mão-de-obra escrava depois da segunda metade do século XIX, não teve como competir com a produção americana e, posteriormente, paulista de maior produtividade. Podia até criar excedentes de produtos de forte demanda externa, porém condicionava o Estado para uma produção de monocultura impedindo a diversificação da economia. Mantinha-se a produção rudimentar em níveis medievais e atravancava a criação de um mercado consumidor local que demandasse mais produção para criar um círculo virtuoso de desenvolvimento.

A própria produção baseada em trabalho escravo tende a ter preço superior a uma produzida em um mercado capitalistas de salários. O escravo já chega com um preço alto (que incorpora o custo de sua captura, de seu transporte, os lucros do

²² Uma arroba de algodão que era negociada ao preço médio de 5\$500 pagava \$600 de taxa ao Tesouro Imperial mais \$800 aos transportadores portugueses. Isso, claro, para depois ser vendida por Portugal a preços internacionais bem mais atraentes dado que os portos brasileiros não estavam abertos ao mundo (Tribuzi, 2001).

traficante), possui um forte preço de manutenção (haja vista que há a necessidade também de contratação de diversos capatazes para os vigiá-lo e impedi-los de fugir) e tende a produzir menos que um assalariado livre, por não ter incentivos senão o estalar do chicote.

Com a produção de apenas um ou dois gêneros agrícolas, ficava-se dependente de eventos como conflitos externos de larga proporção, o que tornava a economia muito sensível e vulnerável a flutuações externas de preços²³. Os lucros se concentravam nas mãos de uma pequena elite de grandes senhores de terras, que investia em panos europeus e mais escravos. Quase toda renda monetária gerada vinculava-se diretamente ao valor das exportações e aos gastos das importações. Concentrado em poucos empresários, o fluxo de renda se resumia a simples operações que não contribuíam para formação de um mercado local e contribuíam para manter uma realidade de senhores e escravos, já que não havia nenhuma atratividade para atração de homens livres.

Para piorar, como os maranhenses não tinham muita experiência com o mercado externo, basta lembrar que os portos estiveram fechados até 1808, parte substancial do lucro mercantil pós abertura dos portos ficou com comerciantes ingleses. Iniciativas como a de Joaquim José de Sequeira, que em 1828 propunha eram poucas:

“Maranhenses. Sou chegado a esta Provincia, de viajar em Portugal, França e Inglaterra, esperançado não só de achar Accionistas para a nossa Sociedade tão interessante ao Império como a todos os Cidadãos, que desejão a prosperidade deste rico e vasto Continente; mas instrucções próprias, e adequadas ao melhoramento da nossa agricultura, e commercio, que o apego a velhas, e mal pensadas rotinas tem infelizmente prejudicado esta Provincia.”

“Vós sabeis, que em o anno de 1808 fui o primeiro que naveguei a Grã-Bretanha o meu Navio Pernambucana, hindo ao porto de Liverpool, para ensaiar a estrada do Commercio do Maranhão, grandes somas em numerário por troca de Algodão e Arroz, que lá vendi, o levei do baixo preço de 1600 rs. a arroba a 4000 rs. de Algodão nesta Cidade, que beneficio fiz a esta Provincia! Vós o sentistes Maranhenses. Nós hoje não precisamos de capitães estrangeiros. A liberalidade bem entendida do Lavrador, do Negociante, e dos mais Concidadãos, que seriamente olharem a grandeza do paiz aonde habitam, bastará para o manejo da Sociedade; estes fundos produzirão prêmios, que não são de esperar de alguma outra especulação, visto o estado a que se tem reduzido esta amena parte da terra, e há de cada

²³ Apesar de não ser automático. Durante as duas grandes guerras mundiais, onde houve um grande choque de oferta mundial, não se viu pujança da economia maranhense como em 1776 e 1848.

vez mais deteriorar se se vós não ajudar”

(Manifesto publicado no Jornal “A Bandurra”, edição 011 de 30 de junho de 1828)

Elas deparavam com várias dificuldades como a concorrência europeia, ataques de piratas, desconhecimento das regiões demandantes e gastos excessivos para início do empreendimento. Essas iniciativas eram isoladas e com pouco sucesso e, portanto, não houve a criação de uma elite comercial como no Rio de Janeiro ou São Paulo. Os frutos das falsas euforias foram consumidos por Portugal, Rio de Janeiro e Inglaterra.

Como herança dessas euforias ficaram o extermínio de sociedades indígenas, escravização e morte de milhares de escravos negros, vastas extensões de selvas destruídas com sequelas ecológicas vigentes até os dias atuais e uma classe de fazendeiros que não soube plantar algo que não açúcar ou algodão. Também ficaram os estonteantes edifícios que deram o título de Patrimônio da Humanidade para São Luís, mas que pouco podem contribuir para o desenvolvimento do Estado.

As estruturas que lideram e dão suporte a um processo de desenvolvimento econômico e social não são resultado de uma evolução natural, simples, respostas ou adaptações de um processo econômico benigno. Elas respondem a estímulos fruto de uma decisão política das elites orientadas em formar classes de trabalhadores aptos a assumir um processo dinâmico de crescimento sustentável. Nenhum avanço real é conseguido sem elevar em consideração a produção de pequenos e médios empreendedores geradores de excedentes em benefícios de um mercado interno. Quando o crescimento econômico se converte em efetiva melhora das condições de vida da maioria da população, este crescimento sustentável se transforma em desenvolvimento. Não foi o que ocorreu em nível estadual ou nacional para esta região. Manteve-se o privilégio das elites.

Não se aprendeu com as sucessivas crises da produção algodoeira. Continuou-se insistindo séculos após séculos em cadeias produtivas concentradoras de renda, que deterioravam o meio ambiente e excluíaam os pequenos produtores entregues à própria sorte. Não aprendemos com as lições da História. Não aprendemos com as crises do algodão.

Porém, nada foi tão danoso para a economia maranhense do que a forte

presença e aposta na mão-de-obra escrava²⁴, ao contrário das regiões hoje mais desenvolvidas do Brasil que investiram na mão-de-obra livre e também imigrante. O Maranhão demorou demais em se concentrar na mão de obra livre.

Enquanto no Maranhão os recursos eram reinvestidos externamente na compra de mais escravos (ou, com o fim do tráfico negreiro, no tráfico interno de escravos no Brasil), em São Paulo os recursos seguiam uma lógica inversa, se revertendo em investimentos na própria região realimentando o ciclo. Numa economia de base industrial, a inversão de capital implica no crescimento de renda da sociedade, pois esta se torna pagamento em meios de produção. Cria-se renda possibilitando uma maior articulação entre as estruturas internas de produção e consumo gerando um processo autônomo de crescimento econômico. Não era esse o caso da produção algodoeira maranhense, que dependia inteiramente de fatores exógenos do mercado europeu ou norte-americano.

O processo de formação de capital implica em gastos monetários para importação de equipamentos e capacitação e em materiais de construção e mão-de-obra especializada. Após isso, as demais etapas de inversão de capital resultam em uma quase inexistência de fluxo de renda monetária, explicitada pela falta de moeda metálica por tanto tempo em território maranhense.

Em São Paulo, havia salários, no Maranhão, o recurso era investido na compra de matérias-primas e alimentos produzidos em outros locais ou regiões. Não havendo pagamentos a fatores de produção – que eram em quase sua totalidade dos grandes proprietários de terra – como salários ou aluguéis, a pouca renda monetária gerada pela exportação internacional ou para outras províncias era revertida quase que totalmente aos grandes proprietários.

O Estado manteve-se prisioneiro de um só modelo de produção em que as elites do Maranhão não quiseram aceitar que se modernizava e não proporcionava o surgimento de um mercado interno como o ocorrido no sul do Brasil. Por mais que a mão de obra escrava ficasse cada vez mais cara e escassa, ainda assim foi mantida até o fim.

A título de comparação a economia açucareira e, com mais fervor, as lavouras

²⁴ Não se trata de uma questão etnocêntrica neste

de café também foram responsáveis por ciclos benignos de produção no Estado de São Paulo e serviram como raízes da industrialização do Estado. Quando esse ciclo se findou, uma outra realidade se fez presente. Conforme Caio Prado Jr. descreveu, o Sul foi economicamente salvo pelo café e com ele o Brasil. O Maranhão não conseguiu se salvar com o algodão.

O Maranhão se industrializou, é verdade, mas longe de ter sido um processo autônomo de industrialização que tenha emponderado a população local. Foi um tipo de industrialização sofisticada sem qualquer vínculo com a realidade regional gerando pouco impacto social. Reforçou a tendência estrutural do sistema em concentrar renda e excluir a grande maioria dos benefícios desta acumulação

Sachs (2013) em seu livro “O fim da pobreza” propunha que os países desenvolvidos chegaram no seu patamar por meio de uma cadeia de desenvolvimento onde ocorria a seguinte lógica: inicialmente predominância de uma agricultura de subsistência, posteriormente indústrias de manufaturas leves ou de baixa complexidade com urbanização e, no final, produção de bens e serviços de alta tecnologia. O desenvolvimento do Brasil segue, de uma certa forma, essa ordem. O Maranhão não. A história econômica do Maranhão é a de uma agricultura de subsistência alternada por picos de produção devido a fatores exógenos com no final do século XX uma produção de bens industriais pulando todas as outras etapas do desenvolvimento.

O ciclo final de industrialização, baseado em soja e minerais, não diversificou a produção maranhense, pelo contrário, com sua alta densidade de capitais, pouco empregou e distribuiu renda, criando ilhas de prosperidade e a deixou mais dependente de ciclos externos. Não foi seguido o exemplo do ciclo cafeicultor de criação de um mercado de massa e que pudesse se retroalimentar gerando efeitos propulsores, dinâmicos e multiplicadores de renda, emprego e investimentos.

Os investimentos públicos não tiveram o poder de alterar a estrutura socioeconômica, principalmente no interior do Estado, que não usufruiu dos benefícios decorrentes dos ciclos externos e aumento de produtividade desestimulando inovações tecnológicas que poderiam ter ocorrido no campo mantendo restrito o mercado consumidor rural. A mecanização das pequenas e médias propriedades maranhenses é ínfima e, portanto, há dificuldade em se

transformar estas unidades rurais de subsistência para um parque produtor agroindustrial com alta intensidade de capitais e capaz de competir no mercado internacional gerando ganhos de produtividade.

Sem um setor industrial dinâmico e expansivo, capaz de ampliar e incluir uma massa de maranhenses os transformando em consumidores, o setor terciário volta-se para o subemprego urbano ou dependente do paternalismo público, ambos apenas tornando mais estridente o subconsumo e sem poderem contribuir para alterar a demanda por bens industriais e serviços mais sofisticados. É necessário caminhar para um sistema onde os setores produtivos possam não só gerar renda, mas também distribuí-la e diversificá-la.

A solução definitiva para a miséria não se encontra em transferências diretas e programas subsidiados. É necessário identificar de forma efetiva as fragilidades regionais e principalmente investir na educação básica e qualificação da mão-de-obra (se as pessoas não sabem ler, não há nem o que se discutir relativo a um edifício educacional), em serviços essenciais como saúde e educação para reduzir a vulnerabilidade da população carente além de ampliação de serviços e oferecimento de alternativas em regiões isoladas. A falta de acesso a serviços básicos como registros de nascimento, acompanhamento pré-natal e outros acentuam a exclusão. A educação é ainda mais importante para romper a “herança” de miséria deixada de pai para filho durante gerações.

As políticas públicas devem levar em consideração as populações menos inseridas no contexto produtivo principalmente a população rural, de quilombolas, indígenas, pescadores artesanais etc.. O contrário das políticas de industrialização ocorridas no Estado.

Para o pleno desenvolvimento da região Meio Norte é necessário selecionar e investir na melhor distribuição de terras, que favorece a agricultura familiar (que ocupa grande parte da População Economicamente Ativa). Também no aumento de produção e incentivo às micro e pequenas empresas, indústrias de pequeno porte voltadas para a produção de mercadorias e serviços que possam atender a industrialização tardia dessas regiões. As grandes indústrias, principalmente a mineral, já estão articuladas com projetos nacionais e internacionais e devem contribuir com recursos para compensar a degradação ambiental que vem proporcionando na região.

A concentração de terras no Estado do Maranhão ainda continua em níveis alarmantes assim como seus baixos índices sociais como analfabetismo, acesso a esgoto e saneamento básico, acesso à energia, expectativa de vida entre outros. É necessário trabalhar por uma maior inclusão cidadã desses e construção de um desenvolvimento econômico e social sustentável e distributivo gerando empregos e oferecendo serviços básicos de educação, saúde, habitação.

Assim, pode-se vencer a barreira da exclusão social para assim poder superar o subdesenvolvimento e criar um desenvolvimento econômico e social sustentável, criando e distribuindo renda e investindo no principal ativo de um país que é seu capital humano. Contornar os desafios futuros referentes a problemas estruturais históricos característicos da economia maranhense. Dessa forma será possível criar melhores condições para uma crescimento sustentado e endógeno da economia sem tanta dependência de transferências federais ou de oscilações positivas do mercado internacional.

O Estado possui vantagens comparativas na produção de bens agrários (vastas terras agricultáveis e férteis) e extração de recursos naturais. Commodities estão longe de ser sinônimos de atraso ou desindustrialização. Para cada grão colhido nas lavouras há uma grande quantidade de pesquisa em química, seleção de sementes, processamento entre outros. Isso sem contar da tecnologia de ponta implementada para extração de petróleo ou de minerais.

Porém, há outros problemas em nível nacional que também impactam a economia do Estado. Entre eles a “Doença Brasileira”.

Quando o câmbio se encontrava valorizado, houve um debate se o Brasil sofria de Doença Holandesa²⁵, o que não ocorreu, dado que com a valorização do câmbio, o PIB encontra-se descendente assim como a produção industrial.

O Brasil na verdade sofre de “Doença Brasileira” com seu baixo desenvolvimento institucional, políticas setoriais pautadas por objetivos que não a eficiência econômica e, principalmente, baixo investimento em educação. Há os já

²⁵ A expressão "Doença Holandesa" foi inspirada em eventos ocorridos na Holanda dos anos 1960. Uma escalada dos preços do gás teve levado a um aumento substancial das receitas de exportação dos Países Baixos e a valorização do florim, moeda holandesa à época. A valorização cambial tornou os preços menos competitivos internacionalmente e derrubou as exportações dos demais produtos industriais holandeses. Assim, um aumento de receita decorrente da exportação de matérias primas pode prejudicar as exportações de bens manufaturados de um país, levando eventualmente ao declínio da indústria. Quando isso ocorre, dizemos que um país está com “Doença Holandesa”.

conhecidos gargalos competitivos brasileiros como problemas de infraestrutura de transporte e logística, carga tributária elevada e complicada. Políticas horizontais como investimento em capital humano por meio de escolas de maior qualidade são mais efetivas e eficazes do que a criação de “campeões nacionais” em setores em que já o Brasil já possui vantagens comparativas. Há a anedota que se Steve Jobs tivesse nascido no Brasil muito provavelmente morreria como camelô, vendendo discos piratas. Empresas prosperam em países com robusto arcabouço institucional, permitindo a inovação em um sistema econômico que garanta a propriedade privada e a liberdade de proposições. Um banco de investimentos da desvolutura do BNDES restringe o crédito, o encarece, e assim torna mais dificultoso que jovens brasileiros possam ter acesso a crédito barato para cursar universidades ou empreendedores para início de novos negócios. Os problemas estruturais são enfrentados de forma pontual, arbitrária e cosmética visando contenção de pressões inflacionárias e ajuda a setores em dificuldade, ora estratégicos, ora de amigos do rei, quando na verdade deveríamos estar nos importando com soluções e planejamento de longo prazo visando um desenvolvimento sustentável.

Quantas estradas, quantos portos, quantas escolas e quantos hospitais poderiam ter sido construídos com os recursos gastos intensivamente tentando criar indústrias que depois se mostraram falhas no Brasil como carros, computadores e outras de tecnologia?

Conforme Sachs (2011) mesmo descreve, mercados livres podem ser ferramentas perfeitas para a prosperidade e segurança alimentar de países, desde que as precondições de infraestrutura básica (como estradas, energia e portos) e de capital humano (como saúde e educação) estejam disponíveis. Enquanto gastamos bilhões de reais estimulando a indústria sob a suposta constatação de mantermos empregos, a infraestrutura e legislação brasileira impedem que o setor privado possa investir visando ganhos de produtividade, inovações tecnológicas e barateamento de custos inserindo as empresas brasileiras no mercado internacional de manufaturados.

Políticas horizontais podem proporcionar um impacto muito maior em todo o setor produtivo e não só na indústria, atuando em problemas que impedem o crescimento sustentado e duradouro do Brasil notadamente em educação,

desenvolvimento humano, ambiente macroeconômico e infraestrutura. Exemplos de políticas horizontais podem ser citadas como fortalecimento das instituições, garantia de direitos de propriedade e melhoramento do ambiente de negócios por meio da redução da burocracia. Políticas verticais como criação de universidades de engenharia de qualidade até podem ter um impacto positivo em setores específicos, como indústria de automóveis, porém deixam de lado outros, como agricultura.

O Brasil possui, segundo o Banco Mundial, um dos piores ambientes para realização de negócios no planeta, ocupando a 120ª posição atrás de países como Colômbia (34º), Peru (35º), México (39º), Ruanda (46º), Arábia Saudita (49º), Jamaica (58º), Namíbia (88º), Paraguai (92º), entre outros²⁶. O *Doing Business Report* avalia indicadores como o número de procedimentos, tempo e custo para a abertura de empresas, ambiente jurídico para cobrar dívidas ou obter crédito entre outros. O ambiente para negócios no Brasil é algo constrangedor e que atravanca os empreendedores nacionais, notadamente devido a burocracia existente.

Outro indicador, o *Index of Economic Freedom* (índice de liberdade econômica) elaborado pela *Heritage Foundation*, um *think tank* estadunidense que leva em consideração indicadores como respeito aos direitos de propriedade, corrupção, liberdade fiscal, liberdade de negócios, facilidade de contratação e demissão e liberdade monetária, comercial, de investimento e financeira traz uma posição semelhante para o Brasil, 118ª²⁷.

Há a necessidade de se melhorar o seu ambiente de negócios para que possa crescer e novos empreendedores brasileiros possam investir tempo e recursos financeiros contratando e inovando. Com uma alta e, pior, complexa carga tributária, dificuldades de se obter capital, mão-de-obra de baixa capacitação e uma legislação trabalhista que dificulta a contratação e demissão de trabalhadores, torna-se difícil que empreendedores brasileiros possam abrir empresas e gerar emprego e renda.

Este ambiente de negócios, fechado e alta de proteção tarifária, encarece os custos marginais de produção da economia, a competição é prejudicada e a oligopolização é favorecida (até mesmo a cartelização) ainda que nem sempre as empresas atuem de forma coordenada.

²⁶ Disponível em <http://www.doingbusiness.org/rankings>

²⁷ Disponível em <http://www.heritage.org/index/download>

E o melhoramento do ambiente de negócio passa por melhoria das regras do jogo e garantia dos direitos de propriedade. Hernando de Soto em sua obra “O mistério do capital” (2001) faz uma extensa defesa de que os países mais desenvolvidos o são devido a fortes garantias de direito de propriedade e instituições que tenham capacidade de os reconhecerem. A segurança da propriedade privada, inclusive a possibilidade de se contrair empréstimos dando como garantia suas terras para obter juros menores, seria o grande mistério de porque o capital se consolida em alguns países em detrimento de outros. Os pobres na maior parte do mundo em desenvolvimento detêm de fato os seus ativos, moradia e terra, porém não de forma institucionalizada. Como não há essa institucionalização esses ativos não podem ser facilmente transformados em capital não podendo, assim, ser negociados fora de estreitos círculos locais. Os pobres possuem casas e terras, mas não escrituras ou títulos de propriedade. Enquanto em regiões de baixo desenvolvimento tecnológico, como o Maranhão, os camponeses ainda levam seus porcos para serem vendidos na feira local e os negociam um a um, assim como feito há milhares de anos, em zonas mais complexas comerciantes vendem direitos sobre produções futuras de fazendas inteiras no mercado financeiro. Cita, por exemplo, o dado que na Rússia pós-comunismo, em 1995, por volta de somente 280 mil fazendeiros em 10 milhões possuíam posse de suas terras.

De Soto também cita que os norte-americanos saíram de um ambiente caótico de confusão de propriedade, passo a passo, o legitimando por meio de acordos e normas legais a direitos de terra e propriedade dos pobres enquanto que nos países em desenvolvimento, caso do Brasil, a lei não tem sido capaz de acompanhar a iniciativa popular dos pequenos empreendedores. Os relega, assim, ao mercado informal onde não possuem um direito traçado e eficiente para interagir suas propriedades em um sistema legal e formal que os permita usá-los na criação de capital. O ambiente público brasileiro não entende que as instituições existem para responder as necessidades sociais e não o contrário. O setor informal e ilegal é um capital morto. Os grandes empreendedores, que geram bastante empregos e pagamento de impostos, também se veem prejudicados.

Anos estão sendo perdidos tentando encontrar o vilão para a desindustrialização brasileira (no momento a suposta dependência da economia aos produtos agrários) quando o real motivo é o péssimo ambiente de negócios e

burocracia reinante no país que sufoca a livre-iniciativa dos empreendedores brasileiros.

Ainda há muito o que se avançar e muitos desafios a serem enfrentados, é verdade, para que os maranhenses possam usufruir de condições dignas de vida e usufruto de sua cidadania o que o faz um dos Estados mais pobres da Federação. A título de comparação, segundo o Censo 2010 do IBGE, o Maranhão possuía o número de 1,7 milhão de pessoas, mais de 25% de sua população, vivendo em situação de miséria com renda mensal inferior a 70 reais. Infelizmente, o Estado possui o maior percentual de habitantes em situação de miséria na Federação e o segundo maior número absoluto, atrás apenas da Bahia com 2,4 milhões.

O primeiro ciclo exógeno de expansão que realmente desenvolveu o Estado (todo o Brasil, na verdade), a primeira década do século XXI, teve sucesso porque investiu de forma intensiva no seu principal ativo, o capital humano. Importante salientar que não foi iniciativa estadual, mas federal.

A história do Maranhão é consequência de mais de quatro séculos de embates, lutas, vitórias, lágrimas e suores. Traçar uma linha dessa história significa escolher dados, fatos, datas que nem sempre são unânimes ou consensuais. O conhecimento da história do Maranhão também é dificultado devido aos poucos testemunhos que sobreviveram, afinal, a sociedade foi por muito tempo iletrada. Por causa disso, sabemos mais das regiões mais ricas do Brasil do que as mais pobres. Mais sobre os poucos empresários e ricos homens livres que fizeram parte da formação econômica do Estado e menos sobre os muitos escravos e trabalhadores.

Este sucinto trabalho buscou traçar um contexto histórico econômico de quatrocentos anos em poucas páginas na tentativa de dar vozes a um passado que não deve ser esquecido, haja vista a importância dele para entender o nosso presente e guiar o nosso futuro. É importante o estudo de nossa história econômica para entender que erros do passado nos lograram o estado de carência e pobreza em que o Estado se encontra no período contemporâneo. É triste também perceber que repetimos por diversos momentos da história sempre os mesmos erros sem nunca aprender a melhorar e não seguir cometendo as mesmas falhas.

O desenvolvimento dos últimos anos é possível perceber por meio do meu testemunho. Uma infância que vivi na década de 90, realidade chocante em saber

que ocorreu há tão pouco tempo atrás. O Maranhão de minha infância foi um estado pobre e que choca o tanto que mudou em um espaço de tempo tão pequeno.

Cresci em um lugar onde a mão de obra era tão barata que as casas de classe média do Maranhão pareciam verdadeiras cortes, tamanho o número de empregados. As crianças vinham do interior do Maranhão fugindo, como diria Patativa do Assaré, “do medo da peste, da fome feroz”. Eram “criadas” pelas donas de casas maranhenses. “Criadas” significava que elas trabalhariam de graça para ter a oportunidade de estudar em uma escola pública, desde que a noite. Caso a Casa Grande, digo, a família, fosse condescendente, essa criança receberia algumas roupas usadas como “presente”. Quando virasse adolescente, com muita sorte, receberia, meio salário-mínimo, ou, como dizíamos no Maranhão, meio salário, que naquela época era miserável. Era um sistema tão surreal, que havia um sentimento de gratidão entre essas meninas e as donas de casa, pois elas sentiam-se realmente “criadas” e sabiam que se não tivessem vindo do interior para se submeterem a isso, a sua sorte seria bem pior.

Lembro de uma professora, em plena aula, dizer que tinha um jardineiro que cobrava só um prato de comida para poder fazer o trabalho. Ela dizia que sabia que era barato, mas é o que ele cobrava. “Ah, mas também era um senhor prato que ele comia” - ela dizia como para se justificar. Acostumei-me a estudar em escolas em que os poucos negros trabalhavam como porteiros ou faxineiras. Não lembro de ter muitos amigos negros no Maranhão, não por não gostar deles, mas sim porque os negros não faziam parte do nosso círculo social a não ser como empregados. Os poucos amigos negros que lembro de brincar na rua do meu bairro eram adotados ou “criados”. Isso no segundo maior estado negro do país.

Lembro de, quando criança, ficar espantado ao descobrir que alguns dos jardineiros, motoristas, entre outros que prestavam serviços eventuais, não sabiam ler nem escrever e, ironicamente, aprendiam as primeiras palavras das crianças da casa que, naquela inocência, acreditavam que poderiam ajudar. Lembro de perguntar quantos irmãos eles tinham e eles responderem que a mãe teve oito filhos, mas só cinco “renderam”, já que era natural crianças morrerem de desnutrição no Maranhão antes dos cinco anos.

Lembro, quando criança, de conversar com um menino vizinho meu e

perguntar do lavador de carros da casa dele (gostávamos dele porque nos dava algumas aulas de capoeira, que aprendera na FEBEM-MA, apesar de algumas mães não aprovarem por dizer que aquilo era coisa de preto e vagabundo). Vi que fazia tempo que ele não ia mais lá e resolvi perguntar por que: - Ah, nós juntamos um bando de roupas usadas e demos para ele. Depois ele veio pedir salário, ele era muito folgado – foi a resposta que recebi e que, se hoje acho de uma atrocidade tremenda, naquela época, como criança, achei apenas natural. Ele já ganhou roupa, ainda queria salário?

Porém, a classe média do Maranhão também era pobre, ainda que frente a grande maioria da cidade fôssemos ricos. Quando criança, ficava maravilhado ouvindo as histórias dos poucos felizardos que haviam tido a graça de visitar São Paulo, como tudo lá parecia coisa de outro mundo, não era “aquele lixo que é São Luís” - como a gente costumava dizer. Naquela época, uma família de classe média maranhense tinha uma renda abissalmente menor do que a de uma paulista.

Hoje, em São Luís, é preciso muita coragem para se “criar” meninas na sua casa. Com a melhora das instituições e o maior nível de escolaridade, ninguém se sujeita a esse tipo de trabalho escravo e, depois de levar um processo na justiça do trabalho, pode acontecer é de você ir limpar a casa da empregada doméstica para pagar a dívida. Depois da Emenda Constitucional das Domésticas “empregada no Maranhão agora só quer ser chique” - como escutei na última vez que fui lá. O interior do Maranhão pode não ter virado uma maravilha, mas pelo menos deixamos de ver pessoas, literalmente, fugindo de lá para não padecerem de fome ou desnutrição e hoje poderem ir para escola. Educação ruim, é verdade, mas melhor do que quando não tinham nem isso e tinham que aprender a ler com as crianças da Casa Grande.

Hoje o Maranhão pode não ter virado São Paulo, a ilha das maravilhas de todo maranhense da década de 80, mas com certeza a nossa diferença diminuiu bastante. Basta lembrar do crescimento da renda per capita superior ao Nacional nos últimos anos.

E seguimos melhorando.

ANEXO I – CRONOLOGIA

SÉCULO XVII	
1612	Invasão dos Franceses e fundação de São Luís
1616	Expulsão dos Franceses
1619	Primeiros colonos dos Açores chegam a São Luís
1621	Estado do Maranhão e Grão-Pará
1682	Criação da Companhia de Comércio do Maranhão
1684	Revolta de Bequimão
SÉCULO XVIII	
1750	Tratado de Madri
1751	Estado do GrãoPará e Maranhão
1755	Companhia de Comércio do GrãoPará e Maranhão
1760	Revolução Industrial Companhia Geral do Comércio exporta para Lisboa 65 arrobas de algodão. Primeira exportação de algodão
1761	Primeira importação de escravos negros para o Maranhão
1765	Introdução do arroz da Carolina no Maranhão. É encaminhado por Lisboa, José de Carvalho, para estabelecer fábricas de descascar arroz sendo a primeira fundada no Anil
1767	Primeira Exportação do Arroz Carolina, 285 arrobas para Lisboa
1776	Independência dos Estados Unidos
1777	Fim da Companhia de Comércio do GrãoPará e Maranhão
SÉCULO XIX	
1808	Abertura dos portos do Brasil
1817	Pico no preço do algodão após as guerras napoleônicas para mais de 10:000 a arroba
1838 a 1841	Balaiada
1857	Inauguração do telégrafo no Brasil
1861 a 1865	Guerra da Secessão
1879	Tem início o ciclo da Borracha
1888	Fim da escravidão no Brasil
1912	Fim do ciclo da Borracha
SÉCULO XX	
Década de 70	Início da Industrialização do Estado

ANEXO II – LISTA DE GOVERNADORES DO MARANHÃO

Pedro de Albuquerque Melo	13 de julho de 1643	6 de fevereiro de 1644
António Teixeira	6 de fevereiro de 1644	17 de junho de 1646
Francisco Coelho de Carvalho	17 de junho de 1646	15 de fevereiro de 1648
Manuel Pitta da Veiga	15 de fevereiro de 1648	1649
Luís de Magalhães	17 de fevereiro de 1649	25 de fevereiro de 1652
Balthazar de Sousa Pereira	25 de agosto de 1654	11 de maio de 1655
André Vidal de Negreiros	11 de maio de 1655	23 de setembro de 1656
Agostinho Correia	23 de setembro de 1656	16 de junho de 1658
Pedro de Mello	16 de junho de 1658	26 de março de 1662
Rui Vaz de Siqueira	26 de março de 1662	22 de junho de 1667
António de Albuquerque Coelho de Carvalho Velho	22 de junho de 1667	7 de junho de 1671
Pedro César de Meneses	7 de junho de 1671	17 de agosto de 1678
Inácio Coelho da Silva	17 de agosto de 1678	27 de maio de 1682
Francisco de Sá de Meneses	27 de maio de 1682	15 de maio de 1685
Gomes Freire de Andrade	15 de maio de 1685	17 de julho de 1687
Artur de Sá de Meneses	17 de julho de 1687	17 de maio de 1690
Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho	17 de maio de 1690	30 de junho de 1701
Fernão Carrilho	30 de junho de 1701	Julho de 1702

Manuel Rolim de Moura Tavares	Julho de 1702	Setembro de 1705
João Velasco de Molina	Setembro de 1705	Janeiro de 1707
Cristóvão da Costa Freire	Janeiro de 1707	Junho de 1718
Bernardo Pereira de Berredo e Castro	Junho de 1718	Julho de 1722
João da Maia da Gama	Julho de 1722	Junho de 1728
Alexandre de Sousa Freire	Junho de 1728	Julho de 1732
José da Serra	Julho de 1732	Março de 1736
João Alves de Carvalho	Março de 1736	Setembro de 1737
João de Abreu Castelo Branco	Setembro de 1737	1745
Domingos Duarte Sardinha	1745	Agosto de 1747
Francisco Pedro de Mendonça Gorjão	Agosto de 1747	Setembro de 1751
Luís de Vasconcelos Lobo	Setembro de 1751	1752
Severino de Faria	1752	1753
Gonçalo Pereira Lobato e Sousa	1753	1761
Joaquim de Mello e Póvoas	1761	1775
Joaquim de Mello e Póvoas	1775	1779
Antônio de Sales e Noronha	1779	1784
José Teles da Silva	1784	1787
Fernando Pereira Leite de foi-os	1787	1792
Fernando Antônio de Noronha	1792	1798
Diogo de Sousa	1798	1804
Antônio de Saldanha da Gama	1804	1806

Francisco de Mello Manuel da Câmara	1806	1809
José Tomás de Meneses	1809	1811
Paulo José da Silva Gama	1811	1818
Francisco Homem de Magalhães Pizarro	1818	1819
Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca	1819	1821
Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce	10 de julho de 1824	26 de dezembro de 1824
Manuel Teles da Silva Lobo	26 de dezembro de 1824	2 de julho de 1825
Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva	2 de julho de 1825	7 de julho de 1825
Patrício José de Almeida e Silva	7 de julho de 1825	31 de agosto de 1825
Pedro José da Costa Barros	31 de agosto de 1825	27 de fevereiro de 1828
Romualdo Antônio Franco de Sá	27 de fevereiro de 1828	28 de fevereiro de 1828
Manuel da Costa Pinto	28 de fevereiro de 1828	14 de janeiro de 1829
Cândido José de Araújo Viana	14 de janeiro de 1829	13 de outubro de 1832
Joaquim Vieira da Silva e Sousa	13 de outubro de 1832	17 de março de 1834
Manuel Pereira da Cunha	17 de março de 1834	3 de maio de 1834
Antônio José Quim	3 de maio de 1834	5 de maio de 1834
Raimundo Filipe Lobato	5 de maio de 1834	30 de outubro de 1834
Antônio José Quim	30 de outubro de 1834	21 de janeiro de 1835
Antônio Pedro da Costa Ferreira	21 de janeiro de 1835	25 de janeiro de 1837
Joaquim Franco de Sá	25 de janeiro de 1837	3 de maio de 1837
Francisco Bibiano de Castro	3 de maio de 1837	3 de março de 1838

Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo	3 de março de 1838	3 de março de 1839
Manuel Felizardo de Sousa e Melo	3 de março de 1839	7 de fevereiro de 1840
Luís Alves de Lima e Silva	7 de fevereiro de 1840	13 de maio de 1841
João Antônio de Miranda	13 de maio de 1841	3 de abril de 1842
Francisco de Paula Pereira Duarte	3 de abril de 1842	25 de junho de 1842
Venâncio José Lisboa	25 de junho de 1842	23 de janeiro de 1843
Jerônimo Martiniano Figueira de Melo	23 de janeiro de 1843	21 de março de 1844
Manuel Bernardino de Sousa Figueiredo	21 de março de 1844	17 de maio de 1844
João José de Moura Magalhães	17 de maio de 1844	4 de outubro de 1844
Ângelo Carlos Muniz	4 de outubro de 1844	23 de outubro de 1844
João José de Moura Magalhães	23 de outubro de 1844	14 de dezembro de 1844
Ângelo Carlos Muniz	14 de dezembro de 1844	17 de novembro de 1845
João José de Moura Magalhães	17 de novembro de 1845	4 de abril de 1846
Ângelo Carlos Muniz	4 de abril de 1846	27 de outubro de 1846
Joaquim Franco de Sá	27 de outubro de 1846	17 de dezembro de 1847
Carlos Fernando Ribeiro	17 de dezembro de 1847	21 de janeiro de 1848
Joaquim Franco de Sá	21 de janeiro de 1848	7 de abril de 1848
Antônio Joaquim Alves do Amaral	7 de abril de 1848	7 de janeiro de 1849
Herculano Ferreira Pena	7 de janeiro de 1849	7 de novembro de 1849
Honório Pereira de Azevedo Coutinho	7 de novembro de 1849	5 de junho de 1851
Eduardo Olímpio Machado	5 de junho de 1851	9 de julho de 1852
Manuel de Sousa Pinto de Magalhães	9 de julho de 1852	5 de setembro de 1852

Eduardo Olímpio Machado	5 de setembro de 1852	18 de maio de 1854
Manuel de Sousa Pinto de Magalhães	18 de maio de 1854	15 de julho de 1854
Eduardo Olímpio Machado	15 de julho de 1854	12 de agosto de 1855
José Joaquim Teixeira Vieira Belford	12 de agosto de 1855	10 de dezembro de 1855
Antônio Cândido da Cruz Machado	10 de dezembro de 1855	24 de fevereiro de 1857
Manuel Gomes da Silva Belfort	24 de fevereiro de 1857	29 de abril de 1857
Benevenuto Augusto de Magalhães Taques	29 de abril de 1857	29 de setembro de 1857
Francisco Xavier Paes Barreto	29 de setembro de 1857	19 de abril de 1858
João Pedro Dias Vieira	19 de abril de 1858	19 de outubro de 1858
João Lustosa da Cunha Paranaguá	19 de outubro de 1858	12 de maio de 1859
José Maria Barreto	12 de maio de 1859	26 de setembro de 1859
João Silveira de Sousa	26 de setembro de 1859	24 de março de 1861
Pedro Leão Veloso	24 de março de 1861	25 de abril de 1861
Francisco Primo de Sousa Aguiar	25 de abril de 1861	23 de janeiro de 1862
Antônio Manuel de Campos Melo	23 de janeiro de 1862	5 de junho de 1863
João Pedro Dias Vieira	5 de junho de 1863	13 de junho de 1863
Ambrosio Leitão da Cunha	13 de junho de 1863	23 de novembro de 1863
Miguel Joaquim Ayres do Nascimento	23 de novembro de 1863	3 de outubro de 1864
Ambrosio Leitão da Cunha	3 de outubro de 1864	23 de abril de 1865
José Caetano Vaz Júnior	23 de abril de 1865	14 de junho de 1865
Lafayette Rodrigues Pereira	14 de junho de 1865	19 de julho de 1866
Miguel Joaquim Ayres do Nascimento	19 de julho de 1866	6 de agosto de 1866

Frederico José Correa	6 de agosto de 1866	10 de agosto de 1866
Manuel Jansen Pereira	10 de agosto de 1866	1º de outubro de 1866
Antônio Alves de Sousa Carvalho	1º de outubro de 1866	4 de abril de 1867
Manuel Jansen Pereira	4 de abril de 1867	29 de maio de 1867
Franklin Américo de Meneses Dória	1º de outubro de 1866	30 de abril de 1867
Antônio Epaminondas de Melo	28 de outubro de 1867	5 de maio de 1868
Manuel Jansen Pereira	5 de maio de 1868	1º de agosto de 1868
Manuel Cerqueira Pinto	1º de agosto de 1868	4 de setembro de 1868
Ambrosio Leitão da Cunha	4 de setembro de 1868	18 de outubro de 1868
Manuel Cerqueira Pinto	18 de outubro de 1868	25 de outubro de 1868
Ambrosio Leitão da Cunha	25 de outubro de 1868	4 de abril de 1869
José da Silva Maia	4 de abril de 1869	1870
José Pereira da Graça	1870	28 de outubro de 1870
Augusto Olímpio Gomes de Castro	28 de outubro de 1870	19 de maio de 1871
José da Silva Maia	19 de maio de 1871	1871
José Pereira da Graça	1871	14 de outubro de 1871
Augusto Olímpio Gomes de Castro	14 de outubro de 1871	29 de abril de 1872
José Pereira da Graça	29 de abril de 1872	1872 ou 1873
Silvino Elvídio Carneiro da Cunha	1872 ou 1873	4 de outubro de 1873
Augusto Olímpio Gomes de Castro	4 de outubro de 1873	18 de abril de 1874
José Francisco de Viveiros	18 de abril de 1874	28 de setembro de 1874
Augusto Olímpio Gomes de Castro	28 de setembro de 1874	22 de fevereiro de 1875

José Pereira da Graça	22 de fevereiro de 1875	14 de junho de 1875
José Francisco de Viveiros	14 de junho de 1875	23 de junho de 1875
Frederico José Cardoso de Araújo Abranches	23 de junho de 1875	2 de fevereiro de 1876
Frederico de Almeida e Albuquerque	2 de fevereiro de 1876	7 de dezembro de 1876
Jacinto José Gomes	7 de dezembro de 1876	18 de dezembro de 1876
Francisco Maria Correia de Sá e Benevides	18 de dezembro de 1876	28 de março de 1878
Carlos Fernandes Ribeiro	28 de março de 1878	17 de maio de 1878
Graciliano Aristides do Prado Pimentel	17 de maio de 1878	11 de novembro de 1878
Francisco de Melo Coutinho de Vilhena	11 de novembro de 1878	21 de novembro de 1878
José Caetano Vaz Júnior	21 de novembro de 1878	24 de julho de 1879
Luís de Oliveira Lins de Vasconcelos	24 de julho de 1879	27 de maio de 1880
Carlos Fernandes Ribeiro	27 de maio de 1880	24 de julho de 1880
Cincinnato Pinto da Silva	24 de julho de 1880	17 de novembro de 1881
João Paulo Monteiro de Andrade	17 de novembro de 1881	7 de março de 1882
José Manuel de Freitas	7 de março de 1882	6 de junho de 1883
Carlos Fernandes Ribeiro	6 de junho de 1883	25 de setembro de 1883
Ovídio João Paulo de Andrade	25 de setembro de 1883	2 de março de 1884
Carlos Fernandes Ribeiro	2 de março de 1884	17 de setembro de 1884
José Leandro de Godói e Vasconcelos	17 de setembro de 1884	16 de maio de 1885
Carlos Fernandes Ribeiro	16 de maio de 1885	23 de junho de 1885
Antônio Tibúrcio Figueira	23 de junho de 1885	14 de setembro de 1885
Cipriano José Veloso Viana	14 de setembro de 1885	14 de outubro de 1885

João Capistrano Bandeira de Melo Filho	14 de outubro de 1885	29 de abril de 1886
José Francisco de Viveiros	29 de abril de 1886	25 de agosto de 1886
José Bento de Araújo	25 de agosto de 1886	18 de abril de 1888
José Mariano da Costa	18 de abril de 1888	28 de abril de 1888
José Moreira Alves da Silva	28 de abril de 1888	30 de junho de 1889
Carlos Fernandes Ribeiro	30 de junho de 1889	3 de agosto de 1889
Pedro da Cunha Beltrão	3 de agosto de 1889	29 de setembro de 1889
José Jansen Ferreira Júnior	29 de setembro de 1889	5 de outubro 1889 /
Tito Augusto Pereira de Matos	5 de outubro 1889 /	18 de novembro de 1889
Junta governativa maranhense de 1889	18 de novembro de 1889	17 de dezembro de 1889
Pedro Augusto Tavares Júnior	17 de dezembro de 1889	3 de janeiro de 1890
Eleutério Frazão Muniz Varela	3 de janeiro de 1890	4 de julho de 1890
José Tomás da Porciúncula	4 de julho de 1890	7 de julho de 1890
Augusto Olímpio Gomes de Castro	7 de julho de 1890	25 de julho de 1890
Manuel Inácio Belfort Vieira	25 de julho de 1890	28 de outubro de 1890
José Viana Vaz	28 de outubro de 1890	4 de março de 1891
Tarquínio Lopes	4 de março de 1891	14 de março de 1891
Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque	14 de março de 1891	18 de dezembro de 1891
Junta governativa maranhense de 1891	18 de dezembro de 1891	8 de janeiro de 1892
Manuel Inácio Belfort Vieira	8 de janeiro de 1892	30 de novembro de 1892
Alfredo da Cunha Martins	30 de novembro de 1892	27 de outubro de 1893
Casimiro Dias Vieira Júnior	27 de outubro de 1893	2 de fevereiro de 1895

Manuel Inácio Belfort Vieira	2 de fevereiro de 1895	13 de agosto de 1895
Casimiro Dias Vieira Júnior	13 de agosto de 1895	16 de dezembro de 1895
Alfredo da Cunha Martins	16 de dezembro de 1895	29 de abril de 1896
Casimiro Dias Vieira Júnior	29 de abril de 1896	26 de março de 1897
Alfredo da Cunha Martins	26 de março de 1897	1º de março de 1898
José de Magalhães Braga	1º de março de 1898	11 de agosto de 1898
João Gualberto Torreão da Costa	11 de agosto de 1898	1º de março de 1902
Manuel Lopes da Cunha	1º de março de 1902	1º de março de 1906
Benedito Pereira Leite	1º de março de 1906	25 de maio de 1908
Artur Quadros Colares Moreira	25 de maio de 1908	25 de fevereiro de 1909
Mariano Martins Lisboa Neto	25 de fevereiro de 1909	29 de junho de 1909
Américo Vespúcio dos Reis	29 de junho de 1909	5 de fevereiro de 1910
Frederico de Sá Filgueiras	5 de fevereiro de 1910	1º de março de 1910
Luís Antônio Domingues da Silva	1º de março de 1910	1º de março de 1914
Afonso Gifwning de Matos	1º de março de 1914	26 de abril de 1914
Herculano Nina Parga	1º de março de 1914	20 de março de 1917
Antônio Brício de Araújo	20 de março de 1917	1º de março de 1918
José Joaquim Marques	1º de março de 1918	9 de outubro de 1918
Raul da Cunha Machado	9 de outubro de 1918	21 de outubro de 1918
Urbano Santos da Costa Araújo	21 de outubro de 1918	25 de fevereiro de 1922
Raul da Cunha Machado	25 de fevereiro de 1922	20 de janeiro de 1923
Godofredo Mendes Viana	20 de janeiro de 1923	1º de março de 1926

José Maria Magalhães de Almeida	1º de março de 1926	1º de março de 1930
José Pires Sexto	1º de março de 1930	8 de outubro de 1930
Junta governativa maranhense de 1930	8 de outubro de 1930	14 de novembro de 1930
José Luso Torres	15 de novembro de 1930	27 de novembro de 1930
José Maria dos Reis Perdigão	27 de novembro de 1930	9 de janeiro de 1931
Astoldo de Barros Serra	9 de janeiro de 1931	18 de agosto de 1931
Joaquim Gaudie de Aquino Correia	18 de agosto de 1931	8 de setembro de 1931
Lourival Seroa da Mota	8 de setembro de 1931	10 de fevereiro de 1933
Américo Wanick	10 de fevereiro de 1933	30 de abril de 1933
Álvaro Jânsen Serra Lima Saldanha	30 de abril de 1933	29 de junho de 1933
Antônio Martins de Almeida	29 de junho de 1933	22 de julho de 1935
Aquiles de Faria Lisboa	22 de julho de 1935	14 de junho de 1936
Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça	14 de junho de 1936	15 de agosto de 1936
Paulo Martins de Sousa Ramos	15 de agosto de 1936	25 de abril de 1945
Clodomir Serra Serrão Cardoso	25 de abril de 1945	9 de novembro de 1945
Eleazar Soares Campos	9 de novembro de 1945	16 de fevereiro de 1946
Saturnino Bello	16 de fevereiro de 1946	10 de abril de 1947
João Pires Ferreira	10 de abril de 1947	14 de abril de 1947
Sebastião Archer da Silva	14 de abril de 1947	31 de janeiro de 1951
Traiaú Rodrigues Moreira	31 de janeiro de 1951	28 de fevereiro de 1951
Eugênio Barros	28 de fevereiro de 1951	14 de março de 1951
César Alexandre Aboud	14 de março de 1951	18 de setembro de 1951

Eugênio Barros	18 de setembro de 1951	31 de janeiro de 1956
Alderico Novais Machado	31 de janeiro de 1956	26 de março de 1956
Eurico Bartolomeu Ribeiro	26 de março de 1956	9 de julho de 1957
José de Matos Carvalho	9 de julho de 1957	31 de janeiro de 1961
Newton de Barros Belo	31 de janeiro de 1961	31 de janeiro de 1966
José Sarney	1º de fevereiro de 1966	15 de março de 1971
Pedro Neiva de Santana	15 de março de 1971	15 de março de 1975
José Murad	15 de março de 1975	31 de março de 1975
Oswaldo da Costa Nunes Freire	31 de março de 1975	15 de março de 1979
João Castelo	15 de março de 1979	14 de maio de 1982
Ivar Saldanha	14 de maio de 1982	15 de março de 1983
Luiz Rocha	15 de março de 1983	15 de março de 1987
Epitácio Cafeteira	15 de março de 1987	3 de abril de 1990
João Alberto de Souza	3 de abril de 1990	15 de março de 1991
Edison Lobão	15 de março de 1991	2 de abril de 1994
José de Ribamar Fiquene	2 de abril de 1994	1º de janeiro de 1995
Roseana Sarney	1º de janeiro de 1995	1º de janeiro de 1999
Roseana Sarney	1º de janeiro de 1999	5 de abril de 2002
José Reinaldo Tavares	5 de abril de 2002	1º de janeiro de 2007
Jackson Lago	1º de janeiro de 2007	17 de abril de 2009
Roseana Sarney	17 de abril de 2009	1º de janeiro de 2011
Roseana Sarney	1º de janeiro de 2011	10 de dezembro de 2014

Arnaldo Melo	10 de dezembro de 2014	1º de janeiro de 2015
Flávio Dino	1º de janeiro de 2015	À atualidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos citados

CENSO 1872 disponível em <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>

THE MADDISON-PROJECT.

Disponível em: <http://www.ggdcc.net/maddison/maddison-project/home.htm>,
2013 version. Acessado em 20/06/2016

Jornais

A Bandurra, 30 de junho de 1828, nº 11.

A Coalizão, 26 de novembro de 1862, Nº 85.

A Noite, 20 de janeiro de 1944, nº 11473.

Diário Do Maranhão, 30 de abril de 1875, nº 522.

_____, 4 de março de 1876, nº 774.

_____, 12 de setembro de 1902.

Echo do Norte, 13 de Janeiro de 1835, nº 49.

_____, 20 de fevereiro de 1835, nº 57 e 58.

Publicador Maranhense, 25 de julho de 1854, nº. 1558.

Relatório dos Presidentes de Província, 7 de julho de 1890.

_____, 06 de agosto de 1882.

_____, 18 de fevereiro de 1897.

_____, 15 de fevereiro de 1889.

_____, 13 de fevereiro de 1901.

_____, 10 de fevereiro de 1902.

_____, 07 de fevereiro de 1907.

_____, 21 de fevereiro de 1908.

_____, 05 de fevereiro de 1928.

_____, 05 de fevereiro de 1930.

O Observador, 6 de abril de 1852, nº193.

_____, 25 de julho de 1854, nº 1558.

O Conciliador do Maranhão, 17 de novembro de 1821, nº 37, p. 1 e 2.

_____, 12 de janeiro de 1822, nº 53, p. 2.

_____, 1º de janeiro de 1823, nº 154, p.5.

_____, 8 de fevereiro de 1823, Nº 165, p.2.

O Farol Maranhense, 27 de janeiro de 1829, p.620 a 622;

O País, 28 de dezembro de 1883, p. 1.

Obras acadêmicas

ALMANAK DO MARANHÃO (1849). São Luís: Edições AML, 1990.

ARRUDA, Jose Jobson de Andrade. **Brasil no comercio colonial (o)**. São Paulo: Ática, 1980. 710 p.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800 – 1860**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 14, abril 2000: 32-71.

AZEVEDO, Manoel Pereira de. **Os ciclos econômicos do Maranhão: do Algodão ao Mineiro-Metarlúrgico**. Recife, 2003.

BARBOSA, Zulene Muniz. **O Global e o Regional: A Experiência de Desenvolvimento do Maranhão**. 2012

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. **Economia do Maranhão e de São Paulo: Semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.ipades.com.br/publicacoes/ECONOMIA-DO-MARANHAO-E-DE-SAO-PAULO-SEMELHANCA-NA-ORIGEM-DESCONTINUIDADE-NO-DESENVOLVIMENTO.pdf>. Acessado em 20/06/2016.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A ATHENAS EQUINOCCIAL: A fundação de um Maranhão no Império Brasileiro**. 2009. Disponível em:

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **O plano Mais IDH, do município à região? Globalização e Planejamento no Maranhão**.

D'ABBEVILLE, CLAUDE. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha de Maranhão e terras circunvizinhas**. Edições do Senado Federal, 2008.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. Edusp, 2001.

FURTADO, Celso; Formação econômica do Brasil. Editora Companhia das Letras, Edição 34, 2007

HDRO (Human Development Report Office) - United Nations Development Programme: Human Development Report 2015 – "Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience" (em inglês). Visitado em 14 de dezembro de 2015.

HOLANDA, Felipe de. **Dinâmica da economia maranhense no período 2000 a 2013**. In: Estudos sobre a Economia Maranhense Contemporânea. IMESC, 2013.

IMESC - INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICO E CARTOGRÁFICOS. **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão**/. V. 1, N.1 (jan./fev. 2008)- São Luís: IMESC, 2008.

IMF – Index Mundi. Disponível em:
<http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=commodity-price-index>.
Acessado em: 29/04/2016

KUPFER, David. **Commodities versus manufaturas**. In: Valor econômico, 13 de fevereiro de 2012

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. Edição da Associação Comercial do Maranhão, 1954. Disponível em:
<https://archive.org/details/histcomvol1mar>

MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, Patrocinada pela SUDEMA, Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, Rio, 3ª edição (1ª edição: 1870), 1970. Disponível em:
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726>. Acessado em: 17/06/2016.

MATOS, Marcos Fábio Belo. **De volta a Manchester do Norte: apagamentos e reiteraões do “Maranhão Industrial”**. Disponível em:
http://www.ciseco.org.br/anaisdocoloquio/images/csm4/CSM4_MarcosMatos.pdf

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; SILVA, Mario Roberto Melo. **O comércio marítimo do Maranhão no século XIX** (2009). Disponível em:
http://www.ufif.br/heera/files/2009/11/zimbrao_e_silva_-_7.pdf.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de Paula; MESQUITA, Benjamin Alvino de Mesquita. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do Estado do Maranhão – 1970/2008**. (2008). Disponível em:
http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a_dinamica_rec_ente.pdf

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; HOLANDA, Felipe Macedo de. **Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000**

PEREIRA, Maria Rosivalda da Silva; CORONEL, Daniel Arruda. **A industrialização no estado do Maranhão: uma análise do plano estratégico de desenvolvimento industrial**. In: Latin American Journal of Business Management, 2013, p. 177-197. Disponível em:
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo4-desigualdadessociaisepoliticaspUBLICAS/pdf/aIndustrializacaoNoEstadoDoMaranhao.pdf>

PRADO JR., Caio Prado. **Formação Econômica do Brasil**. 1945. Disponível em PDF em: http://resistir.info/livros/historia_economica_do_brasil.pdf. Acesso em 06/07/2016.

PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. Editora Planeta, 2010.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **“Perdas em trânsito”: mortalidade escrava na travessia Atlântica**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza**. Editora Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Daniel de Fátima Amorim; BOGEA Jr., Wiron Pereira. **A dinâmica do financiamento e da produção agrícola familiar no Maranhão no período de 2000 a 2011**. In: Estudos sobre a Economia Maranhense Contemporânea. IMESC, 2013

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500-1820.** Edições do Senado Federal; v. 34, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1111>.

SOTO, Hernando de Soto. **O mistério do capital.** Editora Record, 2001.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento.** Edição comemorativa dos 35 anos de criação do CORECON-MA, 2011.